1. INTRODUÇÃO

O Orçamento Municipal, em termos de previsão de receita, comparativamente ao do ano de 2009, diminuiu 5.88%. Trata-se de um orçamento com tendência de contenção, que deverá promover ajustamentos de sustentabilidade durante o período do mandato autárquico em face do peso relativo que os apoios comunitários vierem a ter e das previsões gerais para a economia do país e seu impacto nas receitas e transferências da administração central.

Endividamento – O endividamento do município junto da banca durante o ano 2009 teve um crescimento de 252.783,00 euros, apesar de se ter contraído um empréstimo de médio e longo prazo, para a construção dos Centros Escolares no valor de 1.500.000,00 euros e iniciado a amortização do empréstimo de curto prazo, para aquisição de 3 autocarros no valor de 482.300,00 euros. Também teve inicio, o pagamento da dívida bancária transferida da Sociedade BragançaPolis, no valor de 902.241,11 euros.

O esforço no sentido de manter o serviço de dívida em valores baixos tem sido constante, por isso, os limites de endividamento de médio e longo prazo se situam apenas em 48,41% e endividamento líquido regista apenas 38,10% do limite. Numa perspectiva de manter níveis idênticos, durante o primeiro semestre do ano, será contraído um empréstimo de médio a longo prazo, no valor de 1.500.000,00 euros, valor inferior ao previsto nas amortizações, e destinado a contribuir para o pagamento de imobilizado (725.808,76 euros) e compromissos transitados da Sociedade BragançaPolis, no valor de 1.365.94,00 euros.

Ao nível dos recursos humanos, manter-se-á a actual orientação de proporcionar formação, dirigida para as necessidades específicas da organização ao nível interno e externo, incidindo na modernização administrativa e proporcionando respostas mais rigorosas e com diminuição de tempos de espera aos munícipes, processo que será complementado com a reorganização funcional e espacial dos serviços municipais.

A avaliação do desempenho dos trabalhadores, ainda numa fase de aperfeiçoamento, embora já em execução, deverá trazer para a instituição maior mobilização para a concretização dos objectivos com obtenção de melhores resultados. Este processo imperfeito permitirá mais cedo ou mais tarde, a alteração da posição remuneratório dos trabalhadores, conforme a motivação, a qualidade e o empenho no trabalho. Este ano adoptou-se a medida gestionária prevista na LVCR de modo a reforçar a motivação, recompensando o mérito de alguns trabalhadores, promovendo a eficácia, a eficiência e a qualidade na organização, em face do impacto redutor do novo paradigma legislativo, condicionante da evolução nas carreiras. A opção gestionária, só por si não promoverá a justiça remuneratória entre carreiras e categorias, particularmente para os de mais baixas remunerações, uma vez que essa responsabilidade recai no âmbito das competências definidas a nível nacional.

Informática e sistemas – Prevemos durante o mandato e com início em 2010, promover uma reestruturação e modernização dos serviços, com investimento nos edifícios e meios tecnológicos. Os serviços do município recorrem já a um suporte e conjunto abrangente de recursos tecnológicos, base para que no presente mandato ocorra um novo impulso, optimizando infra-estruturas, integrando a informação, disponibilizando-a com mais qualidade e celeridade, tanto internamente como a nível externo.

Ao nível do ensino, a criação do Conservatório de Música e Centro Ciência Viva, as evoluções no Ensino Básico, com aulas a tempo inteiro, actividades de enriquecimento curricular, generalização do serviço de refeições, e a concentração dos alunos envolveram um aumento significativo nos custos com: pessoal técnico e administrativo; serviço de auxiliares; serviço de refeições; serviço de transportes e apoios sociais, despesas com tendência ainda crescente, e que só serão consolidadas após reordenamento da rede escolar (funcionamento de novos centros escolares e remodelação dos existentes) representam uma melhoria global no sistema de ensino, mas também um acréscimo da despesa corrente. O Conselho Municipal de Educação e os Conselhos Gerais dos três Agrupamentos de Escolas e das três Escolas Secundárias, serão um primeiro nível de envolvimento do município, na reflexão e avaliação tendo em vista uma necessária melhoria global no sistema e que assegure melhores resultados.

A tendência na área social é de envolver recursos crescentes, necessários no apoio às famílias que no quotidiano se deparam com maiores dificuldades geradas pela situação económica, pela exclusão social, pelo envelhecimento, pela desertificação e pela pobreza. A optimização do apoio social envolve a participação do município em várias frentes, nomeadamente na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; no alargamento do Cartão de Munícipe; no Gabinete de Apoio à Família; no Núcleo Local de Inserção; na Rede Social (tendo por base o Plano de Desenvolvimento Social); e no Banco de Voluntariado.

Na área da habitação social, com uma gestão mais desenvolvida, tendo por base o bom trabalho que tem vindo a ser concretizado, vamos actuar em quatro níveis: o primeiro, o da melhoria das condições de conforto e da imagem dos bairros sociais da Coxa e Mãe D'Água (pintura, caixilharia e outras melhorias) e redução de factura energética das famílias; o segundo no apoio através das Juntas de Freguesia à beneficiação das condições habitacionais de famílias carenciadas; o terceiro, a erradicação de barracas; e num quarto nível, no realojamento em fogos vagos e reajustamento das rendas apoiadas, assim como a eliminação parcial, conforme regulamento existente.

No âmbito do planeamento urbanístico, propomo-nos consolidar os instrumentos de planeamento existentes, disponibilizando on-line os elementos essenciais a uma gestão urbanística, transparente e equilibrada, continuando a construir uma cidade moderna, atractiva e respeitadora da sua história e identidade. Ao nível da urbanização destacam-se como prioritários os trabalhos de conclusão das Avenidas General Humberto Delgado e Luciano Cordeiro, o prosseguimento e início dos trabalhos de construção da Ciclovia, da repavimentação de passeios, área em que iniciamos um novo ciclo,

adoptando materiais mais nobres e adequados à consolidação de espaços públicos de elevada qualidade, prosseguindo as orientações dos últimos anos, construindo uma cidade para o futuro.

Ao nível do saneamento básico, nos últimos anos ocorreu uma evolução muito positiva. Passamos de uma situação muito insuficiente para a superação de um objectivo que tinha como meta atingir um índice de atendimento de 90% no âmbito do PEASAR, definido para 2006 e reprogramado para 2011 tendo-se, no município, concretizado com 90,6% na área rural e com cerca de 100% na área urbana. Propomo-nos continuar a investir, na construção de redes de saneamento básico, tendo como única limitação o acesso aos recursos financeiros que vierem a ser disponibilizados pelo QREN, pois consideramos impossível planear a evolução de um concelho descurando questões deste âmbito que se traduzem na qualidade de vida das populações e na defesa do meio ambiente.

No âmbito do ambiente, destacamos três prioridades ao nível do abastecimento de água: a construção da barragem de Veiguinhas, que se assume como prioritária, no sentido de conferir fiabilidade ao sistema no seu conjunto; os elevados níveis da actual qualidade da água para consumo; e a consolidação da gestão em baixa, com o contrato de consumos em todos os subsistemas e consequente adequação do tarifário.

Quanto aos resíduos sólidos urbanos, com um grau de cobertura próxima dos 100%, a orientação é de manter um elevado nível de limpeza urbana, promover a diminuição per capita do lixo produzido (1,24kg /habitante por dia), incrementar a recolha selectiva, conferir maior sustentabilidade e contribuir para a construção da Unidade Industrial de Tratamento Mecânico Biológico, cumprindo objectivos estratégicos do PERSU II para o período 2007/2016, depositando em aterro cerca de 50% do total de RSU contra os actuais 94%.

Ao nível dos espaços urbanos, propõe-se como prioridade a consolidação e a requalificação dos espaços existentes seguindo as políticas e orientações de sustentabilidade da actual gestão em parte transpostas para o Plano Verde e manual de Boas Práticas em Espaços Verdes. A boa imagem de cidade verde, amiga do ambiente, conseguida nos últimos anos deverá ser reforçada.

Fortalecer o apoio ao programa Eco Escolas e reafirmar uma política exigente contra a degradação da paisagem urbana e rural e assegurar a obtenção da bandeira verde ECO XXI, a participação em projectos e iniciativas que valorizem o turismo ambiental e de sustentabilidade, continuarão a ser prioridades para este quadriénio.

Ao nível cultural, conseguido um ciclo de construção de infra-estruturas culturais ímpares (Teatro Municipal, Biblioteca Municipal e Biblioteca Adriano Moreira, Museu Ibérico da Máscara e do Traje, Centro de Arte Contemporânea, Graça Morais) e a realização de eventos culturais de referência, Bragança adquiriu uma dinâmica afirmativa, de qualidade, que a colocam no roteiro nacional em termos culturais. Entramos agora num novo ciclo, de consolidação e integração da programação cultural, de fortalecimento de parcerias externas e de reflexão sobre projectos de investimento

(equipamentos e projectos de investigação) que venham concluir este ciclo único de construção de infra-estruturas no campo cultural.

Ao nível do desporto, do recreio e do lazer, pretendemos dar maior expressão e consolidação ao investimento já realizado, completando-o com novos equipamentos como seja o Complexo Desportivo do Trinta, a participação na conclusão do Complexo Desportivo de Santa Apolónia e a construção de Ciclovias, assegurando também neste âmbito uma marca bem positiva na gestão municipal. Quanto ao Parque Porta Norte a construir na Quinta da Trajinha, propriedade municipal desde 1998, já com projecto de execução, só será concretizado a curto prazo, se financiado pelo QREN.

Na área das funções económicas, pretendemos incentivar o esforço de investimento para criar condições de acolhimento empresarial que se assumem como uma plataforma de promoção do empreendedorismo, passando pela criação de competências na área da energia e do ambiente, apostando em dois projectos, o Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia, e a rede ECOCITRAS- Rede de Cidades Ecológicas e Inovadoras.

Pretendemos continuar a desenvolver as zonas industriais existentes, Cantarias e Mós/Sortes, incluindo a ampliação, assim como preparar a evolução da plataforma logística do Aeroporto e o desenvolvimento da zona industrial das Carvas., como forma de divulgar os produtos locais de qualidade, dinamizando o investimento endógeno, e difundindo as potencialidades locais para atrair investimento para a área do município e muito em especial para fixação de jovens que por falta de oportunidades abandonam a região e o país.

A gestão dos transportes e incremento das acessibilidades, leva-nos a considerar esta área de intervenção municipal como prioritária, acompanhando todas as oportunidades de investimento que venham a surgir, com vista à construção e requalificação da rede viária e à construção do Aeroporto Regional.

A colaboração com as Juntas de Freguesia manter-se-á em termos de elevada exigência no que respeita à utilização de apoios financeiros, dada a dificuldade na criação de receitas, o que obriga a uma criteriosa selecção dos investimentos a apoiar. As transferências de capital contempladas no PAM terão que complementar investimentos, co-financiados pelos recursos próprios das Juntas de Freguesia.

Ao nível da colaboração com as Associações continuamos assumidamente a incentivar o trabalho desenvolvido, indispensável à obtenção de respostas céleres que as comunidades mais fragilizadas necessitam, tendo presente que os apoios de ordem financeira serão direccionados para apoiar iniciativas de forma selectiva, no sentido de viabilizar o que for mais sustentável e necessário em termos sociais, com a certeza de que os apoios deverão progressivamente acompanhar a tendência de diminuição das receitas municipais.

2. ORÇAMENTO

Sabendo que os recursos que as Autarquias têm ao seu dispor são escassos, a exigência de optimização dos mesmos torna-se uma necessidade cada vez mais premente. O Orçamento municipal revela-se assim um instrumento de gestão fundamental, onde se pretendem converter as intenções que figuram nos planos plurianual de investimentos e de actividades municipais em realizações, através da afectação dos meios financeiros necessários. Este objectivo de transformação de intenções em acções tem uma função inicial de previsão, consistindo na inscrição orçamental de todas as receitas e despesas que o município espera obter ou despender durante o ano a que se reporta o orçamento.

Compete à Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, elaborar este importante documento previsional e apresentá-lo à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea b) do n.º2 do artigo 53.º do referido diploma legal.

Este documento de gestão financeira, anual, proveniente precisamente do planeamento operacional, deve garantir o cumprimento de todos os princípios e regras legalmente exigidos. A sua regulamentação consta no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 22 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e o Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, mais especificamente no seu ponto 3.3., que contém as regras a observar na respectiva elaboração, nomeadamente a que especifica que "... *as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedam o mês da sua elaboração, excepto no que respeita a receitas novas ou a actualizações de impostos....*".

Assim sendo, a metodologia adoptada para elaboração do Orçamento de Receita 2010 foi baseada na média aritmética dos últimos 24 meses, arredondada à centena seguinte, sendo o último mês considerado o de Setembro de 2009.

O Orçamento Municipal é condicionado por alguns factores que convém mencionar, pois estão subjacentes à sua elaboração: a incompressibilidade das despesas (encargos fixos), a exigência do duplo equilíbrio financeiro (regra do equilíbrio do orçamento global e regra do equilíbrio orçamental corrente), a situação interna e os condicionalismos externos ao desempenho da economia e a politica Europeia de apoios estruturais às regiões de convergência.

2.1. Apresentação Global do Orçamento 2010

A previsão das receitas e despesas, para o próximo ano é apresentada no quadro seguinte, onde se encontram discriminados os valores pelos dois grandes agrupamentos de classificação económica, Correntes e Capital.

QUADRO 1. Resumo do Orçamento Previsto para o ano de 2010

	Classificação Orçamental		*Total*
Descrição	*Correntes*	*Capital*	
Receitas	23.089.900,00	17.279.100,00	40.369.000,00
Despesas	22.288.200,00	18.080.800,00	40.369.000,00
Saldo	***801.700,00***	***-801.700,00***	

De acordo com o disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, o Princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Pela observação do quadro, conclui-se que este preceito se manteve presente, totalizando as Receitas correntes o montante de 23.089.900,00 euros face ao valor de 22.288.200,00 euros de Despesas correntes, ou seja, foi possível obter uma *poupança corrente* no valor de 801.700,00 euros, proveniente do excesso das receitas correntes sobre as despesas da mesma natureza, financiando, no mesmo valor, as despesas de capital.

A leitura sintetizada do quadro seguinte, permite-nos concluir que o orçamento de 2010, apresenta comparativamente ao de 2009, uma diminuição de 5,88%, em valores absolutos 2.524.100,00 euros. No orçamento de receita, tal facto tem maior expressividade na previsão das receitas de capital, com uma diminuição de 2.396.200,00, ou seja 12,18%. Igualmente, apresentam as receitas correntes, comparativamente ao ano de 2009 uma redução de 0,55%. Relativamente ao orçamento de despesa, com uma diminuição em valor absoluto de igual valor, prevê-se um acréscimo de 5,09% nas despesas correntes sendo que as despesas de capital – em concordância com a tendência de decréscimo das receitas de capital – diminuem face ao previsto no ano de 2009, 3.603.500,00 euros.

Seguidamente irá proceder-se pormenorizadamente à análise do Orçamento Municipal.

QUADRO 2. Mapa Comparativo dos Orçamentos previstos - 2009-2010

ORÇAMENTO DE RECEITA

Descritivo	2009	2010	Var.%
Receitas Correntes			
Impostos Directos	4.806.900 €	4.462.500 €	*-7,16%*
Impostos Indirectos	379.500 €	207.900 €	*-45,22%*
Taxas, Multas e Outras Penalidades	935.800 €	1.017.800 €	*8,76%*
Rendimentos de Propriedade	1.808.200 €	1.939.500 €	*7,26%*
Transferências Correntes	10.852.800 €	10.712.100 €	*-1,30%*
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.385.200 €	4.705.000 €	*7,29%*
Outras Receitas Correntes	49.400 €	45.100 €	*-8,70%*
Total (Receitas Correntes)	**23.217.800 €**	**23.089.900 €**	*-0,55%*
Receitas Capital			
Venda de Bens de Investimento	3.013.800 €	4.345.000 €	*44,17%*
Transferências de Capital	16.656.700 €	12.929.500 €	*-22,38%*
Outras Receitas de Capital	4.700 €	4.400 €	*-6,38%*
Total (Receitas Capital)	**19.675.200 €**	**17.279.000 €**	*-12.18%*
Outras Receitas			
Reposições não abatidas aos pagamentos	100 €	100 €	*100*
Total (Outras Receitas)	**100 €**	**100 €**	*100.00%*
TOTAL	***42.893.100 €***	***40.369.000 €***	***-5,88%***

ORÇAMENTO DE DESPESA

Descritivo	2009	2010	Var.%
Despesas Correntes			
Despesas com o pessoal	7.696.000 €	7.721.500 €	*0,33%*
Aquisição de bens e serviços	11.870.300 €	13.294.600 €	*12,00%*
Juros e outros encargos	543.600 €	197.100 €	*-63,74%*
Transferências correntes	807.600 €	844.600 €	*4,58%*
Outras despesas correntes	291.300	230.400	*-20,91%*
Total (Despesas Correntes)	**21.208.800 €**	**22.288.200 €**	*5,09%*
Despesas Capital			
Aquisição de bens de capital	18.518.100 €	13.484.500 €	*-27,18%*
Transferências de capital	1.199.000 €	2.783.600 €	*132,16%*
Activos financeiros	375.000 €	280.000 €	*-25,33%*
Passivos financeiros	1.592.200 €	1.532.700 €	*-3,74%*
Total (Despesas Capital)	**21.684.300 €**	**18.080.800 €**	*-16,62%*
TOTAL	***42.893.100 €***	***40.369.000 €***	***-5,88%***

2.1.1. Orçamento da Receita

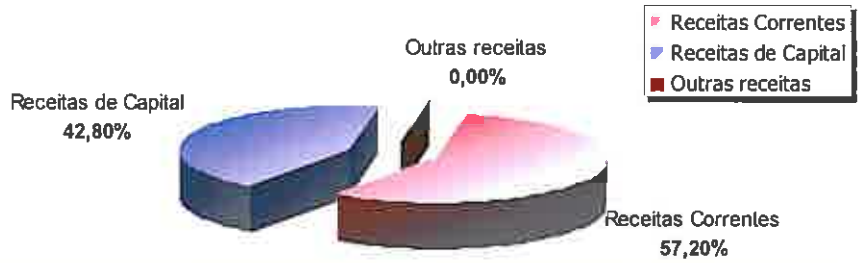
A classificação económica das receitas traduz-se na desagregação das mesmas, em receitas correntes e de capital.

As receitas correntes, aquelas que se repercutem no património não duradouro da autarquia são provenientes de rendimentos no período orçamental, são agrupadas em: Impostos directos e indirectos; Taxas, multas e outras penalidades; Rendimentos de propriedade; Transferências correntes; Venda de bens e serviços correntes e Outras receitas correntes.

No que concerne às receitas de capital, ou seja, aquelas que são arrecadadas pela autarquia e que alteram o seu património duradouro, agrupam-se por capítulos com as seguintes designações: Venda de bens de investimento, Transferências de capital, Activos financeiros, Passivos financeiros e Outras receitas de capital.

O Orçamento de receita foi elaborado dando cumprimento às regras previsionais instituídas no ponto 3.3.3 do POCAL. Os valores orçamentados foram sempre arredondados para a centena imediatamente superior. Assim sendo, a previsão para o ano de 2010 em termos de receita ascende a 40.369.000,00 euros, apresentando a seguinte estrutura:

GRÁFICO I. Composição do Orçamento de Receita



Receitas de Capital Estrutura	
Venda Bens Investimento	25,2%
Transferências Capital	74,8%
Outras Receitas Capital	0,0%

Receitas Correntes Estrutura	
Impostos Directos	19,3%
Impostos Indirectos	0,9%
Taxas, Mult.penalidades	4,4%
Rendimentos propriedade	8,4%
Transferências correntes	46,4%
Venda bens e Serviços	20,4%
Outras Receitas	0,2%

QUADRO 3. Principais fontes de Financiamento do Orçamento de Receita

Descritivo	*valor*	*Principal fonte financiamento*	*valor*	*%*	
Receitas Correntes					
Impostos Directos	**4.462.500 €**	Imp.Municip. sobre Imóveis	2.794.600 €	62,6%	
		Imp.Unico de Circulação	454.900 €	10,2%	
		Imp.Municip.S/Tran.Onerosas Imóveis	1.195.900 €	26,8%	
		Imposto Abolidos	17.000 €	0,4%	100,0%
Impostos Indirectos	**207.900 €**	Loteamentos e Obras	180.500 €	86,8%	**86,8%**
Taxas, Multas e Outras Penalidades	**1.017.800 €**	Mercados e Feiras	49.900 €	4,9%	
		Loteamentos e Obras	205.200 €	20,2%	
		Saneamento - Conservação	644.000 €	63,3%	**88,3%**
Rendimentos de Propriedade	**1.939.500 €**	Rendas - Outros	1.669.600 €	86,1%	**86,1%**
Transferências Correntes	**10.712.100 €**	Administração Central	10.277.900 €	95,9%	95,9%
Venda de Bens e Serviços Correntes	**4.705.000 €**	Venda de bens - Água	1.624.400 €	34,5%	
		Venda de bens - Electricidade	499.100 €	10,6%	
		Serviços Sociais, Recreat/Cult/Desporto	177.400 €	3,8%	
		Serv. Esp.Autarquias - Resíduos sólidos	1.092.400 €	23,2%	
		Serv. Esp.Autarquias - Transp. Colectivos	148.800 €	3,2%	
		Serv. Esp.Autarquias - Parq. Estacionamento	326.200 €	6,9%	
		Rendas	614.900 €	13,1%	95,3%
Outras Receitas Correntes	**45.100 €**	Outras	45.100 €	100,0%	100,0%
Total (Receitas Correntes)	**23.089.900 €**		**22.017.800 €**		**95,4%**
Receitas de Capital					
Venda de Bens de Investimento	**4.345.000 €**	Terrenos	4.342.700 €	99,9%	**99,9%**
Transferências de Capital	**12.929.500 €**	Administ. Central - Estado	5.185.000 €	40,1%	
		Estado - Part/comunitária proj.co-financiados	7.744.500 €	59,9%	100,0%
Passivos Financeiros	**100 €**	Empréstimos de médio e longo prazos	100 €	100,0%	100,0%
Outras Receitas de Capital	**4.400 €**				
Outras Receitas	**100 €**				
Total (Receitas Capital)	**17.279.100 €**		**17.272.300 €**		**100,0%**
TOTAL	***40.369.000 €***		***39.290.100 €***		***97,3%***

A leitura do gráfico 1, complementada pelos quadros anteriores, evidencia a peso de cada tipo de receita no orçamento global, a sua desagregação e as principais fontes de financiamento. Ao analisar os agrupamentos que contribuem mais significativamente para o orçamento de receita e os desvios verificados, comparativamente ao ano anterior, são de salientar as seguintes considerações:

Ao nível das ***Receitas Correntes*** que representam **57,20%** do Orçamento:

- Dos ***Impostos directos,*** que representam 19,3% do orçamento corrente, 89,4% são provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, com 62,6% e 26,8% respectivamente;

▲ Os ***Impostos indirectos***, resultantes do sector produtivo, representam 0,9% do orçamento corrente, registando um decréscimo de 45,22% face ao valor estimado para o ano 2009. A receita proveniente de Loteamentos e Obras representa 86,8% destes impostos;

▲ Os ***Rendimentos de Propriedade*** apresentam relativamente a 2009, um acréscimo de 7,26%. Estes rendimentos resultam em 86,1% da renda de concessão proveniente da EDP;

▲ As ***Transferências Correntes*** que representam 46,4% das receitas correntes registam um decréscimo de 1,30% face ao valor orçamentado para 2009. A sua proveniência é em 95,9% da Administração Central, maioritariamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS. Será ainda de referir que 585.700 euros são provenientes das comparticipações da DREN, IEFP e DGAL, no que dizem respeito ao apoio às despesas provenientes dos auxiliares da acção educativa, actividades extra-curriculares, estágios profissionais e transportes escolares, respectivamente. O valor orçamentado para a participação corrente em projectos co-financiados atinge o valor de 11.500,00 euros.

▲ A venda de ***Bens e Serviços Correntes*** que contribuem em 20,4% para o orçamento corrente das receitas, apresentam um acréscimo de 7,29% face ao valor orçamentado em 2009. A venda de bens e serviços relacionados com a água e os resíduos sólidos, são as receitas mais significativas, com 34,5% e 23,2%, respectivamente. As receitas provenientes das rendas contribuem em 13,1% para a formação deste tipo de receitas, estando incluídas as provenientes da habitação, edifícios e outras.

Ao nível das ***Receitas de Capital*** que, representam **42,80%** do Orçamento:

▲ A rubrica ***Venda de Bens de Investimentos***, *nomeadamente* Terrenos, com o peso no orçamento de receitas de capital de 25,2%, regista um acréscimo de 44,17% face ao valor estimado para o ano 2009;

▲ A rubrica ***Transferências de Capital*** que contribuem com 74,8% para o orçamento de receitas de capital, apresenta uma redução de 22,38% face ao valor estimado para o ano de 2009. Este agregado de receitas é proveniente das transferências da Administração Central com 12.929.500,00 euros. Por ordem de importância, 59,9% são provenientes de participação comunitária em co-financiamentos e 40,1% provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

QUADRO 4. Evolução da Previsão das Receitas Totais por Fontes de Financiamento - *dotações iniciais*

Fontes de Financiamento	2009		2010		Variação em %
	Valor	Estrutura (%)	Valor	Estrutura (%)	
F.E.F. / F.S.M. / P.V.IRS	14.841.800 €	34,60%	14.841.800 €	36,77%	*0,00%*
Apoios Comunitários e Outros	12.667.700 €	29,53%	8.799.800 €	21,80%	*-30,53%*
Empréstimos	0 €	0,00%	100 €	0,00%	*0,00%*
Receitas Próprias	15.383.600 €	35,86%	16.727.300 €	41,44%	*8,73%*
Total	*42.893.100 €*	*100,0%*	*40.369.000 €*	*100,0%*	*-5,88%*

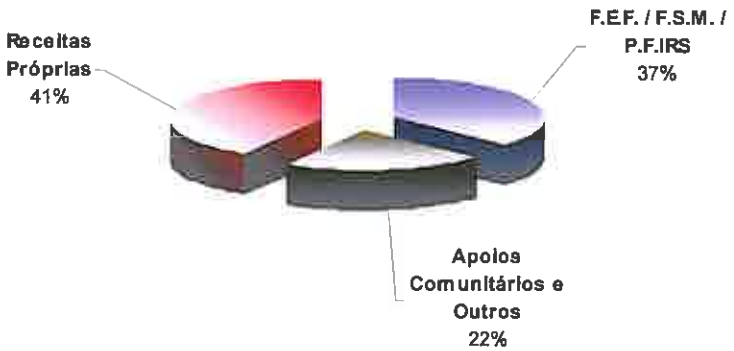
Complementando a análise anterior com a previsão global da estrutura das fontes de financiamento (correntes e de capital), do orçamento para 2010 salientamos alguns aspectos:

✦ As **transferências provenientes directamente do Orçamento de Estado** através dos fundos: Fundo de Equilibrio Financeiro (F.E.F.), Fundo Social Municial (F.S.M.) e Participação Variável no IRS (P.V.IRS) representam 36,77% dos recursos financeiros da Autarquia;

✦ As receitas **provenientes de apoios comunitários e outros** reflectem uma redução de 30,53% relativamente ao valor orçamentado em 2009;

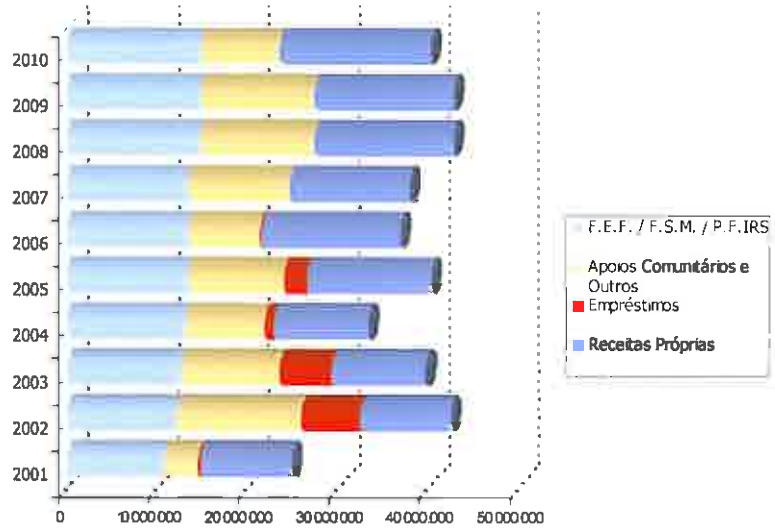
✦ As **receitas próprias** demonstram um incremento de 1.343.800,00 euros, representando no ano de 2010, 41,44% do financiamento do Orçamento de Receita.

GRÁFICO II. Estrutura do Orçamento de Receita *por fontes de financiamento*



Apresenta-se seguidamente a evolução das receitas totais previstas por fontes de financiamento num período mais alargado (2001-2010).

GRÁFICO III. Evolução das Receitas Totais – dotações iniciais *por fontes de financiamento*



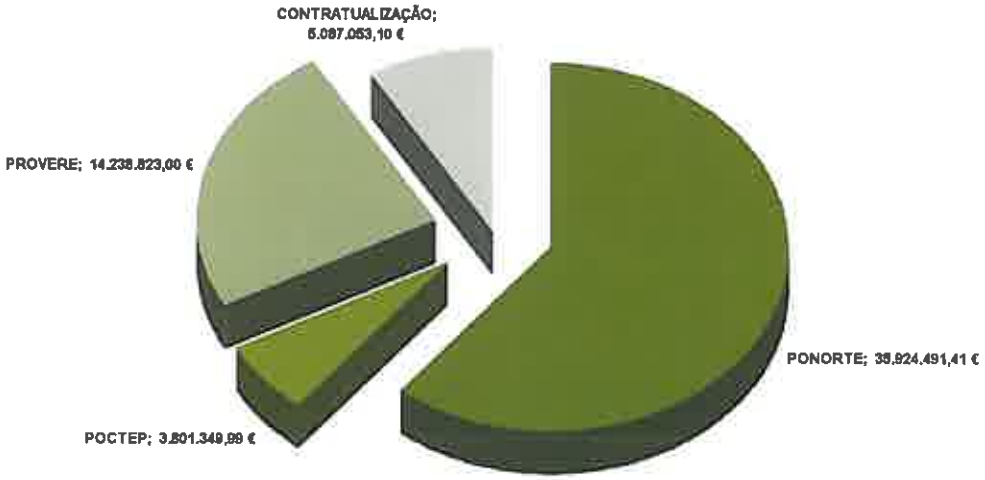
O quadro seguinte evidencia claramente, por programa e tipologia de projecto, os investimentos cujo financiamento é proveniente de apoios comunitários e outros contratos durante o ano de 2010.

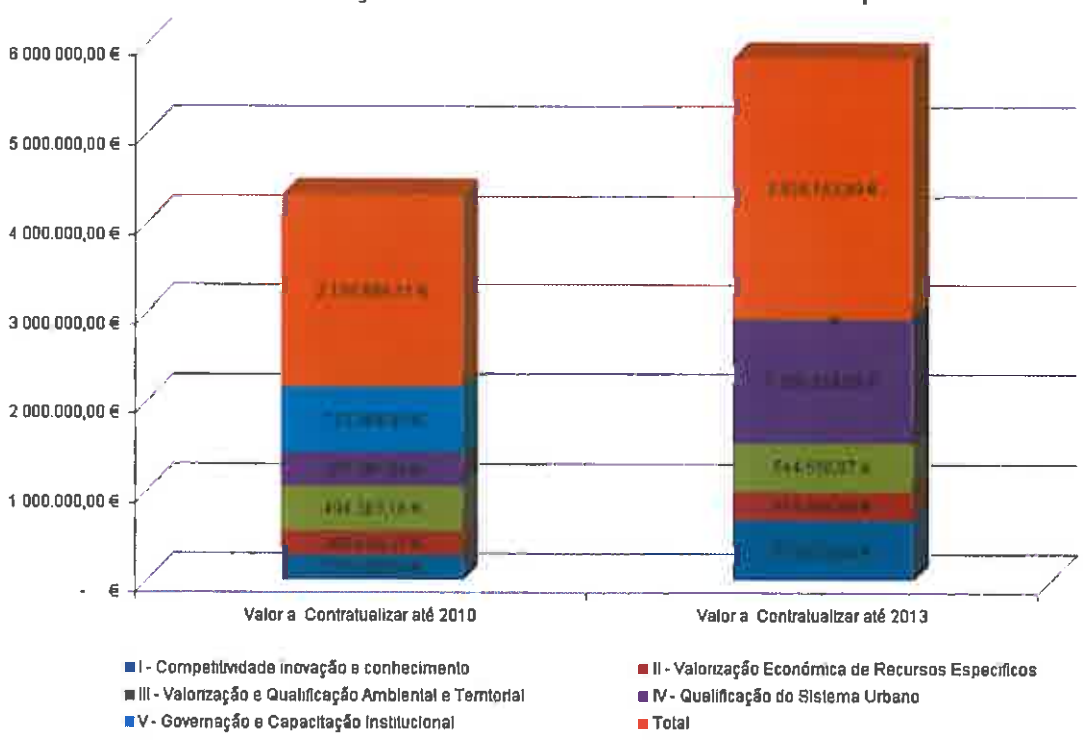
QUADRO 5. Previsão de receitas provenientes de fundos comunitários e outros contratos para 2010 (euros)

(euros)

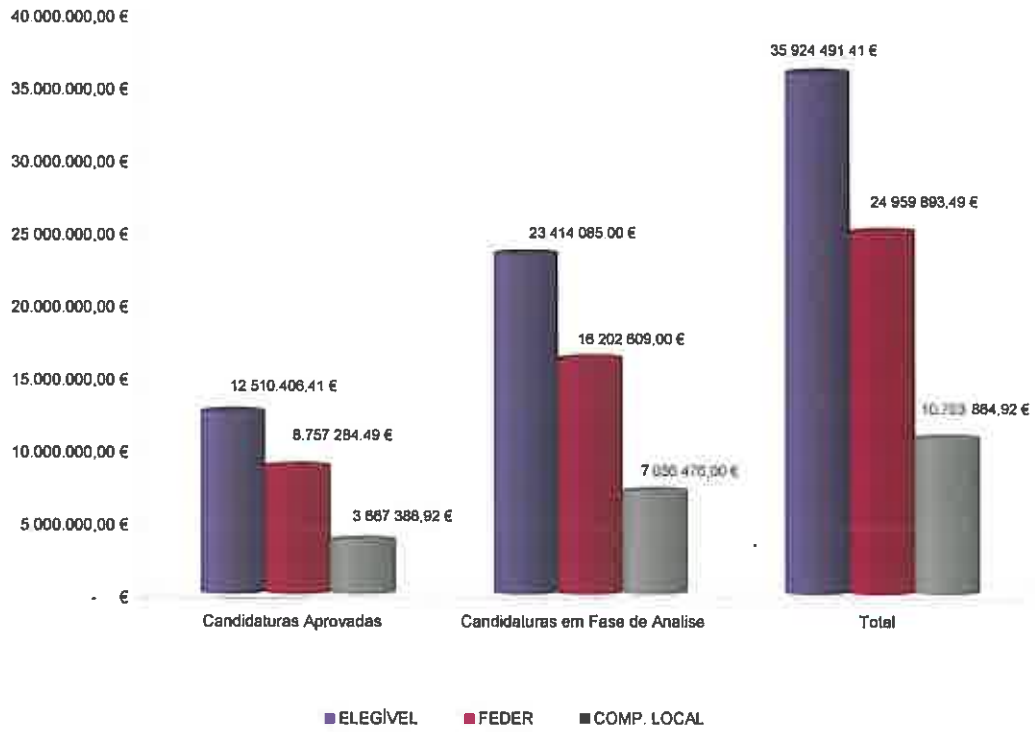
Designação dos Projectos	Origem do Financiamento	Valor
Transmuseus I (Centro de Arte Contemporânea)	INTEREG III A - FEDEI	341 543,00
Transmuseus II (Centro de Arte Contemporânea)	INTEREG III A - FEDEI	16 675,00
Mal II (Estrada de ligação com Espanha - Entrada n.º18-Parâmio/Fronteira	INTEREG III A - FEDEI	163 728,00
Férias da Raia (Área envolvente ao NERBA)	INTEREG III A - FEDEI	23 343,00
Máscaras (Museu da Ibérico da Máscara e do Traje)	INTEREG III A - FEDEI	787,00
Parque - Potenciação e Desenvolvimento Competitivo dos Recursos de Uso Empresarial	INTEREG III A - FEDEI	79 309,00
Cooperação em Rede II (Zona Industrial de Mós)	INTEREG III A - FEDEI	235 765,00
Vias Augustas II	INTEREG III A - FEDEI	73 642,00
RTN - Sistema de prevenção e actuação em situações de emergência provocadas por riscos naturais e tecnológicos	INTEREG III A - FEDEI	70 641,00
Bragança Activa	FEDER	1 954 372,00
Nova Mãe D'Água	FEDER	858 200,00
Requalificação da Rede escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar	FEDER	2 000 000,00
Centro de Saúde de Sta. Maria - Bragança II	FEDER	16 494,47
Modernização Administrativa - S.A.M.A	FEDER	73 877,65
ecoCITRAS	FEDER	100 000,00
Zona Industrial de Mós - Fase II	FEDER	10 000,00
Zona Industrial das Cantarias - Fase II Consolidação Territorial das Actividades económicas	FEDER	100 000,00
Equipamento Tecnológico para as Escolas, Criação e Divulgação de Conteúdos e Serviços On-line Arquivo Digital Assembleia Digital PDM Digital	FEDER	50 000,00
Praia Fluvial de Gostei Construção e Manutenção da Rede de Águas e Saneamento na área do Município	FEDER	260 000,00
Sinalização da Rede Viária Municipal	FEDER	5 000,00
Transportes a pedido no meio Rural Renovação da Frota de Transportes na área Rural	FEDER	200 000,00
Conservação da Rede Viária Municipal	FEDER	698 498,71
Modernização da Gestão Redes e Serviços Municipais no âmbito das TIC	FEDER	300 000,00
DISTRANS	FEDER	7 500,00
PROBIONER	FEDER	30 000,00
VIAS	FEDER	75 000,00
	TOTAL	**7.744.375,83**

GRÁFICO IV. RESUMO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO





Operação Norte 2



NOVA MÃE D'ÁGUA – REQUALIFICAÇÃO E REINTEGRAÇÃO URBANA DA ZONA DA MÃE D'ÁGUA

Investimento Elegível Aprovado: 6.183.265,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivo: Promoção da coesão e da inclusão sociais, da integração e da igualdade de oportunidades. Revitalização sócio-económica da área, qualificação do ambiente urbano e incremento da cidadania. Fazem parte da parceria da Bragança Activa:

- Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques;
- Instituto Politécnico de Bragança;
- Associação Regional de Ciclismo e Cicloturismo de Bragança.

Acção 1 – Reperfilamento da Av. General Humberto Delgado

Investimento Elegível: 3.924.662,58€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Implementação de um novo perfil e redesenho urbano da Avenida General Humberto Delgado, de forma a melhorar a fluidez do trânsito automóvel e o mobiliário urbano, aumentar o estacionamento, alargar os passeios, permitindo uma melhor circulação e a sua arborização, e eliminar as barreiras arquitectónicas e visuais; Melhoria da ligação desta avenida aos Bairros da Mãe d'Água e do Campelo, tornando-os mais permeáveis à restante Cidade, constituindo o seu prolongamento natural; Melhoria da ligação do centro da Cidade ao seu acesso Leste; Melhoria das condições de segurança no acesso à escola EB 2/3 Paulo Quintela; Renovação das infra-estruturas urbanas no subsolo.

Acção 2 – Requalificação do espaço público do Bairro da Mãe d'Água

Investimento Elegível: 262.500,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Qualificação do ambiente urbano, do espaço público e das vivências por ele proporcionadas, através da melhoria do seu desenho e do mobiliário urbano, da pavimentação de arruamentos e passeios, da introdução de elementos arbóreos, e da eliminação de barreiras arquitectónicas e visuais; Organização da circulação (sentidos únicos) de forma a permitir alargamentos de passeios, arborização, ou estacionamento; Renovação das infra-estruturas urbanas no subsolo.

Acção 3 – Requalificação do espaço público do Bairro do Campelo

Investimento Elegível: 231.000,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Qualificação do ambiente urbano, do espaço público e das vivências por ele proporcionadas, através da melhoria do seu desenho e do mobiliário urbano, da pavimentação de arruamentos e passeios, da introdução de elementos arbóreos, e da eliminação de barreiras arquitectónicas e visuais; Organização da circulação (sentidos únicos) de forma a permitir alargamentos de passeios, arborização, ou estacionamento; Renovação das infra-estruturas urbanas no subsolo.

Acção 4 – Requalificação do espaço público do Bairro do Estação

Investimento Elegível: 262.500,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Qualificação do ambiente urbano, do espaço público e das vivências por ele proporcionadas, através da melhoria do seu desenho e do mobiliário urbano, da pavimentação de arruamentos e passeios, da introdução de elementos arbóreos, e da eliminação de barreiras arquitectónicas e visuais; Organização da circulação (sentidos únicos) de forma a permitir alargamentos de passeios, arborização, ou estacionamento; Renovação das infra-estruturas urbanas no subsolo.

Acção 5 - Criação da ciclovia da Mãe d'Água

Investimento Elegível: 630.000,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Criação de uma ciclovia que utilize o canal da antiga linha de caminho de ferro, que parta da antiga estação (agora terminal rodoviário) e envolva toda a área de intervenção.

Acção 6 - Criação da Praça da Nova Mãe d'Água

Investimento Elegível: 315.000,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Criação de um novo espaço público na zona do Pisco que seja, simultaneamente, um local de encontro e convivência qualificado e confortável, com particular atenção às camadas da população jovem e idosa, e um local com uma imagem de referência da intervenção de regeneração urbana; Abertura de uma ligação privilegiada do Bairro do Fomento à estação rodoviária e, consequentemente ao centro da Cidade - pedestre e ciclável; Implementação de princípios inseridos na estratégia de sustentabilidade ambiental e de ecocidade de Bragança; Criação de um local com uma imagem de referência que seja um ícone da intervenção de regeneração urbana.

Acção 7 - Dinamização do Parque da Mãe d'Água

Investimento Elegível: 60.500,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Transformação dos terrenos onde se inserem os depósitos das Águas de Trás-os-Montes num parque urbano, aberto à utilização pela população da Cidade, que contribua para a qualificação do ambiente urbano, do espaço público e das vivências por ele proporcionadas; Qualificação e recuperação do depósito de água (pião), transformando-o num elemento de identidade e de referência da Zona da Mãe d'Água (e do próprio projecto de regeneração); Promoção de actividades de animação urbana e cultural, inseridas na estratégia de sustentabilidade ambiental e de ecocidade de Bragança;

Acção 8 – Dinamização Económica e Digital da Zona da Mãe d'Água

Investimento Elegível: 211.750,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Melhoria de competências e da inserção no mercado de trabalho da população em risco de exclusão da zona da Mãe d'Água; Desenvolvimento de novas oportunidades de qualificação, de auto-emprego e de empreendedorismo; Promoção da conciliação da vida familiar e profissional.

Acção 9 – Requalificação e Reintegração Urbana da Zona da Mãe d'Água

Investimento Elegível: 94.015,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos:

- Criação de um gabinete técnico dedicado ao urbanismo, arquitectura e engenharia que tenha como objectivos:
  - i. Dar apoio técnico aos moradores para a auto-reabilitação;
  - ii. Definir, coordenar e acompanhar as acções de intervenção no espaço público e no ambiente urbano propostos no Plano de Acção.
- Promoção de novos usos às instalações disponíveis e já remodeladas na antiga Estação Ferroviária;
- Promoção da inclusão e da integração social das diferentes comunidades presentes na Zona da Mãe d'Água;
- Criação de serviços integrados de proximidade e remodelação de equipamentos;

- Coordenação integrada e dinamização das acções sociais desenvolvidas na zona da Mãe d'Água;
- Prevenção da toxicodependência, da delinquência e de comportamentos anti-sociais.
- Dinamização das actividades culturais na zona da Mãe d'Água;
- Promoção da integração social e cultural das diferentes comunidades presentes na zona da Mãe d'Água.

BRAGANÇA ACTIVA – REQUALIFICAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

Investimento Elegível Aprovado: 5.923.495,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivo: A Zona Histórica é uma área de excelência urbana que compreende a Cidadela e o espaço envolvente, bem como o tecido histórico que se estende até à Praça da Sé e o corredor do rio Fervença. O espaço público da Zona Histórica tem vindo a ser alvo de intervenção ao longo dos últimos anos, nomeadamente no que se refere a infra-estruturas de água, saneamento e electricidade. No entanto, apresenta ainda fenómenos de degradação física e de vulnerabilidade social que dificultam a inversão das tendências instaladas. No que se refere à Zona de Santa Apolónia, situa-se a sul da Zona Histórica, integrando uma parte da zona abrangida pelo Programa Polis (zona onde se encontra o Centro de Ciência Viva), o Campus do Instituto Politécnico de Bragança, alguns bairros de génese social, designadamente o Bairro dos Formarigos e o Bairro da Coxa, e espaços vazios desqualificados.

Consciente que a intervenção de regeneração urbana terá de ser um processo complexo e integrado que combine objectivos de regeneração física, com objectivos socioeconómicos, a Câmara Municipal de Bragança montou uma estratégia integrada de intervenção que desencadeou o desenvolvimento do Programa de Acção – Bragança Activa, que combina acções heterogéneas mas coerentes em toda a área de intervenção.

Fazem parte da parceria da Bragança Activa:

- Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques;
- Instituto Politécnico de Bragança;
- Associação Regional de Ciclismo e Cicloturismo de Bragança.

Acção 1 - Sede da Fundação Hispano – Portuguesa Rei Afonso Henriques em Portugal

Investimento Elegível: 200.000,00€

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Requalificação da 1ª Agência do Banco de Portugal para instalação da Sede da Fundação Hispano – Portuguesa Rei Afonso Henriques em Portugal.

Acção 2 – Dinamização sócio-cultural, ambiental e desportiva do Centro Histórico

Investimento Elegível: 141.000,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos:

Objectivos: Requalificação urbanística do depósito da Mãe d'Água do Loreto e da sua envolvente.

Acção 7 - Igreja dos Formarigos

Investimento Elegível: 109.412,00€

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Requalificar um espaço com grande significado para a comunidade local, reforçando assim o sentimento de pertença e de auto-estima e de identificação com o local.

Acção 8 - Escola de Dança

Investimento Elegível: 250.000,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Requalificação da Escola EB1 do Loreto, incluindo os trabalhos de adaptação funcional do edifício; Instalação de Escola de Dança.

Acção 9 – Bragança Criativa

Investimento Elegível: 750.000,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Aumento do espírito empreendedor da população da área de intervenção e melhoria das competências relacionadas com a actividade empreendedora (tendo em consideração diferentes segmentos: crianças e jovens, estudantes no final do curso e professores, desempregados, indivíduos que procuram novas oportunidades, ...); Desenvolvimento de novas oportunidades de qualificação, de auto-emprego e de empreendedorismo; Aumento do dinamismo económico do Concelho e da Região, contribuindo para fixação de empresas, empregos e população; Aumento da visibilidade e notoriedade de Bragança como pólo motor da actividade empreendedora de todo o Nordeste Transmontano.

Acção 10 – Forno Comunitário

Investimento Elegível: 180.000,00€

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Reabilitação de um antigo forno comunitário de pão na rua dos Fornos; Promoção de actividades de carácter didáctico e pedagógico; Instalação da sede da Associação de Moradores dos Batoques; Criação de um espaço de convívio para os moradores do bairro.

Acção 11 – Casa da Cidade

Investimento Elegível: 382.800,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Requalificação de um imóvel no Centro Histórico de Bragança; Criação de espaços destinados a albergar um conjunto de Organizações Não Governamentais (associações culturais, recreativas, ambientais, sociais, desportivas, etc.); Promoção da participação cívica e da inclusão social.

Acção 12 – Casa da Seda

Investimento Elegível: 192.000,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivos: Ampliação do Centro de Ciência Viva de Bragança; Promoção de actividades de carácter didáctico e pedagógico.

REQUALIFICAÇÃO DA REDE ESCOLAR DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E PRÉ-ESCOLAR

Acção 1 – Centro Escolar de Santa Maria

Investimento previsto: 1.866.482,42€.

Objectivo: Construção do Centro Escolar de Santa Maria que permita atingir vários objectivos estratégicos ao nível da qualificação do ensino, nomeadamente através da concentração alunos e consequente rentabilização dos meios humanos, físicos e tecnológicos. Esta concentração de alunos permitirá uma oferta alargada de valências educativas e de actividades físicas, artísticas e comportamentais, aumentando a sociabilização dos alunos, contribuindo para uma diminuição das taxas de abandono e insucesso escolar.

A construção de um equipamento educativo de elevada qualidade arquitectónica e funcionalidade, num espaço natural de excelência e proximidade a equipamentos culturais (Museu Abade de Baçal, Museu Militar, Arquivo Distrital de Bragança, Museu da Máscara e do Traje Ibérico), contribuirá para o aumento da coesão e dinamização territorial e cultural.

Acção 2 – Centro Escolar da Sé

Investimento previsto: 1.882.692,75€.

Objectivo: Construção do Centro Escolar da Sé que permita atingir vários objectivos estratégicos ao nível da qualificação do ensino, nomeadamente através da concentração alunos e consequente rentabilização dos meios humanos, físicos e tecnológicos. Esta concentração de alunos permitirá uma oferta alargada de valências educativas e de actividades físicas, artísticas e comportamentais, aumentando a sociabilização dos alunos, contribuindo para uma diminuição das taxas de abandono e insucesso escolar.

A construção de um equipamento educativo de elevada qualidade arquitectónica e funcionalidade, permitirá uma continuidade na requalificação da zona envolvente (Cybercentro, Mercado Municipal, EB1,2,3 Paulo Quintela, Piscinas Municipais, Pavilhão Polidesportivo Coberto), o que, a par da requalificação da via existente (Av. General Humberto Delgado) e implementação de ciclovias, criará condições ímpares de mobilidade e complementaridade funcional.

Acção 3 – EB1 de Rebordãos

Investimento Elegível Aprovado: 109.066,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivo: A requalificação da EB1 de Rebordãos permitirá atingir vários objectivos estratégicos ao nível da qualificação do ensino, nomeadamente através da concentração alunos e consequente

rentabilização dos meios humanos, físicos e tecnológicos. Esta concentração de alunos permitirá uma oferta alargada de valências educativas e de actividades físicas, artísticas e comportamentais, aumentando a sociabilização dos alunos, contribuindo para uma diminuição das taxas de abandono e insucesso escolar.

Serão concentradas na EB1 de Rebordãos 2 estabelecimentos de ensino com menos de 10 alunos, EB1 de Sarzeda e EB1 do Zoio.

A requalificação da EB1 de Rebordãos, contribuirá para uma complementaridade espacial, dinamizando funcionalmente os espaços e os equipamentos educativos, sociais e de lazer existentes.

Acção 4 – EB1 de Quintanilha

Investimento Elegível Aprovado: 54.285,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivo: A requalificação da EB1 de Quintanilha permitirá atingir vários objectivos estratégicos ao nível da qualificação do ensino, nomeadamente através da concentração alunos e consequente rentabilização dos meios humanos, físicos e tecnológicos. Esta concentração de alunos permitirá uma oferta alargada de valências educativas e de actividades físicas, artísticas e comportamentais, aumentando a sociabilização dos alunos, contribuindo para uma diminuição das taxas de abandono e insucesso escolar.

Serão concentradas na EB1 de Quintanilha treze estabelecimentos de ensino com menos de 10 alunos, EB1 de Outeiro, EB1 de Paradinha, EB1 de Rio Frio, EB1 de Paço de Rio Frio, EB1 de Milhão, EB1 da Refega, EB1 de São Julião de Palácios, EB1 de Palácios, EB1 de Caravela, EB1 de Deilão, EB1 de Vila Meã, EB1 da Petisqueira e EB1 de Guadramil.

CENTRO DE SAÚDE DE SANTA MARIA

Investimento Elegível Aprovado: 1.877.075,74€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivo: A execução desta infra-estrutura de saúde, para além de uma melhoria do acesso e qualidade e da humanização dos cuidados, reforça a promoção da saúde na respectiva área de influência. Por outro lado, assegurará a imagem, identidade, comunicação e atendimento aos cidadãos nos Centros de Saúde, já que a beneficiação e dignificação das áreas de interface física e humana entre os serviços dos Centros de Saúde e os cidadãos/utentes, acompanhadas de mudanças organizacionais internas, criam uma nova imagem do Centro de Saúde e das respectivas equipas multiprofissionais. A construção desta infra-estrutura permite, também, dar uma resposta mais adequada às necessidades de saúde da população, designadamente da população idosa.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - SAMA

Investimento Elegível Aprovado: 414.693,48€.

Taxa de Comparticipação: 60%.

Objectivo: Melhoria das condições tecnológicas nos municípios abrangidos, contribuindo para a melhoria do serviço público e aumento da eficiência, compreendendo mecanismos como Serviços

On-Line, administração electrónica, *workflow*, gestão documental, extranet para parceiros e melhoria das aplicações e funcionalidades das aplicações municipais; Simplificar e agilizar a vida quotidiana dos Cidadãos e Empresas no seu relacionamento com os serviços públicos locais e regionais; Modernizar as autarquias locais a nível de funcionamento interno de forma a privilegiar o relacionamento com os munícipes e a transparência dos processos; Fomentar a participação dos Cidadãos na vida sócio-cultural dos Municípios e da região.

ecoPOLIS – CENTRO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA ENERGIA E AMBIENTE

Investimento Elegível Aprovado: 3.500.000,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%

Objectivo: O EcoPolis deverá constituir-se como um forte centro de competências de referência a nível nacional e internacional nas temáticas "Eco", estando previsto que venha a assumir as seguintes componentes:

- Centro Formação: estrutura focada na prestação de serviços e na formação junto de agentes do sector do ambiente e da energia;
- Observatório da Sustentabilidade: estrutura de acompanhamento permanente da situação de Trás-os-Montes e das suas Cidades no que se relaciona com a sustentabilidade. Esta estrutura terá também nas suas funções a promoção da certificação da Rede e das suas cidades em diferentes âmbitos relacionados com a temática "eco";
- EcoFundo: estrutura de gestão de um fundo financeiro que terá como principal missão apoiar os projectos que concorram para a afirmação das Cidades de Trás-os-Montes como ecocidades;
- Eco Living Lab: estrutura de apoio ao aumento das sinergias entre os diversos actores regionais, focada na internacionalização e na promoção da Região dos seus Concelhos como espaços de referência em termos ambientais, com claras vantagens na captação de residentes, visitantes e investimento;
- Parque Temático: as instalações do EcoPolis deverão incluir um "parque temático" ou um edifício bioclimático demonstrativo, interpretativo e interactivo, vocacionado para a difusão da cultura científica e tecnológica através da observação e da experimentação.

INCUBADORA DO BRIGANTIA ECOPARK

Investimento previsto: 3.040.025,00€.

Objectivo: A criação da Incubadora do Brigantia EcoPark tem como objectivo geral o estímulo do empreendedorismo de base tecnológica na Região de Bragança e como objectivos específicos:

- A disponibilização de uma infra-estrutura de elevada qualidade, vocacionada para a instalação de novos negócios de base tecnológica, nomeadamente em sectores e clusters considerados estratégicos;
- A captação de projectos de investimento com actividades de valor acrescentado e que requeiram mão-de-obra qualificada;

- A atracção de novas empresas comprometidas com a qualidade dos produtos e serviços, mas também com a sustentabilidade e manutenção dos recursos naturais.

Obs: Será apresentada nova candidatura.

BRIGANTIA ECOPARK

Investimento previsto: 9.250.365,00€.

Objectivo: A criação do Brigantia EcoPark deverá ter como objectivo geral a promoção de uma cultura de inovação e de competitividade na Região de Bragança e como objectivos específicos:

- A disponibilização de infra-estruturas de elevada qualidade, que ofereçam condições qualificadas para a instalação de empresas de base tecnológica, novas e existentes, nomeadamente em sectores e clusters considerados estratégicos;
- A captação de projectos de investimento com actividades de valor acrescentado e que requeiram mão-de-obra qualificada;
- A atracção de novas empresas comprometidas com a qualidade dos produtos e serviços, mas também com a sustentabilidade e manutenção dos recursos naturais;
- O desenvolvimento de projectos de I&D e a prestação de serviços de assistência científica e tecnológica em domínios seleccionados;
- A difusão de conhecimento e de Ciência e Tecnologia (C&T), que contribua para o aumento da procura científica e tecnológica e para a inovação empresarial.

Obs: Será apresentada nova candidatura.

ZONA INDUSTRIAL DE MÓS – FASE II

Investimento Elegível Candidatado: 638.531,07€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivo: Dar continuidade ao processo de ampliação da Zona Industrial de Mós, conforme definido no Plano Director Municipal, elevando a disponibilidade de espaços industriais concelhios num nó da IP4/A4, aumentando a competitividade das empresas e favorecendo a sua internacionalização.

ZONA INDUSTRIAL DAS CANTARIAS – FASE II

Investimento Elegível Candidatado: 877.434,59€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivo: Dar continuidade ao processo de ampliação da Zona Industrial das Cantarias, conforme definido no Plano Director Municipal, elevando a disponibilidade de espaços industriais concelhios, aumentando a competitividade das empresas e favorecendo a sua internacionalização.

SERVIÇOS E CONTEÚDOS MUNICIPAIS ON-LINE

Investimento Elegível Candidatado: 730.000,00€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivo: Modernizar os serviços municipais, dotando-os das ferramentas tecnológicas necessárias à disponibilização de conteúdos on-line, aumentando a transparência da Administração Local, a eficiência e qualidade dos serviços municipais.

CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ÁGUAS E SANEAMENTO

Investimento Elegível Candidatado: 1.541.969,17€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivo: Melhorar a cobertura concelhia de saneamento básico, nomeadamente através da execução de redes de saneamento básico nas aldeias de Lagomar, Terroso, Oleiros, Frieira, Vila Boa e Parâmio. Serão ainda construídas ETA's nas aldeias de França, Rabal, Rebordãos e S. Pedro dos Sarracenos.

SINALIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL

Investimento Elegível Candidatado: 137.784,74€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivo: Pretende-se reformular toda a sinalética direccional da rede viária municipal, retirando toda a sinalética danificada e obsoleta, substituindo por sinalética uniforme, moderna e com maior visibilidade. A sinalética a instalar contribuirá para uma melhoria das condições de segurança rodoviária e encaminhamento dos automobilistas.

TRANSPORTES A PEDIDO NO MEIO RURAL E RENOVAÇÃO DA FROTA RURAL

Investimento Elegível Candidatado: 861.154,66€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivo: Aumentar a taxa de utilização dos transportes colectivos, diminuindo a utilização veículo privado e a emissão de gases com efeito de estufa. A implementação de um sistema de transporte a pedido para o meio rural, através de uma plataforma de comunicação, permitirá ajustar os percursos, paragens e horários à medida dos utilizadores.

CONSERVAÇÃO DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL

Investimento Elegível Candidatado: 1.532.855,29€.

Taxa de Comparticipação: 70%.

Objectivo: Melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária nas estradas municipais, promovendo a acessibilidade e desenvolvimento concelhio. Assim, serão executadas as seguintes ligações: Freixedelo; Nogueira-Castanheira; Meixedo-Carragosa; Sortes-Lanção; Fermentãos-Sendas.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO, REDES E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Investimento Elegível Candidatado: 1.029.627,00€.

Taxa de Comparticipação: 60%.

Objectivo: No âmbito da modernização administrativa a efectuar no Município de Bragança, pretende-se efectuar uma reorganização funcional e espacial dos serviços municipais, aumentando a acessibilidade, qualidade e eficiência dos mesmos. As condições de atendimento ao munícipe serão melhoradas e as condições de trabalho dos colaboradores do Município serão ajustadas às necessidades diárias do seu desempenho.

DISTRANS

Investimento Elegível Aprovado: 136.000,00€.

Taxa de Comparticipação: 75%.

Objectivo: Criação de um Centro de Dinamização Empresarial e de Cooperação Transfronteiriça, explorando as vertentes da Inovação e do Desenvolvimento Tecnológico.

PROBIONER

Investimento Elegível Aprovado: 266.666,00€.

Taxa de Comparticipação: 75%.

Objectivo: Pretende-se instalar um Gabinete de Eco-Construção, capaz de dinamizar a sociedade civil para a utilização de novos materiais, tecnologias e metodologias na construção e reconstrução do edificado, aproveitando para introduzir mais valias energéticas e ambientais.

Será realizada em Bragança uma Feira Ibérica de Sustentabilidade Urbana, na qual estarão representadas empresas e instituições ibéricas relacionadas com equipamentos e projectos relacionados com a sustentabilidade urbana, nas suas mais variadas componentes (Água, Resíduos, Mobiliário Urbana, Construção Civil, Mobilidade Urbana, etc.).

Serão efectuadas 4 auditorias energéticas a edifícios municipais, monitorizando consumos e perdas, estabelecendo uma metodologia de poupança e eficiência energética. Complementarmente, será executada uma análise para o aproveitamento de recursos energéticos.

VIAS

Investimento Elegível Aprovado: 194.533,33€.

Taxa de Comparticipação: 75%.

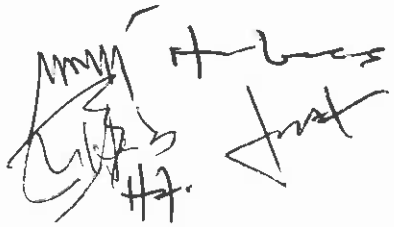
Objectivo: Pretende-se melhorar as condições de circulação e acessibilidade em estradas municipais, nomeadamente através das repavimentações entre a EN-308/Guadramil e a Fronteira e da EN-308 e a Petisqueira.

PROVERE DA TERRA FRIA TRANSMONTANA

Investimento Elegível Aprovado (Bragança): 14.238.823,00€.

Promotor: Associação dos Municípios da Terra Fria Transmontana

Objectivo: O objectivo geral da intervenção Provere da Terra Fria Transmontana, prende-se sobretudo com a necessidade de introduzir no território um conjunto de valores que, pela sua coerência, objectividade e adequação, mobilizem os agentes para que se tornem verdadeiros elementos de transformação no refundar da economia da região, introduzindo uma nova visão que



permita a inclusão de factores de modernidade, inovação e de capacidade institucional e empresarial que permita contribuir para o desenvolvimento económico e social regional. Este território caracterizado pela escassez de recursos, humanos, relacionais e populacionais, carece de uma estratégia colectiva para o melhor aproveitamento das valias do território.

Assim, o desenvolvimento desta região, passa obrigatoriamente pelo aproveitamento mais racional dos seus recursos endógenos, tendo como ambição transformar este território, como a primeira Eco-região portuguesa, o que se deverá constituir como factor de valorização, de sustentabilidade dos vários sectores de actividade. Esta estratégia concertada, permitirá criar um enquadramento favorável à dinamização económica e social do território, pelo aumento da competitividade e da produtividade das estruturas tradicionais. A aposta na criação de núcleos de investigação e desenvolvimento tecnológico direccionados à temática de sustentabilidade do território, visa captar massa crítica vital essencial ao desenvolvimento desta região.

Acção 1 - Criação de uma loja "Arca da Terra Fria"

Investimento Elegível: 200.000,00€.

Objectivos: Valorização comercial dos produtos tradicionais da Terra Fria, Apoio ao lançamento de iniciativas inovadoras em matéria de valorização comercial dos produtos tradicionais.

2.1.2. Orçamento da Despesa

A realização de despesas tem como princípio fundamental, e no âmbito das competências legalmente conferidas às autarquias, a afectação de recursos ao desenvolvimento de actividades para a satisfação das necessidades da população local. Neste enquadramento e seguindo a mesma orientação aplicada às receitas, nomeadamente na aplicação dos princípios e regras instituídos no POCAL, o orçamento da despesa é projectado evidenciando a relação existente entre a capacidade de financiamento que esta autarquia dispõe e as dotações afectas a cada uma das funções, objectivos ou finalidades comuns às mesmas actividades (classificação funcional) ou a cada operação económica (classificação económica).

As despesas, quanto à sua natureza económica, são classificadas em correntes e de capital. São despesas correntes as que afectam somente o património não duradouro, implicando uma diminuição do activo líquido. A exemplo disso identificam-se as despesas de funcionamento dos serviços, que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente. As despesas de capital são todas aquelas que alteram o património duradouro da Autarquia.

A análise do comportamento do orçamento de despesa, cujo valor previsto ascende a 40.369.000,00 euros, deve ser efectuada numa óptica de comparação com a estimada no ano precedente. Assim as despesas correntes atingem o valor 22.288.200,00 euros, ou seja, um acréscimo de 5,09%. As despesas de capital com o valor de 18.080.800,00 euros, registam uma redução de 16,62% relativamente ao ano de 2009.

Convém referir que relativamente à despesas com pessoal, os critérios de orçamentação deste tipo de despesas sofreram alterações com a entrada em vigor e produção de efeitos da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. Com efeito, estabelece este diploma no número 1 do seu artigo 7.º quais os encargos afectos às despesas com pessoal que devem ser suportados pelas verbas orçamentais dos órgãos ou serviços, e citamos:

> *a) Com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço;*
>
> *b) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou, com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;*
>
> *c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.*

Ao analisar cada um dos agrupamentos que constituem o orçamento da despesa ressaltam as seguintes apreciações:

As ***Despesas Correntes*** representam **55,21%** do Orçamento e destacamos a seguinte informação:

- ✦ As ***Despesas com o pessoal*** *registam* um aumento de 0,33% face ao valor estimado para o ano 2009. Tendo por base as dotações corrigidas em final de Setembro de 2009, que atingem o valor de 7.085.000,00, esta variação situa-se na ordem dos 8,98%;

- ✦ A rubrica ***Aquisição de bens e serviços*** regista um incremento de 12% face ao valor previsto no orçamento para o ano 2009. Desagregada, a aquisição de bens apresenta um crescimento de 5,41% e a aquisição de serviços 13,28%. Com base na comparação das dotações corrigidas com reporte a 30/09/2009, a rubrica de aquisição de bens e serviços, reflecte um aumento de 8,36%.

- ✦ A rubrica ***Juros e outros encargos*** indica uma diminuição de 63,74% face ao valor previsto no orçamento para o ano 2009. Este ajustamento é consequência da substancial diminuição das taxas de juro aplicadas durante o ano de 2009 e que serviram de base para o cálculo previsional do ano de 2010;

- ✦ A rubrica ***Transferências correntes regista*** um aumento de 4,58% face ao valor previsto no orçamento para o ano 2009;

- ✦ As ***Outras despesas correntes*** registam uma diminuição de 20,91% face ao valor previsto no orçamento para o ano 2009;

Ao nível das ***Despesas de Capital*** que representam **44,79%** do orçamento:

- ✦ A rubrica referente à ***Aquisição de bens de capital*** *regista* uma diminuição de 27,16% face ao valor estimado para o ano 2009, em resultado da quebra da previsão das receitas de capital. Esta tipologia de despesas representa 74,6% no orçamento das despesas de capital e 33,4% do orçamento global;

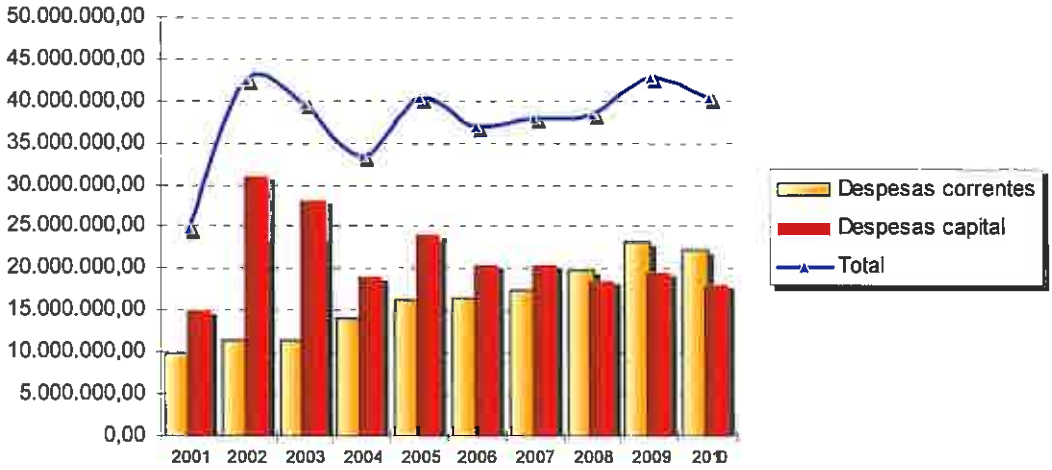
- ✦ As ***Transferências de capital*** demonstram um aumento de 132,16% em relação ao valor previsto no orçamento para o ano 2009;

- ✦ A rubrica de ***Activos financeiros*** revela uma diminuição de 25,33% face ao valor estimado no orçamento para o ano 2009;

- ✦ A rubrica ***Passivos financeiros*** *evidencia* uma diminuição de 3,74% face ao valor estimado no orçamento para o ano 2009;

Em termos comparativos a estrutura da despesa prevista comporta-se do seguinte modo:

GRÁFICO V. Evolução da estrutura da despesa 2001-2010



A previsão dos fundos da Autarquia é efectuada pelas várias unidades orgânicas, gerando orçamentos previsionais, resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objectivos traçados pelo executivo camarário. O principal objectivo visa a máxima rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

Seguidamente, apresenta-se embora muito sinteticamente, a previsão das despesas pelas várias unidades orgânicas, bem como pelo seu tipo de natureza, correntes ou de capital, indiciadoras do tipo de actividade que cada uma desenvolve.

As despesas associadas ao *Departamento de Obras e Urbanismo* representam 36,40% do total. É neste departamento que está representada a maior fatia de obras públicas promovidas pela Autarquia, o que justifica o tipo de despesa que quase na sua totalidade (77%), absorve as despesas de capital.

À Administração Autárquica, com um peso de 28,24% da despesa, estão associados, além de despesas com o pessoal, os valores inerentes às operações financeiras - encargos correntes da dívida contraída junto de instituições de crédito, aquisições de bens e serviços e as transferências de correntes e de capital.

QUADRO 6. Repartição Departamental da Despesa Total 2010 – *por tipo de despesa*

Unidades Orgânicas	Despesas Correntes				Despesas de Capital	TOTAL
	Despesas com pessoal	Aquisição de bens e serviços	Outras Despesas	Total	Despesas de Capital	
Administração Autárquica	***1.068.800 €***	***3.674.000 €***	***782.100 €***	***5.524.900 €***	***5.877.300 €***	***11.402.200 €***
Assembleia Municipal	43.200 €	8.900 €	0 €	52.100 €	0 €	52.100 €
Câmara Municipal	1.025.600 €	3.665.100 €	585.000 €	5.275.700 €	4.064.600 €	9.340.300 €
Operações Financeiras	0 €	0 €	197.100 €	197.100 €	1.812.700 €	2.009.800 €
Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira	***1.178.900 €***	***69.900 €***	***0 €***	***1.248.800 €***	***10.000 €***	***1.258.800 €***
Divisão Administrativa	542.400 €	21.800 €	0 €	564.200 €	5.000 €	569.200 €
Divisão Financeira	501.100 €	43.500 €	0 €	544.600 €	5.000 €	549.600 €
Divisão de Informática e Sistemas	135.400 €	4.600 €	0 €	140.000 €	0 €	140.000 €
Departamento de Obras e Urbanismo	***1.983.800 €***	***1.387.100 €***	***0 €***	***3.370.900 €***	***11.322.500 €***	***14.693.400 €***
Divisão de Obras	869.500 €	409.100 €	0 €	1.278.600 €	10.426.500 €	11.705.100 €
Divisão de Equipamento	555.800 €	923.000 €	0 €	1.478.800 €	635.000 €	2.113.800 €
Divisão de Urbanismo	558.500 €	55.000 €	0 €	613.500 €	261.000 €	874.500 €
Departamento de Serviços Municipais	***2.274.700 €***	***5.183.000 €***	***0 €***	***7.457.700 €***	***831.000 €***	***8.288.700 €***
Divisão de Saneamento Básico	599.800 €	2.352.000 €	0 €	2.951.800 €	315.000 €	3.266.800 €
Divisão de Defesa do Ambiente	776.700 €	2.423.500 €	0 €	3.200.200 €	160.000 €	3.360.200 €
Divisão de Transportes e Energia	898.200 €	407.500 €	0 €	1.305.700 €	356.000 €	1.661.700 €
Departamento Sócio-Cultural	***1.215.300 €***	***2.980.600 €***	***490.000 €***	***4.685.900 €***	***40.000 €***	***4.725.900 €***
Divisão Cultural e Turismo	694.900 €	784.400 €	240.000 €	1.719.300 €	20.000 €	1.739.300 €
Divisão de Eucação e Desporto	520.400 €	2.196.200 €	250.000 €	2.966.600 €	20.000 €	2.986.600 €
TOTAL	**7.721.500 €**	**13.294.600 €**	**1.272.100 €**	**22.288.200 €**	**18.080.800 €**	**40.369.000 €**

GRÁFICO VI. Despesa Global *por departamentos*

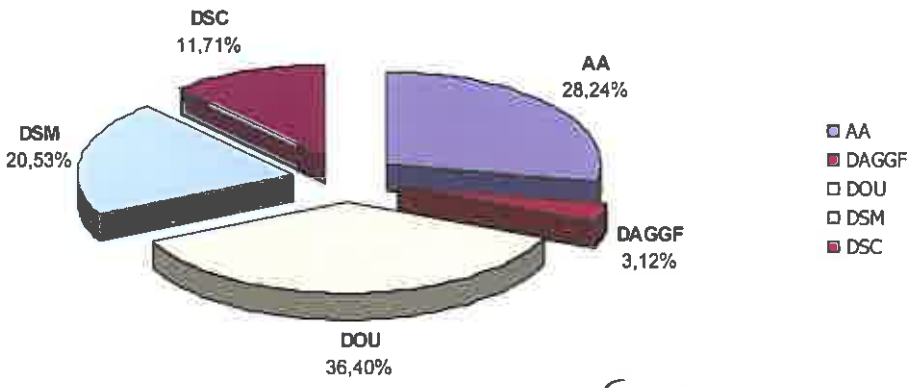
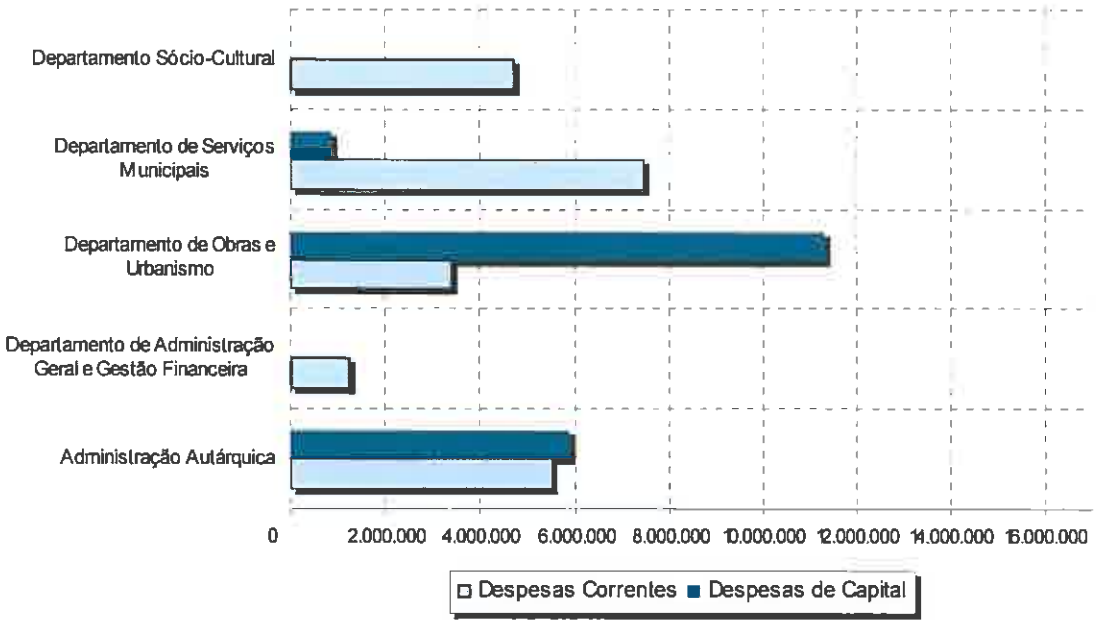


GRÁFICO VII. Despesas Departamentais *por natureza*



O quadro seguinte, reflecte a previsão do esforço financeiro a despender, pelas diversas áreas de intervenção (classificação funcional) e que se concentram em três grandes objectivos: as funções gerais, as funções sociais e as funções económicas. No ano de 2010 estas funções encontram-se repartidas por dois grandes documentos de apoio à gestão, o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipal, vulgarmente designados por PPI e PAM, respectivamente. Assim sendo, a análise destes objectivos ou funções deverá ser efectuada de forma conjunta, tendo presente que no PPI se incluem somente despesas da rubrica de investimentos e que no PAM estão retratadas as transferências, correntes e de capital, associadas a determinados objectivos concretos.

Para melhor análise destes importantes instrumentos previsionais é relevante mencionar que, as despesas encontram-se agrupadas segundo a sua classificação funcional, desagregadas em três níveis de detalhe ou hierarquia organizacional: no primeiro nível surgem os objectivos gerais ou grandes funções; no segundo nível definem-se os meios ou, mais correntemente, sub-funções, através das quais se pretendem atingir os objectivos gerais; o terceiro nível fornece a composição mais pormenorizada das sub-funções ou a forma de as executar. O terceiro nível de detalhe, não incluído no seguinte mapa resumo, será abordado aquando da explicitação do PPI e PAM.

QUADRO 7. Previsão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2010

	Dotações Iniciais 2010		
	PPI	PAM	GOP'S
Descrição			
Funções Gerais	1.515.000	125.000	1.640.000
Serviços gerais de administração pública	1.440.000	100.000	1.540.000
Segurança e ordem públicas	75.000	25.000	100.000
Funções Sociais	10.078.500	1.997.000	12.075.500
Educação	2.225.000	115.000	2.340.000
Saúde	500	0	500
Segurança e acção sociais	0	825.000	825.000
Habitação e serviços colectivos	7.299.000	392.000	7.691.000
Serviços culturais, recreativos e religiosos	554.000	665.000	1.219.000
Funções Económicas	2.331.000	790.000	3.121.000
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	25.000	25.000	50.000
Indústria e energia	591.000	650.000	1.241.000
Transportes e comunicações	1.483.000	5.000	1.488.000
Comércio e Turismo	232.000	110.000	342.000
TOTAL	***13.924.500***	***2.912.000***	***16.836.500***

No que diz respeito à classificação funcional, o Plano de Actividades Municipal prevê transferências no valor de 2.912.000,00 euros, no Plano Plurianual de Investimentos estimou-se um valor de investimentos de 13.924.500,00 euros. Globalmente, estes dois documentos reflectem um esforço financeiro de 16.836.500,00 euros cujo valor se encontra imputado em 9,74% às ***funções gerais***, 71,72% às ***funções sociais*** e às ***funções económicas*** 18,54%.

3. DÍVIDA DO MUNICÍPIO

O endividamento autárquico deve orientar-se por princípios de rigor e eficiência e prosseguir os objectivos orientadores definidos no artigo 35.º da NLFL – Nova Lei das Finanças Locais, Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, designadamente: *Minimização de custos directos e indirectos numa perspectiva de longo prazo; Garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; Prevenção de excessiva concentração temporal de amortização; Não exposição a riscos excessivos.*

Considerando que a dívida municipal concorre para a dívida total do Estado, o Sistema Europeu de Contas Regionais e Nacionais de 1995 (SEC 95) obriga à conformidade do conceito de endividamento líquido municipal com o conceito de endividamento líquido estabelecido naquele sistema. Neste sentido, a NLFL derroga a definição do limite de endividamento em termos de fluxos (juros e amortizações) e considera a definição de endividamento municipal enquanto stock de 125% dos recursos próprios mais importantes e correspondentes a receitas do ano anterior provenientes de impostos municipais, participações do município no FEF, participação fixa no IRS, e das participações nos resultados das entidades do sector empresarial local e derrama.

Considerando a impossibilidade de uma previsão concreta do cálculo do endividamento municipal e respectivos limites para o ano de 2010, as informações seguintes permitem desenvolver tanto a análise orçamental do serviço da divida previsto, como igualmente, o posicionamento actual do município face aos limites impostos com reporte à data de 30 de Setembro de 2009.

3.1. Serviço da dívida

A informação do quadro seguinte evidencia a evolução orçamental das despesas com o serviço da dívida desagregadas em encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações de capital).

QUADRO 8. Previsão do serviço da Dívida

		Previsões	
		2009	**2010**
(1)	**Amortizações**	1.592.200,00	1.532.700,00
(2)	**Juros**	472.500,00	148.000,00
(3)	**Serviço da divida = (1+2)**	2.064.700,00	1.680.700,00

Comparativamente aos valores orçamentados, prevê-se para o ano de 2010 uma redução destes encargos no valor de 384.000,00 euros.

O serviço da dívida (encargos com juros e amortizações de empréstimos) para o ano de 2010 representa 4,16% num orçamento de despesa global de 40.369.000,00 euros.

A projecção estimada da dívida e encargos, decorrentes de empréstimos bancários para o final do ano de 2009 e 2010 apresenta os seguintes valores:

QUADRO 9. Projecção estimada da dívida e encargos para o ano de 2010

Descrição		Ano de 2009			Ano de 2010		
		Dívida (01.01.2009)	Amortizações	Dívida (31.12.2009)	Dívida (01.01.2010)	Amortizações	Dívida (31.12.2010)
Empréstimos contraídos até 31.12.2008		9.794.763	1.663.163	8.131.600	8.131.600	1.116.625	7.014.975
Empréstimos contratados durante o ano de 2009	MLP	0	0	1.915.946	1.915.946	415.946	1.500.000
TOTAL		9.794.763	1.663.163	10.047.546	10.047.546	1.532.571	8.514.975

Durante o ano de 2010 prevê-se a amortização de 1.532.571,00 euros, dos quais 1.116.625,00 euros correspondem aos empréstimos contraídos até 31/12/2008 e 415.946,00 resultante da amortização da totalidade do empréstimo contraído para cumprimento do acordo da divida da Sociedade para o desenvolvimento do programa Polis, S.A. O empréstimo de médio e longo prazos contratado durante 2009, considerando os dois anos de carência de capital, não apresenta naturalmente, qualquer valor de amortização. Comparativamente ao ano de 2009, estima-se uma redução da divida contratada na ordem dos 15,25%.

Será previsível que durante o ano de 2010, e para fazer face a despesas decorrentes de Investimento suportadas pelo Município, sejam encetadas as diligências necessárias para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazos no valor de 1.500.000,00 euros.

3.2. Limites de endividamento municipal para 2009

Os limites ao endividamento municipal para o presente ano foram calculados de acordo com o disposto na Lei das Finanças Locais e apresentam os seguintes montantes:

QUADRO 10. Limites ao endividamento municipal para 2009

Ano de 2009	valor (euros)
Limite ao endividamento de curto prazo	1.889.833,41
Limite ao endividamento de médio e longo prazos	18.898.334,13
Limite ao endividamento liquido	23.622.917,66

Para o ano de 2010 será previsível que estes limites sofram um ligeiro ajustamento, tendo em conta a alteração do ano das receitas utilizadas para o seu cálculo.

3.3. Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2009 – informação reportada a 30.09.2009

QUADRO 11. Situação face aos Limites ao endividamento municipal para 2009

Designação	Montante (euros)	Observações
Endividamento bancário de curto prazo	121.454,70	Emprestimos de curto prazo
Capital em dívida de médio e longo prazos	9.496.658,30	Emprestimos de médio e longo prazos
Endividamento líquido	9.392.858,26	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2745, 2749 e 414
Contribuição do sector empresarial local para o endividamento bancário de médio e longo prazos	1.500.118,10	Valores proporcionais à participação detida pelo Municipio nos termos do disposto no art. 36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (OE 2008)
Contribuição do sector empresarial local para o endividamento líquido	1.455.733,04	Valores proporcionais à participação detida pelo Municipio nos termos do disposto no art. 36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (OE 2008)
Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	1.848.509,26	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º61.º da LFL
Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	9.148.267,14	Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados
Endividamento liquido a considerar	9.000.082,04	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados

Estes limites foram calculados utilizando a metodologia disponibilizada pela Direcção Geral das Autarquias Locais e reportam-se exclusivamente ao endividamento do Município e participações detidas a 100% no capital das empresas do sector empresarial local.

Relativamente ao posicionamento do município face aos limites calculados, podemos concluir que quanto à ***divida a médio e longo prazos*** (empréstimos) cujo limite é de 18.898.334,13 euros – valor equivalente ao total das receitas arrecadas em 2008 por conta dos impostos municipais e fundos municipais previstos no OE/2009 – apresentando em 30/09/2009 um capital em divida, já excluído dos montantes legalmente excepcionados de 9.148.267,14 euros, corresponde a uma taxa 48,41%.

Quanto à divida no cômputo do ***endividamento líquido***, calculado com base em 125% das receitas utilizadas para cálculo do limite anterior, similarmente expurgada dos montantes legalmente excepcionados, atinge o valor de 9.000.082,04 euros, muito aquém do limite estabelecido de 23.622.917,66 euros e equivalente a 38,10% do limite indicado.

A análise do posicionamento do Município face aos limites impostos é relevante, pois permite equacionar a hipótese de contrair um novo empréstimo de médio e longo prazos, no montante estimado de 1.500.000,00 euros, no ano de 2010, para fazer face às despesas inerentes ao financiamento municipal com a realização de obras comparticipadas por fundos comunitários garantindo, assim, maior capacidade de mobilizar fundos próprios do Município de modo a assegurar a execução dessas obras co-financiadas.

As dívidas que, pelo seu valor têm um maior contributo para o endividamento municipal e reportadas a 30.09.2009 são as seguintes:

	Dívida reportada a 30/09/2009
Empréstimos a médio e longo prazos	9.496.658,30
Fornecedores imobilizado	4.122.815,46
Fornecedores conta-corrente	1.660.959,53
Total	15.280.433,29

4. PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO

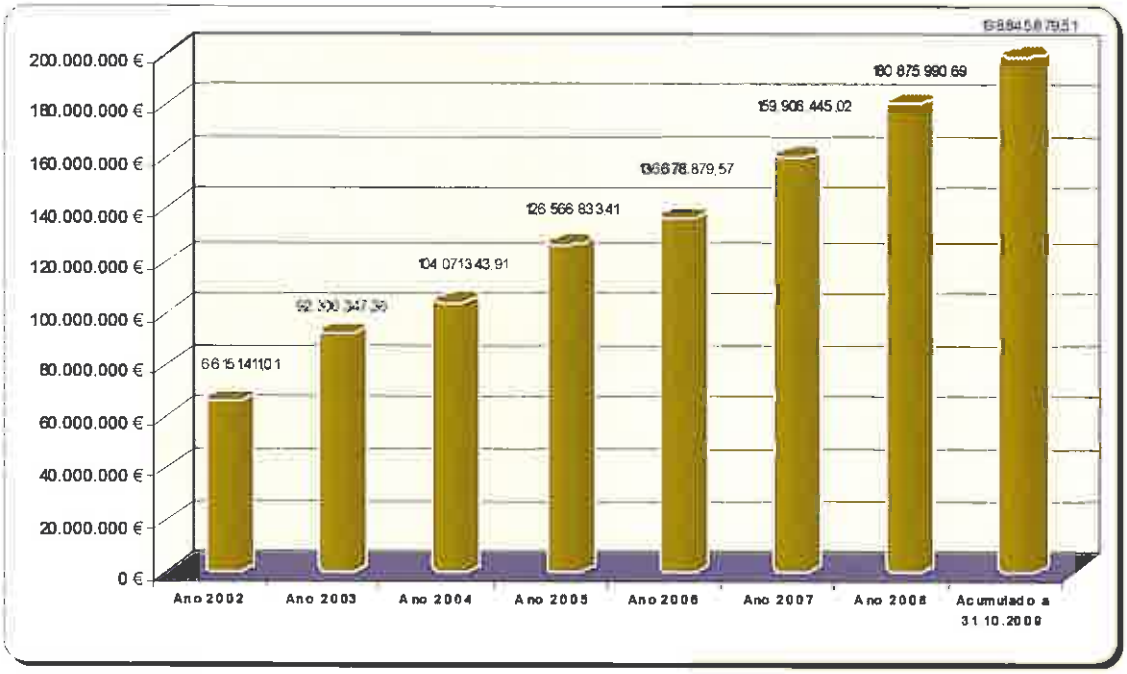
4.1 Activo Fixo do Município

O Activo Fixo Bruto do Município de Bragança totalizava, à data de 31 de Dezembro de 2008, a importância de 180.875.990,69 euros, correspondendo:

- O valor de 5.011.184,12 euros a Investimentos Financeiros;
- O montante de 67.449.516,30 euros a Imobilizações Corpóreas;
- O valor de 959.594,92 euros a Imobilizações Incorpóreas; e,
- O montante de 107.455.695,35 euros, referentes a Bens de Domínio Público.

As Imobilizações em Curso de Bens de Domínio Público importavam em 14.614.694,52 euros, ou seja, com um peso 13,60% sobre o montante global dos Bens de Domínio Público e, as Imobilizações em Curso de Imobilizações Corpóreas correspondiam ao valor de 4.810.470,38 euros, isto é, com um peso 7,20% sobre o valor global das Imobilizações Corpóreas.

GRÁFICO VIII – Evolução do Activo Fixo Bruto do Município



Activo Fixo do Município: Factos relevantes ocorridos no ano de 2009 e que estão associados às suas principais variações

Durante o ano de 2009 existem factos ocorridos que, manifestamente, se traduziram em alterações ao património deste Município. Referimo-nos às seguintes situações:

1) No âmbito dos Investimentos Financeiros

a. MMB - Mercado Municipal de Bragança, E.M.

Foi realizado um aumento de capital na empresa 'MMB - Mercado Municipal de Bragança, E.M.' sendo que, o Município realizou integralmente o reforço no montante de 133.900 euros, passando o capital do valor de 1.259.000€ para 1.392.900€, aumento esse na modalidade de entradas em dinheiro, mediante a emissão de 26.780 novas acções de 5,00€ cada, a realizar pelo accionista único, Município de Bragança.

O accionista Município de Bragança após subscrição do aumento do capital social, passa a deter 278.580 acções. O referido aumento do capital social, vai permitir a amortização do empréstimo a curto prazo contraído pela empresa.

b. Terra Fria Carnes, Lda.

Ainda durante o ano de 2009, foi efectuado um reforço no capital social da sociedade "Terra Fria Carnes, Lda." no montante global de 75.000 euros, necessário para solver despesas de funcionamento, fazendo face à quebra de produtividade originada pela diminuição de abates, verificados nos 1.º e 2.º trimestres de 2009.

A sociedade "Terra Fria Carnes, Lda" com 100% do capital social, detido pelo Município de Bragança, desde o ano de 2006, regista assim um capital social actual no valor de 425.000€.

2) No âmbito das Imobilizações Corpóreas

1. Terrenos e Recursos Naturais de Domínio Privado

Nesta rubrica os aumentos verificados ao longo do corrente ano económico de 2009, perfazem 4.443.518,00 euros, resultantes das seguintes regularizações de imóveis, agrupadas em grandes grupos, dos quais se destacam:

a) Zona Industrial de Mós

Aquisição de um prédio rústico com 24.469 m^2, composto de cultura, sito em Vale de Brandão, freguesia de Sortes, destinado a ampliação da Zona Industrial de Mós, pelo valor de 40.373,85 euros;

b) Zona Industrial de Bragança

Foi contabilizado um prédio rústico com 7.800 m^2, composto de cultura, freguesia de Gostei, destinado a reestruturação do quarteirão central da Zona Industrial de Bragança, adquirido pelo valor de 109.200,00 euros;

c) Centro Escolar de Santa Maria

Foram integrados 3 prédios rústicos numa área total é de 7.134 m^2, sitos no lugar de Seixagal, sendo o valor global de 177.993,30 euros;

d) Parque de Máquinas de Vale de Álvaro

Foi contabilizado um prédio misto, com a área total de 7.341,00 m^2, sito na Estrada de Vale de Álvaro, destinado a zona verde junto à saída do Túnel de ligação entre a Avenida Sá Carneiro e a Avenida das Forças Armadas em Bragança, pelo valor total de 521.980,00 euros;

e) Lugar da Candaira

Adquirimos ainda um prédio rústico com 225.000 m^2, sito no lugar da 'Candaira', freguesia de Santa Maria, pelo valor total de 90.900,00 euros, com a perspectiva de Ecocidade, associado ao conceito de criação de um conjunto urbano que compartilha de um espaço de vida em comum e adopta conscientemente o projecto de transformar o local referenciado, numa grande casa solidária, na qual tudo será organizado e realizado para o fim de diminuir o impacto sobre o meio ambiente.

f) Freguesia de São Pedro de Serracenos

Procedemos ao registo de uma parcela de terreno para construção, a qual integrou o domínio privado, com a área cedida de 30.000 m^2, decorrente de operação de loteamento - Alvará n.º 3/2008, adjacente ao loteamento, no valor de 975.000,00 euros;

g) Zonas Diferenciadas

Registámos ainda, uma parcela de terreno rústico com a área de 100 m^2, sito no lugar de Barreiro, para instalação da ETAR, a que corresponde o valor de 750,00 euros;

Procedeu-se à regularização de uma parcela de terreno para construção com 14.847,42 m^2, sita na Av. General Humberto Delgado, pelo valor de 2.486.580,00 euros;

Com a emissão do Alvará de Loteamento Urbano nº 4/2009, de 5 de Agosto de 2009, foram constituídos dois lotes de terreno para construção de equipamentos, identificados com as letras A e B, com as áreas de 1380 m^2 e 975 m^2, respectivamente, destinados a regularizar as construções da Igreja dos Formarigos e Centro Social – Obra Kolping;

Contabilizámos ainda, uma parcela de terreno para construção com a área de 8,30 m^2 para alinhamento de um edifício sito na Rua da República, n.º 71/73 em Bragança, pelo valor de 12.500,00 euros;

Registámos 5 Lotes, destinados a complemento dos Lotes contíguos números 215 a 219, sitos no Bairro do Pinhal, Av. Prof. Gonçalves Rodrigues e ainda, o Lote A, destinado a complemento do Lote contíguo número Um, sito no Bairro de Vale de Álvaro, Rua Jaime Cortesão;

Foram contabilizadas 9 parcelas, destinadas a Espaços Verdes, sitas no lugar do Seixo ou Vale Churido, freguesia de Samil, pelo valor global de 26.812,50 euros;

Com a celebração do contrato Promessa de compra e Venda, celebrado em 16/09/2009, com o EP - Estradas de Portugal, S.A, concretizámos a aquisição de todo o terreno e Casernas, sitas no Forte S. João de Deus, com a área de 13.666 m^2, cujo valor do investimento ascendeu a 219.992,00 euros;

Para o ano de 2010, este Município pretende adquirir alguns terrenos indispensáveis à concretização de alguns projectos, cujo valor ascende a 300.000 euros, dos quais de destacam:

- Terrenos sitos na freguesia de Donai, destinados à construção de habitação social;
- Terrenos destinados à criação do Parque Verde do Bairro da Coxa;

Para a concretização de projectos de investimento, este Município tem vindo a comprar património necessário aos mesmos, conforme encargos evidenciados em Mapa que se anexa.
Relativamente à aquisição a Manuel António Delgado, embora o término do contrato seja em Dezembro de 2009, dada a dificuldade inerente à actualização da titularidade por parte dos vendedores, irão transitar para o ano de 2010, as últimas três prestações.

Prestações e Juros suportados com a Aquisição de Imóveis

Descrição	Entidade	Valor		Data de aquisição	Anos em falta para o Términos	Términos da Liquidação	Montante Pago até 31.10.2009	Montante a pagar até 31.12.2009	Valores a pagar em 2010		Ano 2011	Ano 2012	Ano 2013	Outros	Valores em dívida à data de 31.10.2009
		Aquisição	Acertos e ou juros						Prestação	Juros					
Ex-agência do Banco de Portugal, com a área total de 739,97 m2	Banco de Portugal	748 196,85 €	hipoteca	Dez-02	3 anos	Jan-12	523.737,76 €		74.819,68 €	----	74.819,68 €	74.819,68 €	----	----	224.459,04 €
Permuta de vários Edifícios Públicos	Estado Portugues	698.317,06 €	acertos 482.412,64 € juros 215.904,42 €	Ago-05	8 anos	Fev-17	342.837,00 €		53.261,62 €	22.924,38 €	53.261,62 €	53.261,62 €	53.261,62 €	266.651,00 €	571.395,00 €
Terreno destinado ao Centro Tecnologico, com a área de 33.074,40 m2	Manuel António Delgado e outros	463.041,60 €	----------	Mai-08	3 meses	Dez-09	376.221,30 €	86.820,30 €	86.820,30 €	----	-----	----	----	-----	86.820,30 €
Parcela necessária para a construção do túnel de ligação entre a Avenida Sá Carneiro e a Avenida das Forças Armadas em Bragança	EP - Estradas de Portugal, S.A.	521.980,00 €	----------	Ago-09	1 ano e 7 meses	Jul-11	122.551,83 €	54.467,49 €	217.869,96 €	----	127.090,81 €	----	----	-----	399.428,26 €
Terreno no Bairro da Coxa, destinado a Zona Verde, com a área de 1 921 m2	Nuno Augusto Pires	49.561,80 €	----	Jul-09	3 meses	Fev-10	0,00 €	33.041,20 €	33.041,20 €	----	----	----	----	-----	49.561,80 €
Imóvel sito na Rua Abilio Beça, n.º 103, em Bragança	Santa Casa da Misericórdia de Bragança	150.000,00 €	----	Jul-09			0,00 €		150.000,00 €	----					150.000,00 €
Terreno e Casernas, Forte S. João de Deus, com a área de 13 666 m2	EP - Estradas de Portugal, S.A.	219.992,00 €	----	Set-09	8 meses	Abr-10	0,00 €	109.996,00 €	109.996,00 €	----	----	----	----	----	219.992,00 €
						Totais Gerais			725.808,78 €	22.924,38 €	255.172,11 €	128.081,30 €	53.261,62 €	266.651,00 €	1.701.656,40 €

2. Edifícios – Outros Edifícios

Esta rubrica apresenta, em 2009, um aumento de 51 216,75 euros na sequência da integração do antigo forno da Fábrica do Campo Redondo, para domínio privado (Alvará de Loteamento Urbano n.º 5/2001).

3) No âmbito dos Bens de Domínio Público

a) Terrenos e Recursos Naturais de Domínio Público

Nesta rubrica foram contabilizados os seguintes processos, relativos à compensação decorrente de operações de loteamento - áreas cedidas:

a) Provenientes de Alvará n.º 1/1985, logradouro publico com 764 m^2, sito na Zona da Estacada (traseiras do Governo Civil), no valor global de 24.830,00 euros;

b) Parcela de terreno, com 2.000 m^2, sita no Couto, limite da freguesia de Santa Maria, cedido para áreas verdes, provenientes também de Alvará n.º 1/2002, pelo montante de 65.000,00 euros;

c) Parcela A, com 2.295 m^2, sita na zona da Coxa/Formarigos, cedida para instalação de Equipamento Publico, proveniente de Alvará emitido em 1995, no valor de 74.587,50 euros;

d) Parcela A, com 3.300 m^2, sita no Campo Redondo, freguesia da Sé, cedida através de Loteamento Urbano n.º 6/1995, para instalação de Equipamento Público, pelo montante de 107.250,00 euros;

e) Terreno com 825 m^2, sito no Vale Chorido, freguesia de Samil, proveniente do Loteamento Urbano n.º 19/1978, no valor de 26.812,50 euros;

f) Parcela "A" e "B", com 2.590 m^2, sitas em Fundo da Veiga de Gostei, cedido para instalação de Equipamento, loteamento urbano n.º 14/1990, pelo montante de 84.175,00 euros;

g) Parcela de terreno com 1.443 m^2 destinada á construção do acesso ao Centro Escolar de Santa Maria e outros fins de interesse público, no valor de 46.897,50 euros;

h) Parcela de terreno com 2.800 m^2, sita no Couto, limite da freguesia de Santa Maria, cedido para instalação de Equipamento, loteamento urbano n.º 1/2002, pelo montante de 91.000,00 euros;

i) Terreno com 401 m^2 cedido no âmbito do Protocolo celebrado com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Bragança, destinado à construção do projecto da "duplicação da Avenida General Humberto Delgado e construção de passagem desnivelada", pelo valor de 13.032,50 euros;

j) Afectação de uma área de 11.333,30 m^2 a arruamentos do Loteamento Municipal de São Tiago - 1ª fase, pelo montante de 112.600,86 euros;

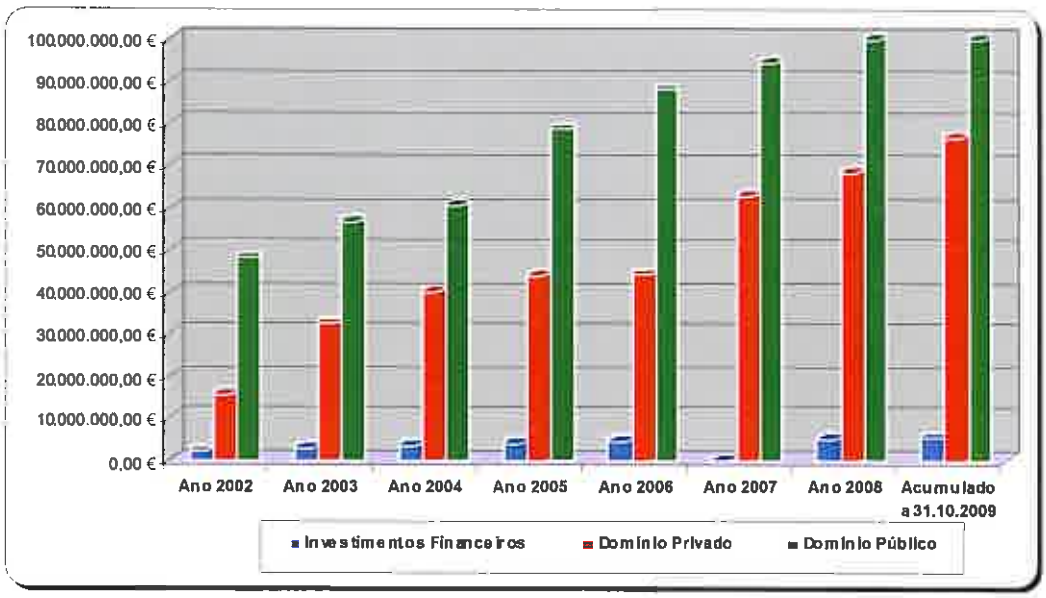
4) Outras construções e infra-estruturas – Captação, tratamento e distribuição de Água

O aumento de 1.012.418,61 euros desta rubrica, reflecte-se pela aquisição de contadores no valor global de 4.725,34 euros e pelas empreitadas "Execução da Barragem de Serra Serrada", pelo valor de 961.443,96 euros e "Reforço do Abastecimento de Agua a Paredes/Parada-Construção de Reservatórios de Água no marco geodésico de Cidadelhe", no montante de 46.249,31 euros.

5) Bens do património histórico, artístico e cultural

Nesta rubrica resultou um aumento de 83.127,09 euros, com grande relevância a concepção e execução do elemento escultórico aos Mascarados e elemento escultórico alusivo ao Bombeiro Voluntário, bem como aquisição de quadros.

GRÁFICO IX – Evolução do Imobilizado Bruto



6) No âmbito das Imobilizações em Curso

Durante o ano de 2009 prevê-se ainda o reconhecimento contabilístico e incorporação de bens propriedade do Município, no âmbito de regularizações efectuadas que se reportem a datas anteriores, quer de domínio privado quer de imobilizado contabilisticamente registado como em curso, incluindo o imobilizado fixo sujeito a depreciação.

Ainda durante este ano, no âmbito de imobilizado contabilisticamente registado como em curso, prevê-se a incorporação no imobilizado fixo das empreitadas que se encontram em execução e que terão, até final do ano de 2009, Auto de Recepção Provisória. Referimo-nos a empreitadas, num montante global de 11.001.309,72€ e que são as seguintes:

1. Arranjos Complementares no Centro Histórico;
2. Arranjos nos arruamentos da cidade – Aplicação de betuminoso na Rua Capitão Salgueiro Maia... Bairro Novo da Previdência;
3. Centro de Arte Contemporânea 1.ª fase – Estruturas – trabalhos complementares;
4. Centro de Arte Contemporânea de Bragança.
5. Conservação da Rede Viária Municipal – Pavimentação a Cubos do acesso ao Centro de Convívio de Frieira;
6. Construção da Circular Interior da Avenida Cidade de Zamora/Braguinha;
7. Construção do Centro de Saúde de Santa Maria - Bragança II;
8. Execução de Área de Pernoita de Auto Caravanas;
9. Execução de Muro de Suporte em Pedra no Caminho da N.ª Senhora da Piedade e na Encosta do Castelo;
10. Execução de Redes de Saneamento Básico nas aldeias de Soutelo, Gondesende, Espinhosela, Terroso e Parâmio – Execução de redes de Saneamento Básico em Soutelo e Espinhosela;
11. Execução de Redes e Infra-estruturas de Saneamento nas Aldeias de Sanceriz, Sendas, Fermentãos, Veigas de Quintela e Pombares;
12. Fornecimento de Reservatório de 50 m3 e ligação do Furo na aldeia de Babe;
13. Fornecimento, montagem, calibração e certificação em voo de uma estação VOR/DME e do respectivo sistema de telesinalização e telecontrolo para o Aeródromo Municipal de Bragança;
14. Passeios diversos na Cidade – construção do Parque e Passeios na Zona envolvente da Igreja dos Formarigos – trabalhos complementares;
15. Pavimentações diversas: acessos ao quartel dos Bombeiros Voluntários de Izeda;
16. Recuperação de Fachadas ao Abrigo da Rota da Terra Fria;

5. RECURSOS HUMANOS

5.1. Introdução

A descentralização da Administração Pública levou a um reforço da Administração Autárquica, nomeadamente com a transferência de atribuições e competências para os Municípios/Freguesias, nos domínios do planeamento, gestão, investimento, licenciamento, entre outros, o que representa uma maior proximidade do poder local aos cidadãos.

Neste início de século a aposta na modernização da Administração Pública é uma componente essencial da estratégia de desenvolvimento de um País. Neste sentido ao nível da Administração Autárquica, urge implementar um processo de modernização administrativa na área dos *Recursos humanos*, nomeadamente com a adopção de mecanismos de gestão inovadores; lideranças participativas e dinâmicas associado a uma maior qualificação e motivação dos recursos humanos, de forma a dotá-la dos meios capazes de garantir um aumento da eficácia e eficiência dos serviços a prestar aos munícipes. Relevante será também o processo de avaliação do desempenho dos trabalhadores, que deverá consubstanciar-se em princípios fundamentais de reconhecimento e motivação, garantindo a diferenciação de desempenhos e promovendo uma gestão baseada na valorização das competências e do mérito.

5.2. Novo quadro jurídico

5.2.1 Orçamentação e gestão de despesas com pessoal

No ano de 2009, com a entrada em vigor a 01 de Janeiro da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, na sua plenitude, foram implementados vários procedimentos legais e administrativos, nomeadamente procedeu-se à elaboração de um Mapa de Pessoal, documento que acompanhou a proposta de Orçamento e que contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece para o desenvolvimento das respectivas actividades, caracterizadas em função: da atribuição, competência ou actividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam; dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular.

O recrutamento efectuado no ano de 2009, ficou condicionado à caracterização dos postos de trabalho necessários quer para a execução das actividades de natureza permanente dos serviços e que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, quer para a execução de actividades de natureza temporária e que se opera com recurso à constituição de relações

jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável, os quais constaram no Mapa de Pessoal que veio a ser aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Posteriormente com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro, diploma que procedeu à aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), com as adaptações constantes do presente Decreto-Lei, aos trabalhadores que exercem funções públicas na administração autárquica, independentemente da modalidade de vinculação e de constituição da relação jurídica de emprego público ao abrigo da qual exercem as respectivas funções, estabeleceu no seu artigo 3.º que os municípios dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados pela assembleia municipal, nos termos da citada LVCR. Nesta conformidade o Mapa de Pessoal para o ano de 2010, documento que acompanha a proposta de Orçamento, mantém os mesmos elementos supra referenciados no Mapa de Pessoal de 2009.

Qualquer recrutamento a efectuar no ano de 2010, ficará condicionado à caracterização dos postos de trabalho necessários quer para a execução das actividades de natureza permanente dos serviços e que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, quer para a execução de actividades de natureza temporária e que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável, constantes no Mapa de Pessoal.

O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro, estabeleceu ainda no seu artigo 5.º que os orçamentos dos Municípios prevêem verbas destinadas a suportar as despesas com pessoal, i.é., os encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço.
O referido Decreto-Lei n.º 209/2009, clarificou que compete ao órgão executivo (Câmara Municipal), decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos: com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados; com as alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções e com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.

5.2.2 Alterações do posicionamento remuneratório

Relativamente à alteração do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções prevê o n.º 6 do artigo 47.º da LVCR, que há lugar a alteração obrigatória para a posição remuneratória imediatamente seguinte àquela em que o trabalhador se encontra, quando este tenha acumulado 10 pontos nas avaliações do seu desempenho referido às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que se encontra.

Por não se verificar a acumulação dos 10 pontos nas avaliações do desempenho, no período de 2004 a 2008, para a alteração obrigatória de posicionamento remuneratório, não é definida qualquer dotação para esse efeito.

Ainda neste âmbito, o Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro, diploma que se aplica aos trabalhadores que exercem funções públicas na administração autárquica, consagra no seu artigo 7.º a alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária, competindo ao órgão executivo (Câmara Municipal), tendo em consideração as verbas orçamentais destinadas a suportar as despesas com as alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções, deliberar sobre os encargos a suportar decorrentes de alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores do órgão ou serviço. Na referida deliberação o órgão executivo (Câmara Municipal) fixa fundamentadamente, aquando da elaboração do orçamento, o montante máximo, com as desagregações necessárias dos encargos que o órgão se propõe suportar, bem como o universo das carreiras e categorias onde as alterações do posicionamento remuneratório na categoria podem ter lugar.

Neste sentido e dando cumprimento ao procedimento legal previsto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro, a alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária, consubstancia-se na fundamentação seguinte:

Considerando os objectivos estratégicos definidos e as actividades já realizadas e as previstas para o ano de 2010, cuja prossecução implica o envolvimento e empenhamento de todos os trabalhadores desta autarquia, no sentido da melhoria da qualidade dos serviços a prestar aos munícipes;

Considerando a necessidade imperiosa de manter e elevar a motivação dos trabalhadores com recompensa do mérito evidenciado nos últimos 5 anos e que reúnam condições no âmbito da opção gestionária, abrangendo todas as carreiras;

Considerando que face às condições financeiras existentes neste Município é possível afectar o montante de 80 000,00 € (incluiu os descontos para a segurança social – 20%), na referida medida gestionária para o ano de 2010;

Considerando que existe um universo de 161 trabalhadores (na carreira técnico superior – 11 trabalhadores; na carreira assistente técnico – 32 trabalhadores e na carreira assistente operacional – 118 trabalhadores) que reúnem os requisitos mínimos para beneficiarem da medida de opção gestionária;

Considerando que a verba a afectar no montante de 80 000,00 € não é suficiente para abranger o universo de 161 trabalhadores, a distribuição da mesma por carreira/categoria assenta na representatividade do número de trabalhadores existentes em cada uma das carreiras, respectivamente, conforme consta no quadro do ponto 2.

Considerando o novo quadro legislativo, nomeadamente a LVCR, que introduziu novas regras nos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, regras estas mais restritivas a nível da ascensão na carreira; a extinção de carreiras e categorias; a existência de quotas na avaliação do desempenho dos trabalhadores, julga-se de absoluta

justiça e importância adoptar a medida gestionária prevista no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro conjugado com a LVCR;

1. Nos termos estabelecidos no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro e n.º 1 do artigo 47.º da LVCR (este último aplicável por força do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 209/2009), são integrados no universo das alterações do posicionamento remuneratório, todas as carreiras e categorias do regime geral e carreiras não revistas e subsistentes, que no período de 2004 a 2008, tenham obtido, nas últimas avaliações do desempenho, referido às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que se encontram:

a) Duas menções máximas (excelente) consecutivas;

b) Três menções imediatamente inferiores (Muito Bom) às máximas consecutivas;

c) Cinco menções imediatamente inferiores (Bom) às referidas na alínea anterior, desde que consubstanciem desempenho positivo, consecutivas.

2. Os montantes máximos dos encargos com o universo a abranger são, por carreira/categoria, os seguintes:

Carreira/categoria	Despesa
Técnico Superior	5 500,00 €
Assistente Técnico	16 000,00 €
Assistente Operacional	58 500,00 €

3. Apurados os trabalhadores que preencham os requisitos mencionados nos pontos anteriores por carreira/categoria, serão os mesmos ordenados por ordem decrescente da classificação quantitativa obtida na última avaliação do seu desempenho (2008).

4. Critérios de desempate – após a ordenação dos trabalhadores, e caso se verifique empate na classificação quantitativa final, serão adoptados, pela ordem de prioridade, os seguintes critérios:

1º A última avaliação do desempenho expressa até às centésimas;

2º A avaliação obtida na componente "objectivos" expressa até às centésimas;

3º Maior tempo de serviço na carreira/categoria.

5. A decisão é tornada pública pelo órgão executivo (Câmara Municipal) através de afixação em local adequado das suas instalações e de publicação no respectivo sítio na internet, de acordo com o n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro.

5.2.3 Prémios de desempenho

No que concerne à atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço, considera-se que se trata de uma matéria complexa, cuja previsão legal, parece indiciar critérios que carecem de melhor fundamentação legal, pelo que não serão atribuídos prémios de desempenho no ano de 2010.

5.3. Reforço/reajustamento funcional de Recursos Humanos

O ano de 2009 assinalou a admissão de novos recursos humanos em diversas carreiras, nomeadamente concluiu com sucesso o período experimental da Técnica Superior de Serviço Social de 2ª Classe, culminando com a outorga do respectivo contrato de trabalho por tempo indeterminado. Decorreu a contratação por contrato de trabalho por tempo indeterminado para Técnico Profissional de Animação Cultural de 2ª Classe e para Técnico Profissional Guia-intérprete, actualmente assistentes técnicos com a transição para as novas carreiras, encontrando-se na fase da avaliação final do período experimental.
Na modalidade de contrato de trabalho a termo incerto concluiu-se o recrutamento do Técnico Superior de Geografia e Planeamento Regional de 2ª Classe.

Para o ano de 2010 contemplou-se no Mapa de Pessoal os recrutamentos necessários para a execução das actividades de natureza permanente dos serviços e que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, que aqui se enumera: 1 técnico superior da área jurídica; 1 técnico superior da área de engenharia civil; 1 técnico superior da área de comunicação social e 1 técnico superior da área de gestão e administração. Na carreira assistente técnico: 2 assistentes técnicos da área de actividade física e desportiva; 1 assistente técnico da área de informação de tráfego de aeródromo; 1 assistente técnico da área de manutenção de equipamentos (nestas 3 áreas encontram-se já a decorrer os respectivos procedimentos concursais) e 1 fiscal municipal. Na carreira assistente operacional: 1 assistente operacional (operador de central eléctrica); 2 maquinistas teatrais; 1 agente único; 1 auxiliar de aeródromo; 2 operadores de máquinas e veículos especiais; 3 motoristas de pesados; 3 assistentes operacionais (área da jardinagem e construção civil) e 6 auxiliares da acção educativa.
Para a execução de actividades de natureza temporária e que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável, consta no Mapa de Pessoal, no âmbito do Projecto Requalificação da Mãe d' Água a contratação a termo certo de 1 técnico superior da área de engenharia civil, de 1 técnico superior da área de arquitectura, de 1 técnico superior da área de sociologia e de 1 técnico superior da área de educação social e no âmbito do Projecto Bragança Activa a contratação a termo certo de 1 técnico superior da área de arquitectura. Por último, contemplou-se no Mapa de Pessoal a contratação na modalidade de relação jurídica de emprego público, por nomeação, de 1 chefe da divisão de educação e desporto.

5.4. Segurança, Higiene e Saúde no trabalho

Considerando-se as áreas da Saúde, da Higiene e Segurança no Trabalho, de extrema relevância para o bom desempenho profissional e pessoal dos trabalhadores do Município de Bragança, em 2009 teve continuidade o contrato com uma empresa de prestação de serviços externos de Saúde (medicina do trabalho) e Higiene e Segurança no Trabalho. Prestação esta que consistiu na realização de exames clínicos aos trabalhadores e eleitos do Município de Bragança no gabinete médico da CMB e serviços de

higiene e segurança no trabalho. O trabalho desenvolvido foi monitorizado pelo Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho do Município.

I - Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho

No âmbito da Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, o Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho realizou acções de formação/sensibilização de várias secções de trabalhadores da CMB.
Procedeu-se à elaboração do plano de contingência da gripe A, tendo sido instalados em todos edifícios municipais e escolas do 1º ciclo e do pré-escolar, equipamentos de higiene e prevenção de H1N1, designadamente dispensadores de desinfectantes para as mãos; saboneteiras próprias; toalhetes; papeleiras; luvas, máscaras e material de limpeza adequado.
Em 2010 dar-se-á toda a atenção que a pandemia venha a requerer, procurando sempre que possível actuar ao nível da prevenção, em articulação com outros organismos, nomeadamente a Delegação de Saúde.
Ocorreu o acompanhamento na acção de Prestação dos Serviços Externos contratados de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho. Assegurou a coordenação de segurança nas empreitadas de obras públicas promovidas pela Câmara Municipal.
Pretende dar-se início a um processo de elaboração de um regulamento interno que permita criar regras de orientação e resolução de problemas associados ao controle da alcoolemia.

II - Serviços externos contratados de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho

- Medicina do Trabalho:

Procedeu-se a:

Visitas para análise das condições gerais de laboração aos diferentes locais de trabalho;

Exames médicos de aptidão profissional de admissão, periódicos e ocasionais e

Exames complementares de diagnóstico.

Em 2010 dar-se-á continuidade à contratualização destes serviços, tendo por objectivo conferir aos trabalhadores melhores condições de trabalho.

- Higiene e Segurança no Trabalho:

Procedeu-se à avaliação de riscos laborais nos diferentes locais de trabalho

5.5. Formação profissional

A formação profissional assume especial importância em matéria de qualificação dos recursos humanos ao serviço de qualquer entidade, paralelamente assume-se como um instrumento privilegiado de valorização e satisfação dos trabalhadores.

No ano de 2009 decorreram 16 acções de formação, num total de 1373 horas de formação, envolvendo a participação de 55 trabalhadores (inclui 7 dirigentes) de diferentes unidades orgânicas, devidamente discriminadas no Quadro 7 – Síntese das acções de formação.

A Câmara Municipal de Bragança, foi entidade promotora na acção de formação, os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovado pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), que contou como entidade formadora o Instituto de Gestão e Administração Pública – IGAP e que decorreu nesta cidade de Bragança.
Nestes termos, a nossa aposta para o ano de 2010 é a da continuidade do investimento permanente desta autarquia na formação inicial e/ou contínua dos seus recursos humanos, contribuindo para a melhoria dos serviços e aumento dos índices de produtividade.

5.6. Quadros e gráficos vários - com indicadores quantitativos e qualitativos dos Recursos Humanos desta Câmara Municipal, no ano de 2009

QUADRO 12. Procedimentos concursais em curso

CARREIRA	CATEGORIA	AREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA/OU PROFISSIONAL	A DECORRER
Assistente Técnico	Assistente Técnico	Área profissional de informação de tráfego de aeródromo	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico	Área profissional manutenção de equipamentos	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico	Área de actividade física e desportiva	2
TOTAL	-		**4**

QUADRO 13. Contratos de trabalho em funções públicas

CONTRATOS DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO		
CARREIRA	**CATEGORIA**	**TOTAL**
Técnico Superior	Técnico Superior - Serviço Social	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico - Área de Animação Cultural	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico - Área de Guia-Intérprete	1
TOTAL		**3**

CONTRATOS A TERMO RESOLUTIVO CERTO/INCERTO		
CARREIRA	**CATEGORIA**	**TOTAL**
Técnico Superior	Técnico Superior - Arquivo (incerto)	1
Técnico Superior	Técnico Superior - Geografia e Planeamento Regional (incerto)	1
Técnico	Técnico - Gestão (certo)	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Maquinista Teatral (certo)	2
TOTAL		**5**

Durante o ano de 2010, pretende-se promover novos recrutamentos e que constam no respectivo Mapa de Pessoal, com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado e por tempo determinado ou determinável, em estrito cumprimento do novo quadro jurídico (Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro – que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e a Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro – que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas).

QUADRO 14. Aposentações

APOSENTAÇÕES					
CARREIRA	**CATEGORIA**	**VERIFICADAS**	**CARREIRA**	**CATEGORIA**	**AGUARDAR**
Técnico Superior	Técnico Superior - Arquitecto		Técnico Superior	Técnico Superior - Arquitecto	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional - Cabouqueiro		Assistente Operacional	Assistente Operacional - Cabouqueiro	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Cantoneiros de Limpeza	5	Assistente Operacional	Assistente Operacional – Cantoneiros de Limpeza	
Assistente Operacional	Assistente Operacional - Agente Único de Transportes Colectivos	2	Assistente Operacional	Assistente Operacional – Agente Único de Transportes Colectivos	
Assistente Operacional	Assistente Operacional - Pedreiro Principal	1	Assistente Operacional	Assistente Operacional – Pedreiro Principal	
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Auxiliar Administrativo	1	Assistente Operacional	Assistente Operacional – Auxiliar Administrativo	
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Motorista de Pesados	1	Assistente Operacional	Assistente Operacional – Motorista de Pesados	
	TOTAL	**10**	-	-	**2**

QUADRO 15. Grupos etários, por anos

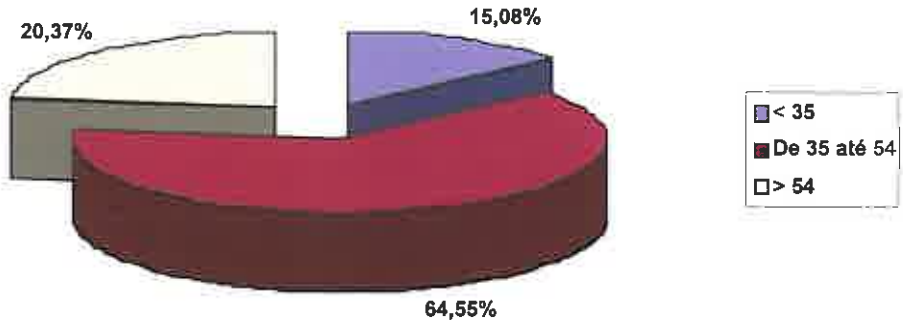
	2004	2005	2006	2007	2008	2009
<35	57	58	55	51	54	57
De 35 até 54	250	254	246	248	245	244
> 54	89	94	93	90	89	77
Total	396	406	394	389	388	378

Analisando a distribuição de efectivos por grupos etários, e por anos verifica-se uma maior taxa de efectivos dos 35 aos 54 anos (244).

QUADRO 16. Média etária

	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Homens	46	46	47	47	47	47
Mulheres	43	43	43	44	44	44

GRÁFICO X. Estrutura etária – 2009



Com a alteração ao estatuto da aposentação, que vem definir a idade de 65 anos como requisito obrigatório para a aposentação dos trabalhadores e a restrição ao recrutamento, continuaremos a assistir ao agravamento da média etária dos trabalhadores.

QUADRO 17. Taxa de feminização 2009

ANO DE 2009			TAXA DE FEMINIZAÇÃO %		
Grupos de Pessoal	**Homens**	**Mulheres**	**2007**	**2008**	**2009**
Dirigente e Chefia[1]	9	8	41,18	47,06	47,06
Técnico Superior	28	15	39,47	36,84	34,88
Informática	3	1	25,00	25,00	25,00
Assistente Técnico	41	44	48,19	50,00	51,76
Assistente Operacional	182	47	19,03	20,82	20,52
Global	**263**	**115**			
Total de Funcionários	**378**				

Relativamente à taxa de feminização, verifica-se a manutenção de taxas superiores em carreiras de nível técnico e administrativo (com a transição para as novas carreiras, passam a designar-se de carreira geral de técnico superior e carreira geral de assistente técnico, respectivamente) persistindo, no entanto, a tendência negativa em carreiras cuja predominância é tipicamente masculina, carreiras de pessoal operário e auxiliar, com a transição para as novas carreiras, passam a designar-se carreira geral de assistente operacional.

[1] Inclui dirigentes, eleitos locais e pessoal dos gabinetes de apoio.

QUADRO 18. Síntese das acções de formação 2009

QUADRO- SÍNTESE DAS ACÇÕES DE FORMAÇÃO -2009							
Área de Formação	Entidade Formadora	Designação	Acções de Formação				Custo de inscrição (€)
			N.º	Duração (hrs)	N.º de Participantes	Total de horas de formação	
Gestão	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	Gestão Pública na Administração Local (GEPAL)	2	154	7	616	3.750,00
Desporto	Manz Produções	XV Convenção Internacional de Fitness	1	14	2	28	280,00
Água	Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas	Metrologia- Medição da Água (Contadores)	1	14	2	28	360,00
	Instituto da Água	10.º Curso de Exploração e Segurança de Barragens	1	70	1	70	1.100,00
Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho	Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança	I Congresso Internacional de Riscos	1	21	1	21	80,00
Arquivo	Arquivo Municipal de Sophia de Mello Breyner	1.ªs Jornadas dos Arquivos Municipais das Cidades do Eixo Atlântico	1	14	1	14	0,00
Procedimento Concursal	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	Como Preparar e Conduzir a Entrevista de Avaliação de Competências	1	14	4	56	720,00
Direito	IGAP- Instituto de Gestão e Administração Pública	O Novo Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações na Adm. Local	1	18	14	252	2.400,00
		A Reforma na Adm. Pública	1	7	12	84	0,00
		O Novo CCP e os Contratos de Aquisição de Bens Móveis e de Serviços na Adm. Púbica	1	30	4	120	1.360,00
		O Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas	1	21	2	42	820,00
	INA- Instituto Nacional de Administração	A Tramitação do Procedimento Concursal	1	14	1	14	150,00
	CEFA- Centro de Estudos e Formação Autárquica	Regime Jurídico de Instalação dos Estabelecimentos de Restauração e Bebidas	1	7	2	7	150,00
Cultural	Ministério da Cultura	Oportunidades de Financiamento para o Sector Cultural	1	7	1	7	0,00
Urbanismo	Associação Nacional de Municípios Portugueses	Formação para Vogais Nomeados pelas Câmaras Municipais para Segundas Avaliações de Prédios Urbanos (Código do EMI)	1	14	1	14	0,00
Total Global			**16**	**419**	**55**	**1373**	**11.170,00**

Da análise ao Quadro supra realça a realização de 16 acções de formação, num total de 1373 horas de formação, envolvendo a participação de 55 trabalhadores (inclui 7 dirigentes) das diferentes unidades orgânicas, como seja: do Departamento Sócio-Cultural; Divisão de Saneamento Básico; Divisão de Defesa do Ambiente; Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira e Divisão de Urbanismo, formação esta que incidiu sobre as áreas da gestão pública, do desporto, do ambiente (água), do arquivo, do direito (legislação da Administração Pública), da segurança e higiene e saúde no trabalho, da cultura e do urbanismo.

Releva ainda mencionar que Câmara Municipal de Bragança, foi entidade promotora na acção de formação, os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, aprovado pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), que contou como entidade formadora o Instituto de Gestão e Administração Pública – IGAP e que decorreu nesta cidade de Bragança.

necessidades de comunicação. (por ex. Piscinas, Estação Rodoviária, Teatro Municipal, Casa da Cultura e Biblioteca).

A renegociação dos contratos de fornecimento de telecomunicações com os operadores efectuados em 2007 e implementação de um modelo de gestão baseado na disponibilização para cada utilizador dos seus gastos mensais, permitiu inverter a tendência da evolução da facturação com as telecomunicações.

As evoluções tecnológicas na aérea das telecomunicações permitem-nos arranjar formas de minimizar os gastos em telecomunicações. Para tal, encontra-se muna fase terminal o estudo para reestruturação da rede de telecomunicações do Município, com a integração dos serviços da rede fixa e móvel numa arquitectura única, baseada numa rede virtual de comutação disponibilizada por um operador. Desta forma, toda a rede de telecomunicação do Município será uma só, independentemente da desestatização dos serviços por vários edifícios, com um único número de contacto e uma só telefonista.

As simulações efectuadas apontam para uma redução mensal da facturação em telecomunicações da ordem dos 40 %, para o que contemplado o investimento previsto na remodelação do sistema de comunicações.

GRÁFICO XI. Custos das Comunicações móveis (2005/2009)

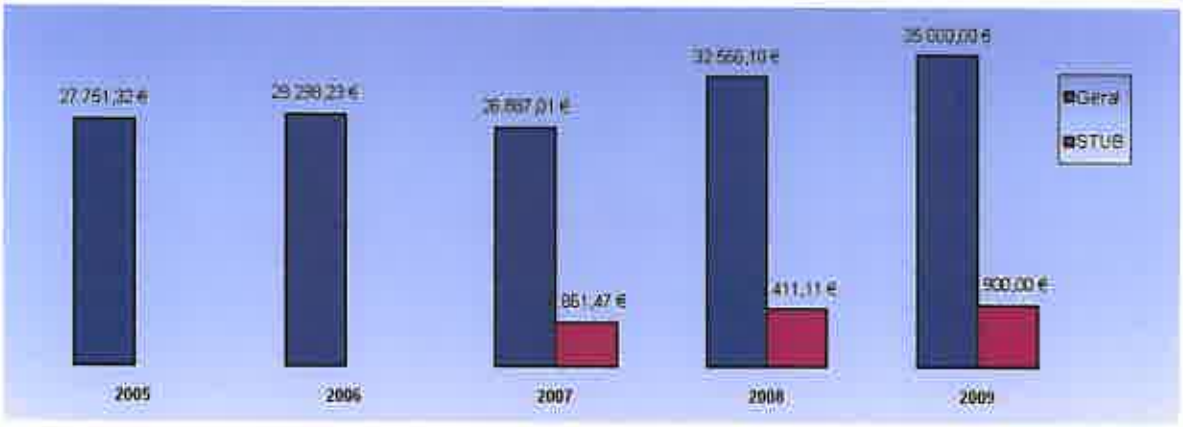
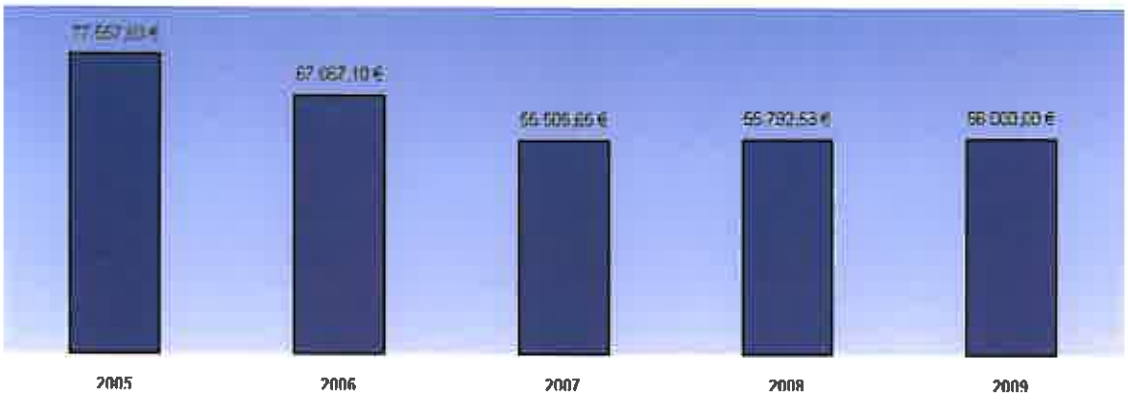


GRÁFICO XII. Custos das Comunicações fixas (2005/2009)



Ao nível do **serviço de informática e sistemas**, continuará ser dado apoio a todos os serviços da Autarquia e o suporte a um conjunto abrangente de recursos tecnológicos dos quais se destacam: rede de dados, servidores, computadores da Autarquia e das Escolas (Pré-escolar e 1º Ciclo), sistema de e-mail, protecção antivírus, gestão de Web sites da autarquia e aplicações SIGMA - Sistema de Informação e Gestão Municipal.

Mencionam-se seguidamente as principais actividades nas diversas áreas de intervenção:

Área	Descrição
APLICAÇÕES	Administração e apoio na utilização dos recursos de software, incluindo sistema SIGMA, software de escritório e demais softwares em operação nos serviços da autarquia. Neste âmbito são predominantes as seguintes aplicações: SIGMA (CTA, AGU, PES, ARM, OBP, OBM, FIS, EXF, REN, PAT, PUB, CIC, MAQ, ACT, ESC, MDV); Apolo à Decisão (EIS POCAL, EIS Pessoal); Gestão de PDA´s de registo de consumos de água; Gestão de assiduidade; Porbase – Biblioteca; SIOU – Urbanismo; Gismat – Gestão Urbanística + Plantas de localização; Gestão de Eleições; Gestão de Cemitérios; SIBS; Gestão de espaços verdes; Arquivo Histórico, Aplicações técnicas diversas (Autocad, Archicad, Arcview, etc.).
SISTEMAS	Gestão dos sistemas de informação da autarquia garantindo o seu contínuo funcionamento. Enquadram-se neste âmbito a rede local, os servidores, o sistema de correio electrónico e a segurança.
SUPORTE TÉCNICO	Configuração e manutenção dos equipamentos de rede e de micro informática instalados na Autarquia e nas Escolas (1ºCiclo e Pré-escolar).
INTERNET	Abrange a gestão, o desenvolvimento e a manutenção dos sites Autárquicos.
GESTÃO	Planeamento, coordenação e gestão de actividades desempenhadas na área de informática.

Acções em destaque realizadas em 2009:

- Lançamento do novo site da Câmara Municipal de Bragança (http://www.cm-braganca.pt/). O site sofreu uma profunda reestruturação. A par de um novo visual, mais dinâmico e moderno, com novos conteúdos e pontos de interesse diversificados, disponibilizando um vasto conjunto de informação sobre a vida do Município. O site evoluiu no sentido de se aproximar mais às necessidades dos cidadãos e aposta na dinamização de eventos, notícias e multimédia (fotos e vídeos);

- A par do site da autarquia foram lançados os sites do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Teatro Municipal de Bragança, Museu Ibérico da Máscara e do Traje, e das Bibliotecas Municipais. Em cada um deles é possível consultar a programação, eventos, localização, aceder a visitas virtuais ou a lojas online. A navegação foi estudada de forma a ser atractiva e adaptada à imagem institucional e ao público-alvo;

- Lançamento do portal geográfico onde é disponibilizada informação georreferenciada referente aos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOTs), respondendo às especificações do Decreto-Lei 56/2007 de 31 de Agosto;

- Adesão à plataforma de contratação pública – VortalGOV, cumprindo o Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei 18/2008 de 29 de Janeiro);

- Informatização da Biblioteca Municipal e Biblioteca Professor Adriano Moreira;

- Informatização do arquivo histórico;

- Implementação de sistema de Gestão de Assiduidade;

- Implementação de uma solução de acesso permanente à Internet, com largura de banda simétrica com base nas tecnologias Ethernet. A CMB elege assim a presença na Internet como um factor estratégico do seu negócio. A solução implementada permitiu superar as limitações sentidas e passar a usufruir de elevada velocidade e qualidade de serviço;

- Instalação de quadros interactivos em 12 escolas do meio rural.

Actividades em 2010

Em 2010 pretende-se dar continuidade à implementação do projecto SAMA. Paralelamente propõe-se medidas que visam a consolidação e a optimização das infraestruturas tecnológicas.

Para dar continuidade em 2010:

Acção	Descrição
SAMA (Sistema de Apoio à Modernização Administrativa)	No âmbito deste projecto foram implementadas em 2009: • Plataforma electrónica de contratação pública • Disponibilização dos PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do território em ambiente web Estão previstas as seguintes acções para 2010: • Reengenharia e certificação de processos • Desmaterialização e Gestão Documental • Infra-estruturas tecnológicas de suporte • Plataformas de disponibilização de informação e serviços

Proposta de novas medidas:

Acção	Nota justificativa
Escolas	Torna-se necessário: 1) Infraestruturar as escolas com redes de área local para permitir aceder à Internet a partir de todas as salas de aula, 2) proceder à substituição de equipamentos obsoletos, 3) garantir que todo o parque informático está devidamente licenciado, com as versões mais recentes em termos de software Windows e Office, 4) implementar um mecanismo de segurança para restauro de sistemas, 5) garantir protecção contra acessos indevidos à Internet, bloqueando conteúdos impróprios para as crianças. Eventualmente abranger todas as escolas com quadros interactivos.
Licenciamento Microsoft	Torna-se necessário uniformizar o software Windows e Office usado em toda a organização municipal. Propõe-se a celebração de um acordo de licenciamento de modo a padronizar as versões de software usadas, simplificar a gestão, agilizar a manutenção e aumentar a produtividade dos funcionários. Esta solução vai permitir que todos os funcionários usem as versões mais recentes. Isto vem a propósito, já que recentemente foi lançado o Windows 7 e o Office 2010 será lançado no inicio do próximo ano. Obriga a um contrato a 3 anos. Este tipo de contrato é utilizado em todas as capitais de distrito e na esmagadora maioria dos municípios nacionais. O acordo Inclui: - Actualizações gratuitas durante o curso de vigência do contrato; - Suporte e consultadoria; - Direitos de utilização doméstica do Office (por 15 euros)
Licenciamento Autocad	Existe a necessidade de uniformizar as versões Autocad. Propõe-se uma solução de funcionamento em rede. Desse modo consegue-se uma gestão centralizada mais simplificada e garante-se que todos os serviços trabalham com a mesma versão. Neste cenário o autocad é instalado num servidor sendo que nos PC's

	apenas é instalada a componente do cliente. Pode começar-se com um número mínimo de licenças (ex: 4 licenças) e evoluir de acordo com as necessidades.
Google Apps	O Google Apps é um conjunto de aplicações já consagradas como o Gmail, Google Docs, Google Calendar e Google sites. O ponto nevrálgico da comunicação actual entre organizações é o email. A solução proposta permite substituir com grandes vantagens o nosso modelo actual, baseado em servidor próprio. Um dos principais ganhos é a eficaz filtragem de SPAM, permitindo dispensar ferramentas adicionais. Outra grande vantagem é a estabilidade: ficar sem e-mail, mesmo que durante apenas algumas horas, é quase uma catástrofe, nos dias de hoje. Os servidores Google têm alto grau de disponibilidade e evitam a necessidade da autarquia ter hardware próprio. O email pode ser acedido de qualquer local via Web browser e oferece 25GB de armazenamento por conta. Gradualmente serão também implementadas outras ferramentas: o Google Docs para criação e partilha de documentos em tempo real, o Google Calendar para marcação de reuniões e outros eventos usando agendas partilháveis e o Google sites para partilha de informação entre equipas de projecto.
Solução de impressão	Propõe-se a substituição do actual parque de impressão por uma solução com controlo centralizado. De forma gradual, as mais de 150 impressoras existentes, são substituídas por equipamentos mais produtivos e tecnologicamente mais avançados que são colocados em locais estratégicos. Passa a ser possível controlar e identificar os volumes de cópia, por utilizador. Evitam-se os actuais custos elevados de manutenção e de aquisição de consumíveis. Liberta-se a informática de todos as questões de assistência referentes a equipamentos de impressão.
Parque Informático	É necessário proceder à substituição de equipamentos obsoletos ao nível da microinformática. Torna-se ainda necessária a aquisição de um servidor para as aplicações SIG.
Fibra óptica	Torna-se necessário interligar, através de fibra, todos os locais onde funcionam serviços autárquicos. As actuais ligações sem fios não garantem funcionamento adequado. Uma vez que a DTE considera propor uma solução de voz sobre IP, sugere-se que a implementação da fibra óptica decorra no âmbito desse projecto.

Acções previstas

Acção	Item
SAMA (Sistema de Apoio à Modernização Administrativa)	Desmaterialização e Gestão Documental Disponibilização de Informação e Serviços Reengenharia e certificação de processos Infra-estruturas tecnológicas de suporte
Escolas	Redes de área local Substituição de equipamentos obsoletos Licenciamento de software (para 100 máquinas) Protecção de sistemas Protecção contra acessos indevidos à Internet

Licenciamento Microsoft	Licenciamento para 150 máquinas (valor anual)
Licenciamento Autocad	Solução para funcionamento em rede
Google Apps	Configuração base Google Apps Licenciamento para 150 contas (valor anual)
Parque informático	Computadores e servidor SIG
Solução de impressão	Para 21 equipamentos a cores, 6 equipamentos a preto. Inclui: assistência técnica, manutenção total, todos os consumíveis (excepto papel). O valor apresentado é anual.

Ao nível do parque de equipamento, com vista à conservação e manutenção da rede viária e do apoio as freguesias, prevê-se a aquisição de mais um destroçador e tractor, no sentido de reforçar o sistema de manutenção da rede viária, bem como uma máquina escavadora/giratória para execução dos trabalhos de apoio às freguesias, podendo esta máquina de forma mais rentável executar o trabalho de uma pá carregador (já em fim de vida útil) e de uma máquina de rastos, com mais baixa despesa em recursos humanos e em combustíveis. Pretende-se, também, adquiir uma mini-pá carregadora para apoio à equipa de manutenção de vias, com multifunções, garantindo maior qualidade no trabalho de reparação de vias.

1.2. Segurança e Ordem Públicas

1.2.1. Protecção Civil e luta contra incêndios

1.2.1.1.Bombeiros

Estando as Associações de Bombeiros Voluntários de Bragança e Izeda adequadamente dotadas em termos de instalações e equipamentos, fruto de investimentos continuados ao longo dos últimos anos, importa manter o apoio possível no sentido de a operacionalidade ser, se possível, reforçada.
Daremos continuidade, à semelhança do que foi sendo feito durante os anos anteriores, ao apoio com verbas que permitirão aos Bombeiros Voluntários de Bragança e de Izeda, fazer face a despesas de funcionamento, pagamento de pessoal permanente, seguros de pessoal e seguros de frota, em prol da actividade voluntária e de ajuda humanitária desenvolvida pelas duas Associações.

1.2.1.2. Segurança Pública

Para a Câmara Municipal, a segurança pública, face às responsabilidades que ao Município estão atribuídas, está na primeira das prioridades, associada às muitas decisões de investimento nas várias áreas de actuação da Câmara Municipal, bem como da permanente disponibilização de recursos financeiros, humanos e de equipamentos.
Durante o ano de 2010, pretende-se introduzir melhorias no sistema de Protecção Civil, ao nível de equipamento (adaptação de veículo pesado para espalhar sal nas vias municipais e aquisição de veículo todo o terreno e equipamento ligeiro diverso).

2. Funções Sociais

2.1. Educação

2.1.1. Ensino Não Superior

2.1.1.1. Educação Pré-Escolar

Nesta área, proceder-se-á a obras de conservação e melhoria das condições de funcionamento dos equipamentos de educação pré-escolar, nomeadamente a nível da componente social com apoio nos recursos humanos no prolongamento de horário para ajustar as normas de funcionamento de modo a satisfazer as necessidades dos pais e encarregados de educação.

Nos últimos anos, foram feitas evoluções para garantir boas condições de funcionamento e bem-estar dos alunos, dos educadores de infância e auxiliares, tendo-se registado uma melhoria significativa nas instalações nos Jardins de Infância da área urbana e nos da área rural, assim como a aquisição de material didáctico adequado para este nível de ensino.

Continuar-se-á a aquisição de material didáctico de modo a substituir o existente que se encontra ultrapassado face as novas exigências, nomeadamente nos novos centros escolares de Santa Maria e da Sé. Com a abertura de mais oito salas de jardim-de-infância, será necessário adquirir equipamento para apetrechar as salas, assim como material didáctico pedagógico.

O número actual de auxiliares afectas a este nível de ensino, 5 no Jardim-de-Infância da Estação e 4 no Jardim-de-Infância de Santiago, poderá aumentar gradualmente, visto ser necessário assegurar as componentes lectiva e social destes equipamentos. De acordo com o número de alunos serão necessárias 12 auxiliares, seis para cada centro, no entanto este número poderá ser integrado gradualmente uma vez que a abertura das quatro salas far-se-á de forma faseada. Assim, para o ano 2010 prevê-se a necessidade seis auxiliares para os novos centros, de forma a funcionar duas salas de Jardim-de-infância em cada centro.

2.1.1.2. Ensino Básico

Depois da homologação da Carta Educativa do Concelho, da candidatura ao QREN para a construção dos centros escolares indicados na Carta Educativa, assim como a requalificação de algumas escolas de acolhimento de 1º ciclo na área rural e da aprovação para a construção de dois centros escolares na área urbana, um na Freguesia de Santa Maria, outro na Freguesia da Sé, em fase de conclusão, prevendo-se a sua abertura para o primeiro trimestre de 2010, e da requalificação de duas escolas de 1º ciclo, na área rural, Quintanilha e Rebordãos, projectos concluídos, será fundamental uma reavaliação e actualização da rede educativa, a nível de equipamentos, de modo a dotar as restantes escolas EB1 de melhores condições que respondam às necessidades e exigências deste nível de ensino.

Face às características desta área, o desgaste constante dos matérias e a evolução da tecnologia na Educação será necessário continuar algumas remodelações/ melhoramentos em algumas escolas para que os alunos tenham, de imediato, melhores condições.

Em 2009 iniciou-se o processo de aquisição e instalação de quadros interactivos nas escolas EB1 da área rural, num investimento de 29 448,00€. Em 2010 continuar-se-á a infra-estruturar as escolas EB1 do concelho com redes de área local que permitirão aceder à Internet a partir de todas as salas de aula, a proceder à substituição de equipamentos obsoletos, a adquirir novo software.
Os novos centros escolares já ficarão dotados, em todas as salas de aula, com quadros interactivos. Será necessário continuar a instalar quadros interactivos nas escolas, no sentido de todas as salas de todos os Centros ficarem devidamente equipadas.

Em 2009, começou-se o processo de negociação com vista a eventual transferência das competências relativas à Educação, nomeadamente a nível do pessoal não docente, da acção social e da construção, apetrechamento e manutenção dos equipamentos de 2º e 3º ciclos, para o Município. Este processo poderá ser continuado.
Importa que este processo seja feito de forma clara e coerente entre todas as partes envolvidas porque esta transferência acarretará mais responsabilidades e mais custos à C.M.B. e obrigará a reformulação do sector de Educação com o reforço do pessoal responsável nesta área, para dar resposta eficaz na gestão dos equipamentos.

A abertura, em 2010, dos novos Centros Escolares obriga a que seja reforçado o número de auxiliares de acção educativa para acompanhar os alunos e a aquisição de material didáctico de modo a apetrechar estes espaços de acordo com as necessidades.
Prevê-se, também, a aquisição de mobiliário para centros escolares que não estava previsto no projecto.
Em relação aos auxiliares da acção educativa, enquanto não se concretizar a transferência de competências, a sua colocação é da responsabilidade do Ministério da Educação, sendo feita a sua gestão pelos Agrupamentos.

A necessidade das escolas EB1 funcionarem em tempo inteiro acarreta mais responsabilidades e mais custos à C.M.B. nomeadamente a nível das refeições e consequentemente na aquisição de serviços de auxiliares que acompanhem os alunos nestas horas, uma vez que os Agrupamentos não possuem pessoal suficiente para estas tarefas e nos espaços para as refeições.
No ano lectivo de 2009/2010, o programa de generalização de refeições abrange a totalidade das escolas do concelho, num total de 966 alunos a usufruir este serviço. Como complemento do serviço de refeições e sabendo das dificuldades com que algumas famílias se deparam, as crianças carenciadas do concelho beneficiam de um suplemento alimentar, composto por fruta e sandes.

Ao longo dos últimos anos, tem-se vindo a renovar algum mobiliário nas escolas de 1º ciclo. Em 2009 substituiu-se nas EB1 Artur Mirandela, Loreto, Mãe d´Água e Quintanilha, no entanto, será necessário continuar a proceder à renovação de mobiliário que se encontra envelhecido e apetrechar as escolas de material didáctico actual e apropriado aos novos tempos escolares.

Pretendemos continuar a contribuir para um ensino de qualidade e mais participativo por parte de todos os agentes ligados à Escola, agrupamentos, pais / encarregados de educação e Ministério da Educação. Na sequência da reformulação da gestão escolar, e tendo em vista uma maior participação e articulação com todos os agentes da comunidade educativa, a C.M.B. está presente nos Conselhos Gerais dos três Agrupamentos de Escolas e das três Escolas Secundárias do concelho, com três elementos.

O Conselho Municipal de Educação continuará a ser privilegiado como um espaço de trabalho, de reflexão, debate e partilha de opiniões e saberes que nos permitam com mais certeza, encontrar as soluções mais adequadas para os problemas educativos no concelho de Bragança.

Pensando, ainda, na formação e educação dos jovens, continuar-se-á o plano de divulgação das actividades, dirigidas ao público escolar, realizadas no Centro Cultural, no Teatro Municipal, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje e no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais com visitas guiadas às exposições, espectáculos direccionados para este público, bem como divulgação de trabalhos efectuados nas escolas no CCB e na Biblioteca, oferecendo, deste modo, um serviço educativo transversal aos vários equipamentos culturais.

De forma a trabalhar em rede com as escolas do concelho, assinou-se o protocolo com o Plano Nacional de Leitura, onde se propõe, para além da elaboração de um catálogo conjunto de modo a não haver repetição de obras nas várias bibliotecas do concelho, de um plano de actividades conjunto entre as bibliotecas escolares e a biblioteca municipal, o SABE (Serviço de Apoio às bibliotecas escolares), a aquisição de livros e material didáctico.

Numa tentativa de oferecer as mesmas oportunidades aos alunos, continuaremos, algumas actividades ligadas à leitura, iniciadas em 2008, como o projecto " Contando histórias pelas aldeias", dramatização de contos, com a colaboração das coordenadoras das bibliotecas escolares, teatro de fantoches nas escolas do 1º ciclo da área rural, tentando, deste modo, incentivar os jovens para a leitura e possibilitar o contactos destes alunos ao acervo da Biblioteca Municipal de Bragança.

Continuaremos a apoiar actividades e projectos das várias escolas do concelho que sejam considerados pedagógicos e relevantes para a comunidade educativa, como a publicação de livros elaborados pelos alunos, produção de exposições, deslocação de escritores nacionais às escolas e acções de formação para o público escolar.

Conhecendo a dificuldade que alunos do interior sentem na aquisição de novas oportunidades, na participação em programas de actividades de investigação científica e formação especializada na área das Ciências, a C.M.B celebrou, em 2009, um protocolo com o Instituto Gulbenkian de Ciência e posteriormente com as escolas secundárias da cidade, com a finalidade de atribuir seis estágios aos melhores alunos da área de Biologia (dois alunos em cada escola secundária), a realizar nas instalações do IGC, contribuindo com os custos da deslocação e alojamento durante o período dos estágios.
Em 2009, seis alunos estiveram 10 dias, durante a pausa lectiva da Páscoa, em Oeiras, partilhando novas experiências na área de Biologia, confrontando-se com cientistas, professores, investigadores e criaram laços que poderão enriquecer as vivências dos alunos e, por conseguinte, enriquecer os curricula e o futuro destes jovens.
Foi um projecto pioneiro, e com avaliação extremamente positiva, levando o IGC a alargá-lo a mais concelhos, no entanto serão guardadas anualmente três vagas para alunos do concelho de Bragança e registado, no nome do programa, referências a Bragança - Brigaciência

Na área sócio – educativa, continuaremos a desenvolver acções através da concessão de apoios (transportes, alimentação e material escolar) aos alunos carenciados do concelho. Os alunos deslocados das suas residências, devido à concentração de escolas, terão assegurado o transporte e a alimentação. Todos os alunos do 1º ciclo terão oportunidade de frequentar três actividades de enriquecimento curricular – Inglês, Educação Musical e Actividade Física e Desportiva.

Na procura de complementar o apoio ao ensino básico, aos alunos e às famílias do concelho, não podemos deixar de destacar as Férias Culturais e Desportivas, realizadas durante o mês de Julho, que têm vindo a proporcionar, aos jovens dos 6 aos 16 anos, momentos de diversão, de cultura e de exercício. É um projecto importante de ocupação dos tempos livres dos jovens, nas semanas em que não têm actividades lectivas, e, consequentemente de apoio às famílias.
A preocupação da ocupação dos jovens em momentos de pausa lectiva e a necessidade de diversificar a oferta das actividades concretizar-se-á, em 2010, com as Férias Culturais e Desportivas no mês de Julho e actividades artísticas no Teatro Municipal e Centro de Arte Contemporânea nos meses de Dezembro e Março.

O Conservatório de Música de Bragança, criado pela Câmara Municipal de Bragança, é um estabelecimento de ensino especializado da música que tem vindo, desde o ano lectivo 2004/05 a marcar a sua presença de forma positiva e complementando a educação de jovens e adultos na área artística. O Conservatório iniciou com 85 alunos inscritos, distribuídos por 5 instrumentos: Violino, Violoncelo, Piano, Guitarra e Gaita-de-foles. No corrente ano lectivo, o Conservatório conta com 143 inscrições e oferece três opções de curso. Curso de Iniciação Musical – Pré-escolar: destinado a crianças dos 3 aos 6 anos; Curso de Iniciação Musical – Preparatório: destinado a crianças dos 7 aos 9 anos; Curso Básico em regime supletivo – destinado a crianças a partir dos 10 anos.

Os cursos básicos de Instrumento estão repartidos pelas classes de: piano, violino, violoncelo, guitarra e, a partir deste ano lectivo, flauta transversal. A Classe de Gaita-de-foles é uma aposta clara do Conservatório, na tentativa de preservar as tradições da região onde o Conservatório está implantado, e, também, marcar a identidade única no país neste tipo de estabelecimentos de ensino. Devido à especificidade deste tipo de ensino, os Professores contratados são, na sua maioria, especializados na área artística.

A partir do corrente ano lectivo, os alunos que apresentaram os requisitos exigidos pelo Ministério da Educação, puderam frequentar o Curso Básico em regime articulado. O acesso é gratuito e o curso é financiado integralmente pelo Ministério da Educação sendo o Plano de Estudos do Conservatório articulado com o Plano Curricular da escola de ensino regular que os alunos frequentam. Para que este ensino articulado fosse possível, houve necessidade de assinar um protocolo entre o Conservatório e as Escolas de Ensino regular. Neste ano lectivo, respondeu afirmativamente o Agrupamento Paulo Quintela, com uma turma de 5º ano de 26 alunos.

Pelo segundo ano, o Conservatório tem a seu cargo a coordenação das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo na área da Música. Desta forma o Conservatório leva, a todas as crianças que frequentam as Escolas do 1º Ciclo do Conselho de Bragança, o ensino da música.
O Conservatório de Música de Bragança é suportado financeiramente pelas propinas pagas pelos alunos, pelos subsídios do Ministério da Educação e da Câmara Municipal de Bragança.

O Centro Ciência Viva de Bragança é um museu interactivo de ciência, pertencente à Rede Nacional de Centros, da Agência Nacional Ciência Viva, em parceria com a Câmara Municipal de Bragança e Instituto Politécnico de Bragança. É um espaço privilegiado de divulgação da ciência, quer pelas suas exposições quer pela concretização de um plano anual de actividades destinadas ao público em geral e comunidade escolar em particular. Pretende-se, através deste equipamento, promover a cultura científica, estimular o espírito crítico e a curiosidade científica.

A diversidade de actividades desenvolvidas ao longo de 2009 proporcionou, tais como o Casulo das Histórias, os Cafés de Ciência (tertúlias científicas que decorrem em ambiente informal e pretendem aproximar o público em geral da ciência, através de conversas com cientistas e divulgadores de renome, do panorama nacional e internacional), Sinfonias com Ciência, Cinema Científico, Acções de Formação, concursos e muitas outras, a todos que participaram, uma aprendizagem contínua e informal de conteúdos de ciência e promoveu um contacto interactivo com as exposições, que compreendem uma forte componente de novas tecnologias de informação e comunicação.
Desde a sua abertura, em Julho de 2007, visitaram este espaço 21 941 pessoas, divididos entre as visitas de grupos ou individuais 19 888 visitantes, participantes nos Cafés de Ciência 647, Cinema Científico 85, Casulo das Histórias 191, E agora sou Galileu 130, e outras actividades 1000.

Em 2010, pretendemos continuar com as actividades que satisfizeram o público deste equipamento

2.1.1.3. Educação de Adultos

A educação de adultos, ensino especial e outros, continuará a ter do Município o necessário envolvimento em parcerias existentes, nomeadamente na integração de alunos/ estagiários dos Cursos de Educação e Formação e em estrita articulação com o Ministério da Educação, através dos serviços desconcentrados da DREN e da Equipa de Apoio às Escolas de Bragança.

Será mantido o apoio a outros projectos desenvolvidos pelas escolas do nosso concelho ao nível do 2º e 3º ciclos, ensino secundário e ensino superior, desenvolvendo esforços para que as necessidades que se façam sentir sejam colmatadas, apoiando as iniciativas que surjam nesse sentido, nomeadamente nos cursos EFA que têm surgido na área rural.

Continuaremos, também, a apoiar a Universidade Sénior, de modo a que o público visado tenha garantido uma ocupação diversificada e de qualidade. De igual forma se apoiará as actividades do Clube Sénior que tem como objectivo principal a ocupação do tempo livre da população sénior do concelho com actividades lúdicas. Para a implementação destes projectos foi atribuído um espaço onde estas entidades poderão dinamizar os seus planos de actividades.

2.3. Segurança e Acções Sociais

2.3.2. Acção Social

Os problemas sociais constituem uma das nossas grandes preocupações, estando conscientes da urgência de um trabalho intenso no sentido de criar um concelho mais solidário, construindo e apoiando a construção de infra-estruturas necessárias ao reforço da coesão social.

As situações de exclusão social, o envelhecimento da população rural, a desertificação, os problemas sociais com que as famílias se deparam no quotidiano, acarretam uma pressão social permanente sobre os serviços sociais, que, aliada ao facto de se ter assumido a propriedade e gestão dos bairros de habitação social, traduzem uma maior responsabilidade e aumento de serviço, dificultando respostas rápidas e eficazes aos problemas com que os munícipes se deparam.

É nosso objectivo prioritário optimizar a estratégia de intervenção social e gestão da habitação social como serviço de proximidade à população em articulação com o conjunto de instituições existentes a nível local, como forma de combate às diferentes formas de pobreza, co-responsabilizando todas as entidades, através da rede social.

Pretendemos consolidar o amplo processo de partilha de responsabilidades e apostar na promoção de respostas mais adequadas e próximas das necessidades dos munícipes, nas áreas prioritárias da acção social, acção social escolar, habitação social, melhorias das condições de habitabilidade, voluntariado e rede social e medidas de apoio social já promovidas como o Cartão do Munícipe e regularização de dívidas.

Continuaremos a desenvolver acções que permitam o convívio e a inclusão de sectores mais fragilizados da nossa sociedade, como o Encontro de Imigrantes do concelho de Bragança, de forma a aproximar e a integrar os nossos imigrantes e fazê-los sentirem-se parte da nossa comunidade. Em 2009, este encontro teve um grande número de participantes que apresentaram algumas manifestações culturais de cada país. Pretende-se, em 2010, continuar esta linha de troca de experiência e a colaboração com outras instituições ligadas a estas comunidades.
De igual forma, o Encontro de Idosos permite estabelecer contactos mais próximos com a população sénior do nosso concelho. Tem sido um momento de convívio e de confraternização.

Reconhecendo a importância do trabalho em parceria para conseguir responder aos problemas sociais da população que são da responsabilidade de todas as forças interventoras da sociedade, manteremos a representação e colaboração na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, com a gestão do gabinete destinada exclusivamente à comissão, o apoio logístico e um técnico a tempo inteiro de modo a acompanhar e intervir nos casos sinalizados.

Em 2009, a nossa actuação na CPCJ foi reforçada com a atribuição da presidência desta comissão. Foram integrados novos membros e reforçamos as relações com o Ministério Público, tendo conseguido a presença em todas as reuniões da Comissão Restrita de uma Procuradora que tem apoiado e guiado os processos apresentados. Continuamos a apoiar o Gabinete de Apoio à Família, a funcionar em instalações da C.M.B., no Centro Cultural de Bragança, que tem um papel interventivo ao nível dos problemas familiares, dando uma resposta integrada às dificuldades encontradas na educação, na saúde, na gestão doméstica, na inserção no mercado de trabalho e no acesso às aludas sociais.

Continuaremos a nossa participação no Núcleo Local de Inserção para intervenção em processos do Rendimento Social de Inserção e na Plataforma Supra Concelhia.

A Rede Social, centro de planeamento e execução de políticas sociais, após a execução do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2007/2009, encontra-se em fase de avaliação do PDS 2007/2009 e de actualização do PDS 2009/2011, com a realização de sessões temáticas onde várias forças vivas do concelho participam, de forma a promover a troca de experiências e a concretização de medidas eficazes nesta área. Pretendemos actualizar o sistema de informação da rede, reforçar a divulgação das acções da rede social através da página da CMB, onde já estão inseridos todos os documentos âncora deste organismo.

Continuaremos a apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social, no esforço que estas vêm desenvolvendo para que Bragança se assuma como concelho solidário.

No âmbito da acção social escolar, o município tem vindo a fazer um trabalho intenso no sentido de proporcionar as mesmas oportunidades a todas as crianças do concelho. Continuaremos a desenvolver acções através da concessão de apoios (transportes, alimentação e material escolar) aos alunos carenciados do concelho. Os alunos deslocados das suas residências, devido à concentração de escolas, terão assegurado o transporte e a alimentação.

Após a abertura do primeiro Banco Local de Voluntariado, no distrito de Bragança, alguns cidadãos a título individual e instituições inscreveram-se para participar em actividades sociais/ comunitárias e em projectos das diferentes instituições/ entidades, promovendo, assim, a cidadania e a consciência colectiva.
O Banco Local de Voluntariado de Bragança iniciou as entrevistas com os candidatos encaminhando-os para os programas existentes, de acordo com as áreas escolhidas.

Durante o ano 2009, salientamos um projecto de apoio às crianças sinalizadas na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, ajudando-as a estudar e facilitando-lhes conhecimento com os equipamentos culturais da cidade.

Para 2010, pretendemos dinamizar acções de formação, realizar acções de sensibilização e elaboração de documentos de divulgação, realizar actividades de promoção do Banco Local de Voluntariado junto das instituições locais de forma a integrar e impulsionar as instituições.

Após a redacção do Regulamento Municipal da Acção Social para os níveis de ensino da responsabilidade do Município, pré-escolar e 1º ciclo, e face à conjuntura social e às dificuldades transmitidas por alunos de outros níveis de ensino, pretendemos iniciar uma análise social em parceria com instituições de ensino para tentar obter informações sobre os casos que necessitam apoio de forma a minimizar os problemas sociais existentes.

Desenvolver-se-á o projecto " Casa da Mãe d´Água", financiado pelo QREN na medida Regeneração das cidades - vertente imaterial, com a realização de diagnósticos sociais, planos de intervenção social, estabelecimento de parcerias, criação de uma base de dados informática com os casos sociais mais prioritários, dinamização do movimento associativo/moradores, realização de atendimento e acompanhamento da comunidade e famílias em situação de crise/conflito.

2.4 Habitação e Serviços Colectivos

2.4.1 Habitação

Estão previstas verbas para continuar os compromissos de aquisição de património: ex-agência do Banco de Portugal, adquirida em Dezembro de 2002, por 748.196,85 euros com encargo anual de 75.000,00 euros, ficando concluído o pagamento em 2012; pagamento da última prestação anual correspondente a aquisição, no ano de 2005, dos edifícios e terrenos do trinta; aquisição de terrenos e imóveis diversos, envolvendo a aquisição de terrenos parra o Parque Verde da Coxa – 2ª Fase e terrenos para a construção de habitação social e ampliação da Zona Industrial das Cantarias.
Está dotada rubrica para satisfação dos compromissos assumidos com o IEP para o antigo estaleiro e ex-casernas do BC3, compromissos a terminar em 2011 e 2010, respectivamente, destinando-se este último à instalação definitiva da feira.

Na área da habitação social, estando atentos ao problema da erradicação de barracas na cidade, e após a candidatura ao programa Prohabita, efectuada em 2007, continuaremos a acompanhar este processo de modo a que esta situação seja solucionada e se possa construir habitações condignas para as pessoas que, ainda, moram em barracas.

Elaborado o Projecto para a construção de Habitação Social (26 fogos) em complementaridade com os projectos de conservação e requalificação de fogos de Habitação Social existentes (em continuação de 2008) poderemos assumir que grande parte da problemática associada à componente habitacional para os mais carenciados, poderá ficar resolvida. A aquisição de terrenos e a elaboração dos projectos de Arquitectura (da responsabilidade do Gabinete de Planeamento da Câmara Municipal) e das Especialidades em que se incluem as infraestruturas urbanísticas – rede viária, rede de saneamento básico, rede de águas e rede eléctrica, (em fase de execução, objecto de consulta pública para a sua elaboração) representam já um grande esforço a que daremos forma com a construção das 26 habitações que permitirão alojar os agregados familiares referenciados no concelho e que habitam em condições precárias. Paralelamente a este esforço, daremos continuidade ao apoio às famílias carenciadas, através de financiamento ou cedência de materiais para obras de beneficiação e higienização da habitação.

No âmbito da gestão dos Bairros Sociais, propriedade do município, continuaremos a regularização de dívidas, de actualização de rendas e de legalidade de ocupação, de modo a criar disponibilidade para satisfazer as solicitações de habitação.

Após o processo de levantamento do interesse, por parte dos inquilinos, de aquisição de habitações nos Bairros Sociais, procederemos à venda dos fogos aos inquilinos interessados e alargaremos este processo à totalidade dos inquilinos destes bairros. Este processo permitirá consolidar os recursos

financeiros para os canalizar na requalificação e na melhoria das condições de habitabilidade de famílias carenciadas.

Paralelamente a este processo, em 2010, será necessário concluir os processos da actualização dos valores anuais das rendas (descongelamento e aplicação da Lei da Renda Apoiada), podendo, igualmente, canalizar as receitas para as melhorias habitacionais e construção/reabilitação de imóveis destinados a habitação social e também garantir que rendas excessivas, desajustadas face ao rendimento das famílias, possam ser revistas.

No entanto, e visto o programa PCHI ter sido evidentemente insatisfatório para as necessidades sentidas pelos cidadãos do concelho, e à semelhança do que tem vindo a acontecer, em parceria com as Juntas de Freguesias, continuaremos a apoiar as famílias carenciadas através de apoios financeiros, em materiais destinados a obras de beneficiação e em intervenções que têm como objectivo a melhoria das condições de habitação nos Bairros Sociais e nas habitações das famílias carenciadas do concelho.

No ano de 2009, iniciou-se o processo de substituição das caixilharias e pintura no Bairro da Mãe d'Água, pretende-se continuar, de forma faseada, a recuperação dos Bairros Sociais. Está previsto a remodelação progressiva das caixilharias de modo a melhorar o conforto térmico dos fogos, reduzir a factura energética das famílias assim como proceder à pintura exterior e segurança dos espaços comuns dos edifícios dos Bairros da Mãe d'Água, Coxa e Previdência. No Bairro da Mãe d'Água será, ainda, feita a repavimentação geral do Bairro, à semelhança do trabalho realizado em 2009, no Bairro Novo da Previdência.Trata-se de uma operação plurianual para o período do mandato autárquico.

Paralelamente, far-se-á o levantamento de necessidades de intervenção, execução de obras de beneficiação interiores dos imóveis mais prioritários. Conjuntamente com esta acção e após o levantamento realizado dos imóveis devolutos pertença a CMB, preparar-se-ão para que seja possível continuar o realojamento de famílias carenciadas do concelho.
A estratégia, no sector de habitação, continuará na aposta no realojamento de famílias carenciadas mediante a recuperação de casas devolutas e vagas no conjunto do património habitacional municipal destinado à habitação social. Estes realojamentos serão, sempre, feitos de acordo com o estudo técnico realizado que incluiu a priorização dos casos assinalados tendo em conta os problemas habitacionais de cada família, os de saúde e a constituição do agregado familiar, adequando, assim, a tipologia da fracção a cada família.

Durante o ano de 2009, foram entregues algumas habitações a agregados familiares carenciados. Foram realojadas 10 famílias em habitação social nos Bairros da Coxa, Mãe d´Água e da Previdência. As casas foram totalmente remodeladas pela C.M.B. Paralelamente, realizaram-se várias intervenções em habitações na área rural para melhorar as condições de habitabilidade das famílias do concelho.

2.4.2. Ordenamento do Território

2.4.2.1. Planeamento Urbanístico

No âmbito do planeamento urbanístico e quanto aos principais instrumentos de Planeamento e Ordenamento do Território, destaca-se que com a entrada em vigor do Plano de Urbanização da Cidade, em 26 de Fevereiro de 2009, poderemos dispor e encarar com mais sustentabilidade as políticas de desenvolvimento territorial para o futuro, realçando alguns dados que demonstram objectivamente as linhas orientadoras da política urbanística que a autarquia pretende para a cidade:

- Aumento em 20,1% da área destinada a expansão urbana em solo de urbanização programada, sendo que a maioria da área destinada à construção é de baixa densidade (88,6%) e a restante afecta à média densidade;
- Incremento da área para equipamentos em 120,7ha, o equivalente a um crescimento de 56% relativamente ao existente;
- Estrutura Ecológica Urbana – ocorre um forte incremento em relação ao actual perímetro urbano, na ordem dos 317ha, ou seja, um aumento de 300%;
- O conjunto da área afecta à Estrutura Ecológica Urbana (27,3%), da área destinada a Equipamento (15,1%) e área afecta a zona comercial/oficinal e industrial (7,7%), representam 53,04% da área total do Plano (1526,74ha);
- Potencial de construção futura – 7000 fogos, ou seja, 46,4% do existente (15073 fogos) – (consolidação do espaço urbano, regeneração e a expansão urbana)

Quanto à revisão do PDM (Plano Director Municipal) e terminada, em 2009, a sua fase de discussão pública, prevê-se a sua aprovação final e entrada em vigor no primeiro trimestre de 2010 e que numa perspectiva macro melhorará de uma forma mais eficaz a regulação e definição das políticas de ordenamento do território para toda a área do concelho, tendo como orientação um desenvolvimento sustentável quer ao nível do espaço urbano edificável quer ao nível do espaço rural e do qual se destacam objectivamente as seguintes linhas orientadoras da sua proposta:

- O aumento de solo urbano em mais 1208 ha (mais 46,6%) relativamente ao PDM actual, destacando:

  . mais 788 ha em espaços urbanizados
  . mais 86 ha na criação de novos perímetros urbanos
  . mais 158 ha na criação de novas áreas de equipamentos
  . mais 214 ha na criação de novas zonas industriais
  . mais 485 ha na delimitação de estrutura ecológica urbana

Assim, desenha-se para 2010, ao nível do ordenamento do território, perspectivas de mais e melhor planeamento. Com os novos instrumentos de planeamento, georeferenciados, será possível aos projectistas e promotores imobiliários aceder, em tempo útil e com toda a informação necessária, à

informação urbanística; mais e melhor qualidade na prestação de serviço a disponibilizar pela autarquia porquanto terá à sua disposição ferramentas fiáveis, rápidas e seguras, necessárias para uma melhor qualidade técnica de resposta às pretensões urbanísticas e consequentemente a possibilidade de fazer planeamento à escala macro, numa visão de futuro.

Com a conjugação destas acções e com os instrumentos de planeamento da "nova geração", poderemos com confiança pensar em desenvolvimento de qualidade, de mais e melhor planeamento, mais empreendedorismo assente na inovação e mais e melhor cidadania.

Prevê-se, também, que venha a ser retomado o Plano de Pormenor do Centro Histórico – Fase 2 e contratar a actualização dos orfotomapas da cidade.

Na rubrica Outros Estudos e Projectos estão incluídos encargos com os projectos: Bragança Activa; arranjos urbanísticos diversos na zona do Centro Ciência Viva; dos edifícios sede do Município e estudos urbanísticos diversos; estudo do edifício adquirido para espaço de memória da presença judaica.

2.4.2.2. Urbanização

No âmbito desta rubrica e como mais relevante, prevê-se a conclusão de obras e pagamentos da Circular Av. Cidade de León, Av. General Humberto Delgado e Av. Luciano Cordeiro.

Circular Av. Cidade de León *Av. General Humberto Delgado* *Av. Luciano Cordeiro*

Prevê-se a conclusão da Ciclovia envolvente do IPB e o início da construção da 2ª fase de ligação do Centro Ciência Viva e a Ciclovia da Mãe d'Água.

Ciclovia envolvente do IPB

2ª fase de ligação do Centro Ciência Viva

Repavimentação de bairros e passeios na cidade e a construção da Praça Nova da Mãe d'Água. Prevê-se a conclusão das infraestruturas do loteamento de Santiago (loteamento para casais jovens), a manutenção corrente de arruamentos e o início da execução do projecto da requalificação da Av. Central de Izeda.

2.4.3. Saneamento

Neste subprograma é avaliada e tratada a resolução dos problemas da drenagem e tratamento das águas residuais domésticas, quer no que diz respeito aos sistemas em baixa quer ainda no que se refere às redes em alta, no Concelho, bem assim como o que diz respeito à fase de gestão, conservação e manutenção das redes em funcionamento.

Nas actividades realizadas tem existido uma crescente preocupação na melhoria da qualidade, quer ao nível dos meios quer dos materiais mas também no modo de operar. Tal, aplicou-se aos trabalhos que envolveram recursos internos mas também aos que foi necessário contratualizar. Desta forma, a aposta centrou-se na selecção de produtos e serviços, fornecidos e prestados, com rigor e qualidade. São disto exemplos, situações que vão desde a escolha de modelos específicos para as tampas de saneamento da C.M. de Bragança; até à aquisição de um equipamento de elevada qualidade para operações de desobstrução e limpeza de colectores; passando pela obrigatoriedade da filmagem interior de todas as redes novas instaladas (antes da sua recepção); a aquisição de novos equipamentos informáticos; a requalificação das instalações (designadamente as de contacto directo com o público) e outras acções que com maior ou menor impacto visam a melhoria contínua e de uma maior proximidade com os munícipes. Este é, no entanto, um percurso que deverá garantir ainda a sua própria consolidação. Tal, implicará a realização de novas tarefas e trabalhos, sujeitando-os ao integral cumprimento da legislação nacional em vigor e aos quais deverão estar associados indicadores de desempenho. Estes indicadores basear-se-ão na sistematização de processos e procedimentos internos, já implementados no sector. No entanto, é

oportuno e pertinente salientar a necessidade de ajustar os próximos objectivos, com a necessidade de garantir e consolidar a certificação dos serviços prestados aos munícipes.

Tal como decorre do descrito no plano estratégico nacional para o sector, inicialmente previsto até 2006 (com prazo alargado até 2011), era meta a atingir, a nível nacional, garantir um índice de atendimento de 90%, para a drenagem e tratamento das águas residuais domésticas.
Neste sentido, foram realizados grandes investimentos, por parte da Câmara Municipal de Bragança, ao nível da drenagem e tratamento das águas residuais domésticas, particularmente nos últimos 10 anos, o que permitiu passar de um índice de atendimento de 10% de população servida, em 1997, para 70% no final do ano de 2001, situação para a qual contribuiu, no essencial, a construção da ETAR da cidade e, em escala mais reduzida, a construção de várias estações de tratamento, tipo compacto, construídas na área rural.

Desde o ano de 2001 e até ao ano de 2009, que têm decorrido vários novos concurso públicos, ainda com investimento directo do município, no sentido de que fosse cumprida, em tempo útil, a meta imposta pelo Plano Estratégico Nacional.

Foram a partir dessa data, iniciadas e concluídas, as redes de saneamento e tratamento de efluentes, nas seguintes localidades (agrupadas em lotes para efeito de concurso):

Lote 1 - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Castro de Avelãs; Fontes Barrosas; Grandais e Donai;

Lote 2 - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Gostei; Formil; Castanheira; Nogueira e Gimonde;

Lote 3 - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Alfaião; Vale de Nogueira e Carragosa;

Lote 4 - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Aveleda; Varge; Caravela e Palácios;

Lote 5 - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Soutelo e Espinhosela;

Lote 6 - - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Castrelos; Conlelas, Carocedo e Valverde;

Lote 7 - - Execução da rede de esgotos e água nas aldeias de:
Sanceriz, Pombares, Veigas de Quintela, Fermentãos e Sendas;

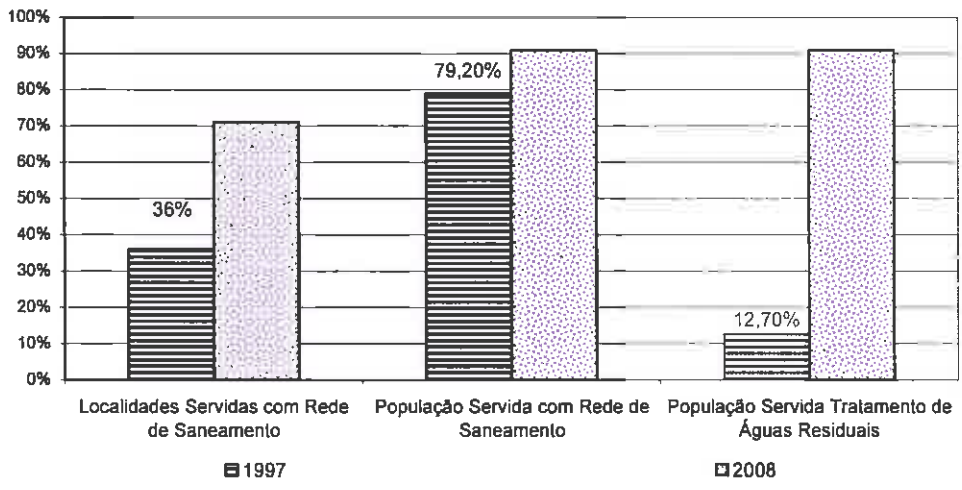
Também concluída se encontra a construção de sistemas de tratamento de esgotos em aldeias já dotadas de rede de drenagem e ainda com os esgotos a correr directamente para as linhas de água. A designar: Aldeias de Baçal; Vale de Lamas; Vila Meã; Freixedelo; Coelhoso; Sarzeda; Mós; Paço de Mós; Sortes; Moredo; Macedo do Mato; Calvelhe; Paradinha Nova.

No final do ano de 2001 tínhamos, no Concelho, 47 aldeias com saneamento executado o que correspondia a 55 % de população rural. Actualmente, 91.6% da população da área rural dispõe de rede pública de drenagem e 90.6% dispõe de rede pública de drenagem e tratamento das águas residuais domésticas.

Com os trabalhos realizados no período de 2002 a 2009, conforme descrito anteriormente, a situação no Concelho, em termos de populações e localidades servidas com rede de saneamento e tratamento de águas residuais, será a seguinte:

	Actual	**1997**
- Número de localidades servidas:	81 local.;	41 local.;
- População servida(hab.):	33 976;	26 924;
- % de localidades servidas:	70.1 %;	36%;
- % de população servida:	91.6 %;	79.2%;
- Número de localidades não servidas:	33 local.;	73 local.;
- % de população não servida:	8.2 %;	20.8%;
- % de localidades não servidas:	28.9 %;	64%;
- % de pop. com tratamento de saneamento :	90.6 %;	10.4%;

GRÁFICO XIII. Relação população/localidades servidas com rede de saneamento e tratamento de águas residuais



Considerando que o plano estratégico previsto, com prazo até final 2006, definia como meta que cada Concelho do País, atingisse um nível de atendimento para o saneamento das águas residuais de 90%,

então o Concelho de Bragança conseguiu atingir, ao contrário da maioria dos Concelhos, daí a prorrogação do prazo até 2011, os objectivos nacionais, impostos pelo Governo Português.

Um forte investimento foi assim dirigido, desde 1997, numa perspectiva estruturante, tendo em vista garantir o cumprimento de dois objectivos prioritários: dar cumprimento ao previsto no plano estratégico nacional e concretizar a despoluição dos rios Sabor e Fervença, melhorando por estas vias a qualidade de vida das populações do Concelho.

Foi também preparada, no âmbito do Sistema Multimunicipal de Águas de Trás-os-Montes a Alto Douro, uma nova perspectiva para o tratamento de esgotos em alta para alguns aglomerados do concelho, e a ampliação da ETAR da cidade, processo já concluído e que está já a beneficiar algumas localidades da área rural como é o caso do Castro de Avelãs; Castanheira; Formil; Gostei; Nogueira e Donai. Também por esta via foi possível contribuir para a despoluição do rio Fervença e com ela a reabilitação de ambas as margens do rio, na zona Polis, criando na cidade de Bragança um importante e atractivo espaço urbano de lazer e convívio.

No que diz respeito a trabalhos a realizar durante o ano de 2010, destaca-se: a conclusão dos projectos de saneamento para as localidades de Vilarino, Failde, Fontes de Transbaceiro, Cova de Lua e Freixeda; a execução dos projectos de saneamento para as localidades de Zeive, Vila Franca, Pereiros Veigas de Quintanilha; o inicio da execução das redes de saneamento nas localidades de Carrazedo, Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa, França, Rabal, e Rebordãos (caso venha a ser aprovada candidatura ao Feder – Ciclo Urbano da Água); a execução das obras de saneamento nas localidades de Quintas de Montezinho e no bairro da Mosca; a instalação de colectores para drenagem das ruas João Fernandes e Ana Garcia (com ampliação de emissários); a execução das obras de construção de emissários e estações de tratamento de águas residuais nas localidades de S. Pedro dos Serracenos; a substituição da fossa em Parada por uma estação de tratamento de águas residuais e a vedação de várias fossas sépticas nas aldeias

No que diz respeito ao tratamento de águas residuais, foram tratadas na ETAR de Bragança, durante o período de 2002 a 2009 (previsão), os volumes abaixo descritos. A oscilação destes valores está associada à ocorrência de maior ou menor pluviosidade, que ocorre durante o ano, o que implica um maior ou menor número de caudais infiltrados.

Vila Franca; Serapicos; Carçãozinho; Vila Boa; Zoio; Refóios, Martim, Sanceriz e Freieira. Estas localidades representaram um total de 3236 novos contratos assinados.

Ano de 2009 (até Outubro): Sabariz, Réfega, Veigas de Quintela, Quintanilha, Failde, Vale de Nogueira, Bragada e Macedo do Mato. Estas localidades representaram um total de 1308 novos contratos assinados. Ainda assim, foram já colocadas as caixas de contadores no exterior, tendo em vista a contratualização dos serviços, nas localidades seguintes: Cova de Lua, Terroso, Gondesende, Oleiros, Portela, Alimonde, Carrazedo, Laviados, Pereiros, Rebordainhos e Calvelhe.

Assim e até ao final do mês de Outubro de 2009 encontrar-se-ão concluídos e em processo de facturação, um total de 9306 contratos referentes á área rural do Concelho.

Para tal a Câmara Municipal tem vindo a investir, conjuntamente com as Juntas de Freguesia, no sentido de garantir a colocação dos contadores de água no exterior das habitações. Presentemente, falta executar estes trabalhos, já contratualizados, nas seguintes 5 localidades (Vilarinho; Parâmio; Fontes de Transbaceiro; Maças e Zeive).

Relativamente ao controlo de qualidade da água para consumo doméstico, foi contratualizada com o Laboratório Regional de Trás os Montes a prestação do serviço, para os anos de 2008 a 2010. Durante o ano de 2005 e até ao ano de 2007, tal prestação de serviços foi assegurada, para além do LPQ – laboratório Pró Qualidade também pela Delegação Regional de Saúde, por amostragem, e diariamente pela AGS, no sistema do Alto Sabor.

Importa referir ter sido atribuído, pelo Instituto Regulador das águas e Resíduos, para o ano de 2005, um índice de qualidade da água distribuída no Concelho de Bragança de 88,4%. Relativamente ao ano de 2006, o mesmo índice foi de 93%, sendo que das 5972 análises efectuadas, durante todo o ano no Concelho, apenas se registaram valores totais de incumprimentos de 4.34% e maioritariamente referentes a parâmetros microbiológicos. No ano de 2007, ainda de acordo com o IRAR, o mesmo índice de qualidade da água subiu para 95,4%. Para o ano de 2008 o referido índice confirmou uma tendência de subida, desde o ano de 2005 (primeiros resultados conhecidos e fundamentados), para valores de elevada qualidade, o que revela, apesar das crescentes imposições legais impostas pelo regulador, uma resposta á altura das exigências

Relativamente ao ano de 2009 e tendo por base os valores, não oficiais, das análises efectuadas até ao final do terceiro trimestre (conforme relatório seguinte), o mesmo índice regista uma estabilização mantendo-se num nível muito elevado de qualidade.

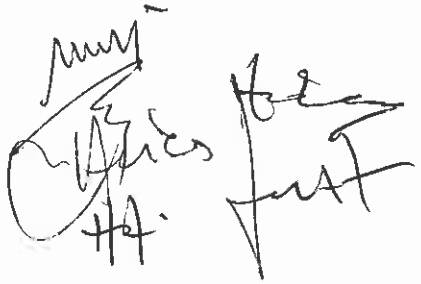
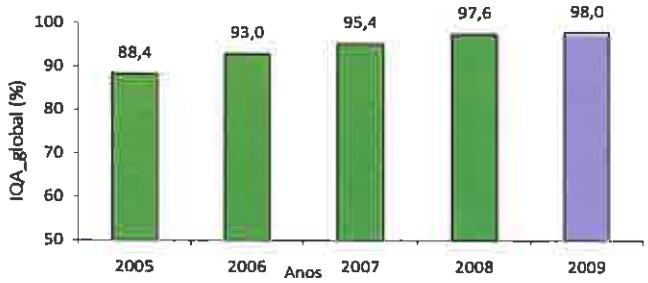


GRÁFICO XV. Índice da qualidade da água (distribuída no concelho de Bragança)



Índice atribuído anualmente pela Entidade Reguladora (IRAR) baseado no plano de Controlo da Qualidade da Água para o ano em questão.

RESUMO GRÁFICO

Nas figuras seguintes (1, 2 e 3) encontram-se o número de análises previstas e realizadas entre Janeiro e Setembro de 2009, nos vários Sistemas de Abastecimento (ETA de Bragança, Sistema de Izeda e Sistemas Independentes).

GRÁFICO XVI. Número de análises previstas e efectuadas, para cada grupo de análise, para a ETA de Bragança

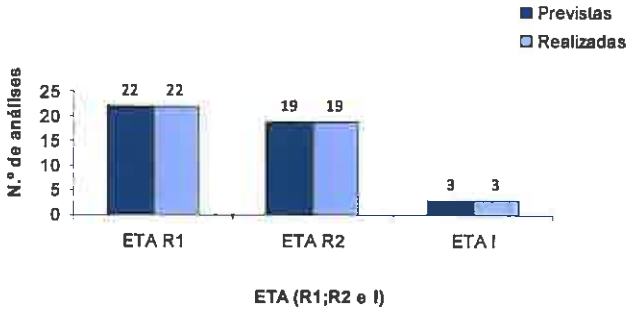


GRÁFICO XVII. Número de análises previstas e efectuadas, para cada grupo de análise, para os Sistemas Independentes

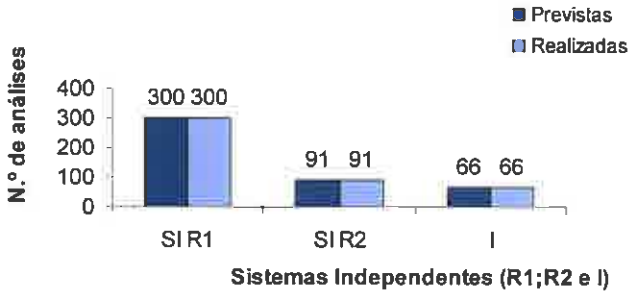
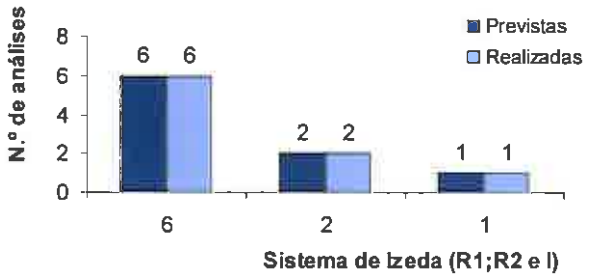


GRÁFICO XVIII. Número de análises previstas e efectuadas, para cada grupo de análise, para o Sistema de Izeda



Nos dois gráficos seguintes estão indicados, para cada sistema de abastecimento, os resultados, conformes e não conformes, tanto em termos de nº de parâmetros como em percentagem (%).

GRÁFICO XIX. Nº de parâmetros conformes e não conformes registados nos Sistemas Independentes, ETA de Bragança e Sistema de Izeda.

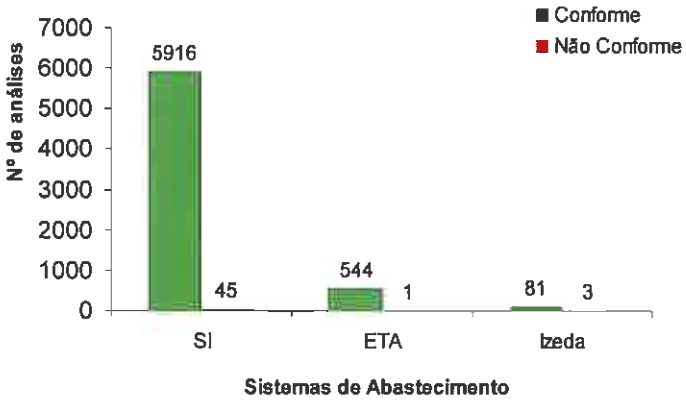
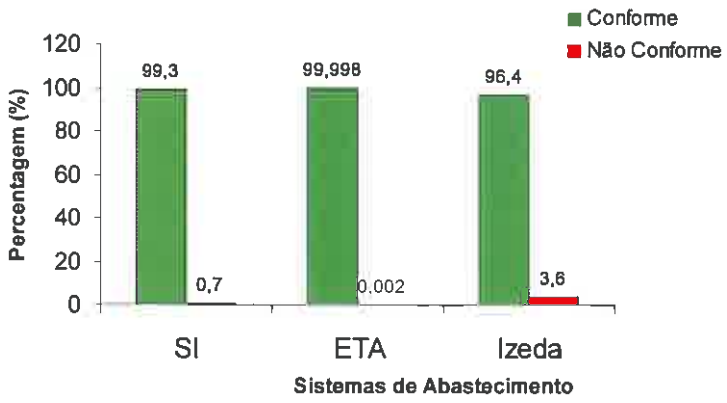


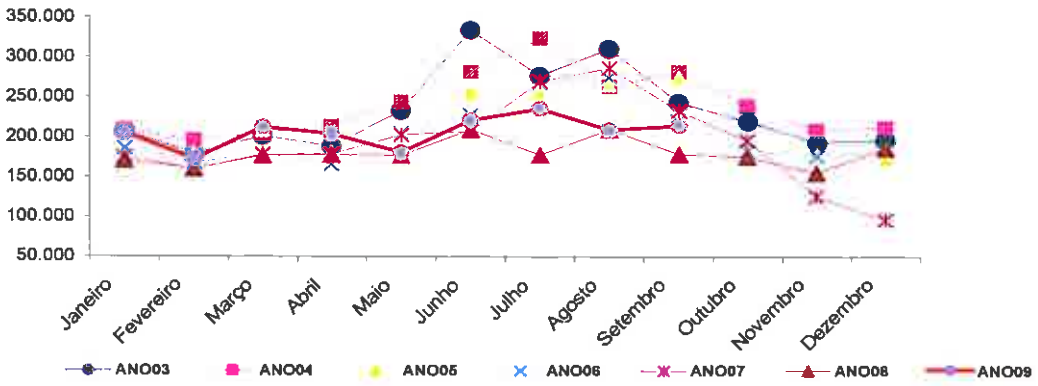
GRÁFICO XX. Nº de parâmetros, conformes e não conformes, em percentagem (%), registados nos Sistemas Independentes, ETA de Bragança e Sistema de Izeda.



Ainda referente ao Instituto Regulador das Águas e dos Resíduos deve constar, ter esta Entidade Reguladora, procedido a uma inspecção, durante o ano de 2006, ao sector de águas e saneamento, com o propósito de avaliar o cumprimento das normativas legais, no que toca a procedimentos tomados bem assim como à aplicação das correspondentes medidas correctivas participadas e implementadas. Desta inspecção não resultou qualquer relatório de infracção nem o levantamento de qualquer contra-ordenação, o que revela o escrupuloso cumprimento das prorrogativas legais, por parte deste sector de Câmara Municipal de Bragança.

No que diz respeito à gestão e conservação da rede de abastecimento de água, convém referir que foram tratados na ETA do Alto da Junqueira (sistema de Bragança), no ano de 2006, um total de 2 154 583 m^3 de água, o que representou um pequeno acréscimo de 1,5% relativamente a idêntico período de 2005. No que diz respeito ao ano de 2007 o volume de água tratada na estação de tratamento foi de 2 175 454 m^3. No ano de 2008, o volume de água tratada na estação de tratamento do Alto da Junqueira foi de 2 158 416 m^3. Finalmente, até ao mês de Setembro de 2009 o consumo de água a partir da ETA de Bragança foi de 1 896 009 m^3, consumo tendencialmente superior ao de 2008 e fortemente influenciado pela ausência de pluviosidade prolongada e temperaturas extremamente elevadas.

GRÁFICO XXI. Consumos de água (m3)



No que diz respeito a perspectivas de realização para o ano de 2010, destacam-se: a conclusão da elaboração dos projectos de renovação das redes de abastecimento de água nas localidades de Vilarinho; Cova de Lua; Fontes de Transbaceiro e Faílde; a renovação da rede de abastecimento de água às Quintas de Montezinho e Freixeda e ainda, caso seja aprovada a candidatura ao Programa Operacional Regional, a ampliação e reabilitação das redes de abastecimento de água às seguintes localidades: Carrazedo, Lagomar, Terroso, Gondesende, França, Frieira, Rabal, Rebordãos e Vila Boa. Será também lançado o concurso para a realização dos projectos de infra-estruturas nas seguintes localidades: Bragada, Zeive, Veigas de Quintanilha e Vila Franca.

No que diz respeito a trabalhos previstos para o ano de 2010 destacam-se: a instalação de bóias de nível na maioria dos reservatórios; a instalação de equipamentos desferrizadores, de correcção do ph da água e de filtragem de manganês e ferro em zonas de abastecimento com carências normativas; a reabilitação da rede de adução de água em Outeiro, a conclusão da empreitada de renovação da rede de água em Calvelhe; a execução de furos de captação e água para reforço de abastecimento e para rega de espaços verdes; a colocação de reservatórios nas localidades de Espinhosela, Quintas de Vale Prados; a ampliação/remodelação de algumas condutas de água (em deficiente estado de conservação) nas localidades de França, Outeiro e Parada e outras; a reabilitação e vedação de vários reservatórios e captações de água; a renovação das condutas adutoras em Carragosa, Paradinha Nova e outras; a substituição /ampliação da rede de água nas localidades de Outeiro e Deilão; a renovação da rede de água nas Quintas de Montezinho e Freixeda; a concretização do estudo referente ao plano estratégico da rede de abastecimento de água na cidade de Bragança (conforme PU da cidade); a instalação de uma conduta adutora entre as Quintas do Reconco até reservatório central de Vale de Lamas, com ligação a Baçal; a instalação de uma conduta entre o reservatório de Carocedo e a rede de distribuição da aldeia de Failde, a execução de conduta no bairro da mosca a reactivação do furo de Quintela de Lampaças com extensão e reabilitação de conduta adutora e colocação de cabo eléctrico de controlo de nível.

2.4.5. Resíduos sólidos

No final da década de 80 e durante quase toda a década de 90, os RSU's recolhidos nos Municípios do Nordeste Transmontano tinham como destino final as 12 lixeiras municipais existentes na região, produzindo fenómenos de poluição atmosférica, contaminando águas superficiais e subterrâneas e a possibilidade de proliferação de pragas e doenças. Com a implementação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), estes locais foram selados e recuperados paisagisticamente, entre 1997 e 2002.

Selagem da lixeira

Eco Centro de Bragança

Assim, para fazer face à gestão de RSU e com o objectivo de gerir o Sistema Unificado de Gestão de Resíduos do Nordeste Transmontano, as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana, da Terra Fria do Nordeste Transmontano e do Douro Superior constituíram a empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste em 1 de Janeiro de 2004.

O Município de Bragança participa na Resíduos do Nordeste através da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano.

A actividade do sector de serviços de resíduos caracteriza-se por um conjunto de etapas bem definidas, mas que variam muito conforme a tipologia do Sistema. O sector de serviços de resíduos compreende as actividades de recolha, tratamento e destino final dos RSU. A prestação do serviço inicia-se com a recolha dos resíduos, que pode ser indiferenciada (recolha e transporte de resíduos para a estação de transferência e posteriormente para o aterro sanitário) ou selectiva (recolha e transporte de resíduos para a estação de triagem) sendo depois necessário garantir a sua valorização ou outro destino adequado.

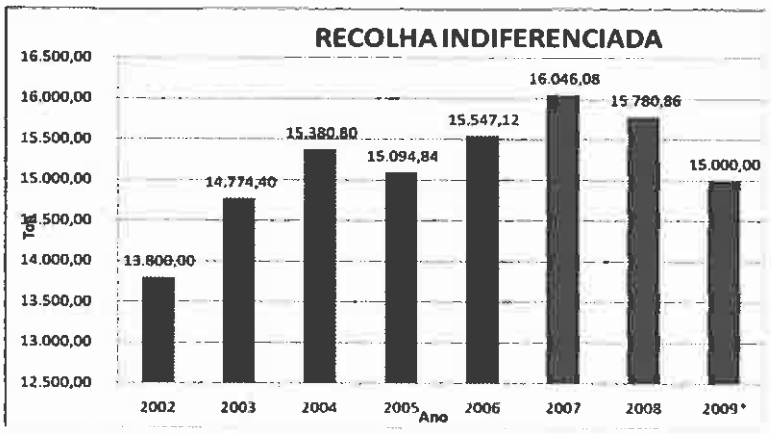
O nível de cobertura da população com serviços de recolha de RSU é actualmente de cerca de 100%, o que corresponde a uma melhoria muito significativa e permitiu atingir no Município de Bragança a meta de 100% prevista no PERSU, havendo, no entanto, necessidade de renovação contínua e de redefinição estratégica do Sistema.

Durante os últimos anos a Resíduos do Nordeste – EIM, tem prosseguido a consolidação do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Nordeste Transmontano, nomeadamente através do tratamento e valorização dos resíduos provenientes do Município de Bragança.

O serviço de recolha indiferenciada de resíduos e a exploração da Estação de Transferência de Bragança, incluindo a respectiva manutenção, limpeza e conservação das instalações, tem decorrido com normalidade, registando-se uma ligeira diminuição nos quantitativos de RSU recolhidos em Bragança (Gráfico 1), verificando-se uma capitação de 1,24 kg/hab.dia no ano 2008.

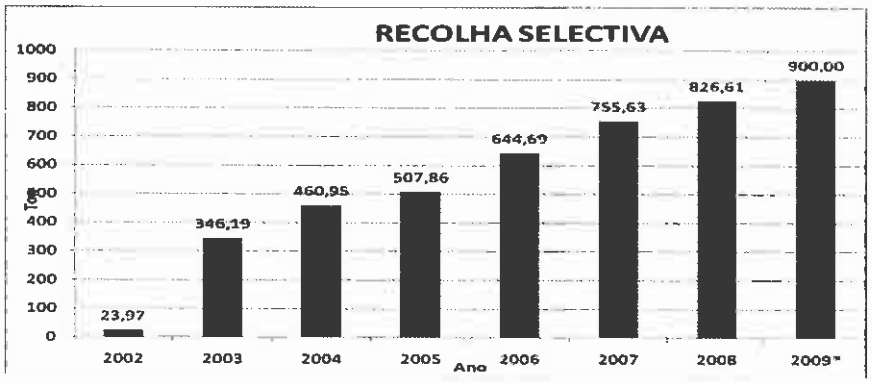
Relativamente a 2009, os valores de recolha indiferenciada foram obtidos através de estimativas de evolução.

GRÁFICO XXII. Evolução da Recolha Indiferenciada



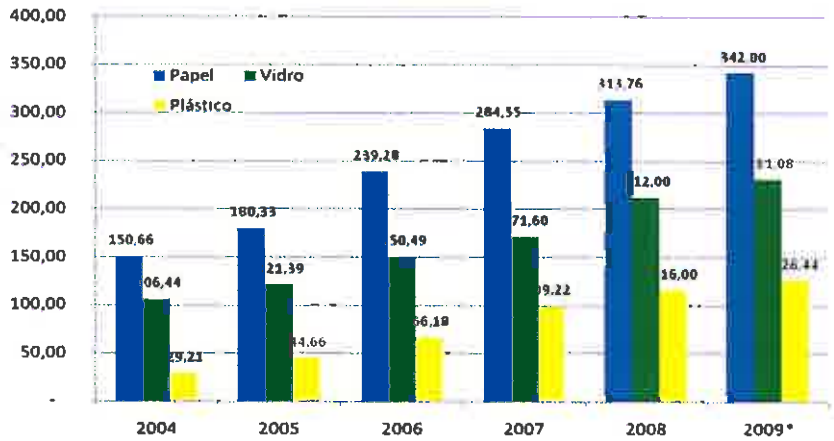
A recolha selectiva tem registado uma evolução muito positiva no Município de Bragança (Gráfico n.º 2), correspondendo a um acréscimo de 9,4% relativo a 2007, sendo que presentemente o rácio de ecopontos é de 1/283 por habitante (estão instalados no concelho 120 ecopontos e a média nacional é de 1/500). A capitação de recolha selectiva aumentou para 23,8 kg/hab.ano, sendo de realçar que no ano 2007 a capitação era de 21,7,kg/hab/ano.

GRÁFICO XXIII. Recolha Selectiva



A recolha selectiva tem registado um aumento em todas as fracções, sendo de salientar o incremento na fracção do papel, plástico e vidro que, conjugado com a instalação de mais 22 ecopontos no mês de Julho de 2009, irá possibilitar um aumento mais significativo dos quantitativos recolhidos, seguindo a estratégia de Eco Cidade para Bragança.

GRÁFICO XXIV. Caracterização da Recolha Selectiva



A NORDESTE ENERGIA – Energias Renováveis, Lda, sociedade por quotas estabelecida entre a Resíduos do Nordeste e Painhas, S. A., está a aproveitar o biogás do Aterro Sanitário, estimado em 300,00 m3/h, correspondendo a uma potência eléctrica de cerca de 500kW/h. O investimento para a Central de Valorização Energética foi de 1.150.000,00€.

De acordo com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, o PERSU II – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007 – 2016, estabelece as prioridades a observar no domínio dos RSU, as metas a atingir e acções a implementar e as regras orientadoras da disciplina a definir pelos planos multimunicipais, intermunicipais e municipais de acção.

O PERSU II estabelece que o cumprimento das metas comunitárias em matéria de reciclagem e valorização para fluxos específicos de resíduos, como as embalagens, os REEE e outros, ou ainda o cumprimento dos objectivos comunitários de desvio de resíduos biodegradáveis de aterro, requerem um esforço adicional ao nível da recolha selectiva e da triagem, bem como na construção e/ou qualificação de determinadas infra-estruturas de valorização de resíduos. Neste âmbito a Resíduos do Nordeste em parceria com os municípios parceiros candidatou a fundos comunitários o projecto para a construção da Unidade de Tratamento Mecânico e e Biológico por Digestão Anaeróbia.

Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbia

A Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbia apresenta-se como a solução técnica mais apropriada para o Sistema Intermunicipal de Resíduos do Nordeste, permitindo a gestão integrada dos RSU produzidos, maximizando a valorização material e de sub-produtos (composto e energia) e minimizando tanto a quantidade como a volatilidade de resíduos depositados em aterro, uma vez que apenas resíduos inertes são encaminhados para este fim. O Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II) considera prioritários este tipo de investimentos, enaltecendo a qualidade desta solução técnica e colocando no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), no geral e no Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), em particular, a responsabilidade pelo apoio financeiro a projectos desta natureza e especificidade.

Assim, o POVT inclui no seu Eixo VIII o apoio ao investimento nacional para aumento da capacidade instalada de tratamento mecânico e biológico, bem como em unidades de digestão anaeróbia/compostagem de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) recolhidos selectivamente e que deverá ser complementado por investimentos no âmbito da valorização de subprodutos, designadamente, materiais recicláveis, composto e combustíveis derivados de resíduos (CDR).

Actualmente a Resíduos da Nordeste, EIM, deposita em aterro cerca de 94% do total de RSU produzidos anualmente, o que configura uma situação ineficiente e não desejável do ponto de vista de destino de resíduos produzidos na região. O Projecto deverá permitir reduzir significativamente a quantidade de resíduos depositada em aterro para níveis inferiores a 50% do total de RSU produzidos, melhorando assim a eficiência do processo e consequentemente a qualidade de vida dos habitantes.
A concretização do Projecto pressupõe um investimento significativo, particularmente se tivermos em conta os recursos da Resíduos do Nordeste, EIM, e da Região. Assim, apesar de se tratar de um projecto gerador de receitas, depende do apoio financeiro à sua concretização, constituindo a candidatura ao POVT a melhor forma de o concretizar.

O custo total da operação é de aproximadamente 24.000.000,00€, sendo comparticipado em cerca de 16.500.000,00€ pelo FEDER. Trata-se de uma oportunidade para a Região de Trás-os-Montes, em termos económicos, ambientais e sociais, pois constitui um foco de empregabilidade (criação de 30 novos postos de trabalho) e um potencial mercado inovador através da comercialização do composto orgânico produzido, restabelecendo a economia da região e produção de energia eléctrica através da valorização do biogás gerado no sistema. Por outro lado, a produção de composto orgânico com qualidade demonstrará os benefícios acrescidos e ainda desconhecidos na fertilidade dos solos, nomeadamente na reabilitação de áreas degradadas/abandonadas na Região.

O Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos tem sido acompanhado de acções de sensibilização contínuas e, em casos reincidentes, procede-se à aplicação das coimas estipuladas em Regulamento.

Assim, encontram-se já identificadas as seguintes tipologias de projectos a apoiar no âmbito deste Instrumento de Política:

- Promoção da prevenção da produção de RSU e equiparados e incremento da separação na origem;
- Reforço de sistemas de recolha selectiva integrados (multimaterial e RUB) de resíduos urbanos e equiparados e racionalização da logística dos sistemas existentes;
- Melhoria da eficiência de triagem dos fluxos da recolha selectiva;
- Reforço da capacidade instalada de TMB para a fracção dos resíduos urbanos que resulta da recolha indiferenciada;
- Valorização das fracções de refugo com preparação de CDR;
- Reforço da capacidade instalada de valorização orgânica e produção de energias renováveis;
- Mobilização dos cidadãos para a melhoria do comportamento ambiental;
- Qualificação dos recursos humanos;
- Adopção das MTD.

Capa do Plano de Acção da A21L

No seguimento do Plano de Acção da Agenda 21, terá continuidade a monitorização da matriz de indicadores de sustentabilidade concelhia, adoptando as necessárias correcções que contribuam para atingir os valores definidos de sustentabilidade. A monitorização será um dos objectivos do futuro Observatório da Sustentabilidade, enquadrado ainda na estratégia da Eco Cidade de Bragança.

O Plano de Acção Agenda 21 definiu o projecto da compostagem doméstica como prioritário, sendo um importante passo na redução dos quantitativos de RSU recolhidos e mobilização dos cidadãos para melhores comportamentos ambientais. Assim, a Câmara Municipal de Bragança, Resíduos do Nordeste – EIM e o Instituto Politécnico de Bragança, iniciaram um projecto-piloto (50 habitações) de compostagem doméstica, no Bairro do Vale Churrido, garantindo o fornecimento de compostores, informação e acompanhamento técnico e científico. Das visitas técnicas de acompanhamento do projecto, verifica-se desde já, a produção de algum composto de elevada qualidade, o qual será analisado e caracterizado em laboratório.

Esta medida permitirá retirar do circuito de recolha indiferenciada, com a consequente deposição em Aterro, uma significativa quantidade de resíduos, evitando custos, produzindo composto para fertilização dos solos, aumentando a consciencialização ambiental e promovendo a cidadania participativa.

O funcionamento do Eco Centro será potenciado, estabelecendo a Câmara Municipal de Bragança, a Resíduos do Nordeste – EIM e a CESPA, uma estratégia conjunta de divulgação e informação desta infra-estrutura, complementar ao reforço de sinalética e alteração do horário de funcionamento efectuado durante o ano de 2008 e 2009. Serão reforçadas as acções de promoção na utilização do Eco Centro, nomeadamente através da realização de sorteios e concursos.

A rede de papeleiras urbanas será alargada e redistribuída, procurando uma maior capacidade e cobertura, minimizando as situações de disseminação de pequenos resíduos nos passeios e arruamentos, contribuindo para uma cidade mais limpa.

Procedeu-se à colocação de um Depositrão, contentor para recolha de pequenos resíduos eléctricos e electrónicos, no Mercado Municipal de Bragança, o qual tem contribuído para uma maior consciencialização dos munícipes para o devido encaminhamento dos resíduos, nomeadamente os eléctricos e electrónicos.

A Câmara Municipal de Bragança, através do SIG Resíduos, procederá a uma avaliação contínua da eficiência do desempenho relativo a RSU e Recolha Selectiva, executando alterações e melhorias na localização dos equipamentos sempre que necessário.

2.4.6. Protecção do meio ambiente e conservação da natureza

O ambiente é um factor central do desenvolvimento sustentado, interessa por razões estratégicas às pessoas de todas as condições e idades. Tem pois de estar presente nas decisões de gestão do Município, que tem a particularidade de 60% da sua área total estar classificada como área protegida. Trata-se de uma mais valia, factor de desenvolvimento e garantia de novas funções económicas em áreas que incorporem recursos humanos mais qualificados. Temos pois que continuar a adoptar e a exigir uma postura exemplar na protecção e defesa do ambiente, sensibilizando os cidadãos para uma postura cívica progressivamente mais exigente.

O embelezamento de espaços públicos, criando condições de usufruto e enquadramento paisagístico, será uma continuidade, apostando pela consolidação dos espaços já existentes e pela requalificação de espaços livres (Separador das Cantarias, Bairro da Previdência, Zona da Mãe d'Água e Bairro da Coxa) e de enquadramento. As espécies autóctones terão preponderância nas intervenções a efectuar, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, na medida em que são espécies adaptadas ao clima

rigoroso, escassez de água e reduzida manutenção. Serão ainda plantadas espécies que contribuam para uma diversidade e riqueza cromática dos espaços verdes.

Capa do Livro de Espaços Verdes da cidade de Bragança

Capa do Manual de Boas Práticas em Espaços Verdes

Os espaços verdes da cidade de Bragança correspondem actualmente a 11,8 m2/habitante, valor acima dos 9 m2/habitante estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, e que face ao valor de 1,49m2/habitante registado em 1998, demonstra uma orientação inequívoca para uma melhoria do ambiente e espaço público, criando uma cidade verde e amiga do ambiente, orientação que continuará a ser uma aposta de futuro e que já se encontra regulamentada pelo Plano de Urbanização.

O estudo de avaliação da satisfação dos utilizadores dos espaços públicos identificou duas áreas prioritárias de intervenção para potenciar a utilização e desfrute dos espaços verdes: a instalação de módulos de informação sobre os espaços verdes, identificando equipamentos, percursos pedonais, espécies existentes, etc. A disponibilização desta informação aos munícipes contribuirá para um aumento do sentimento de segurança, do conhecimento dos espaços e sensibilização para a sua preservação. Durante o ano 2010 serão instalados vários módulos informativos nos espaços verdes mais significativos.

A cidadania desempenha um papel essencial na preservação dos espaços verdes, espaço público e equipamentos. Assim, face a inúmeras situações de vandalismo, a iluminação será reforçada, as acções de sensibilização serão acentuadas e a responsabilização dos infractores será imediata.

A gestão e manutenção dos espaços verdes do Município, inclui duas áreas de actuação: a manutenção com pessoal próprio e o recurso à contratação em regime de prestação de serviços.

Neste âmbito, 67% dos espaços verdes estão contratualizados, correspondendo a uma área total de 219424 m2.

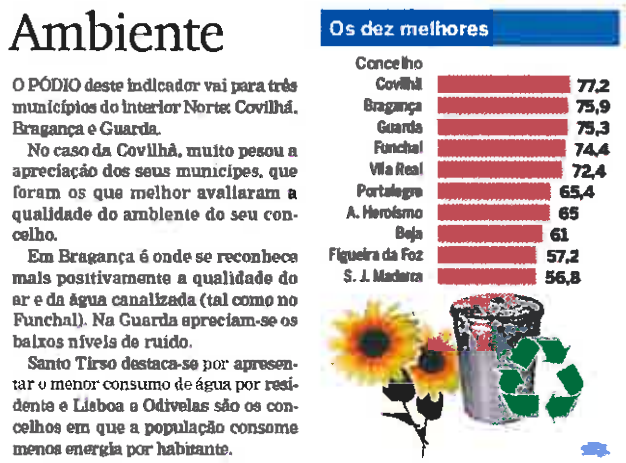
A defesa da floresta da área concelhia terá no Gabinete Técnico Florestal, em funcionamento no âmbito de Protocolo entre a Autarquia e a Direcção Geral de Recursos Florestais, um importante elo de ligação às entidades competentes e proprietários florestais, assumindo a elaboração, execução e actualização anual do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, já aprovado em Comissão Municipal de Defesa da Floresta, e dos programas e projectos dele derivados.

O Sistema de Informação Geográfica do Gabinete Técnico Florestal será continuamente actualizado, favorecendo as análises espaciais e consulta imediata de informação que, em casos de emergência, se reveste de extrema importância.

Bragança, capital de distrito é um exemplo de boa imagem urbana, em todos os sectores, sendo particularmente valorizados os espaços verdes, limpeza urbana, planeamento e mobilidade. Será implementada uma Matriz de Sustentabilidade Concelhia, a qual, através da análise de vários indicadores relacionados com os espaços verdes, água, resíduos, energia, qualidade do ar, etc, permitirá aferir a sustentabilidade do concelho e implementação da Eco Cidade.

O Plano Estratégico para a Eco Cidade de Bragança, documento central da política municipal em termos ambientais, continuará a ser o referencial da actuação dos serviços. Este importante documento foi recentemente galardoado com o Prémio Cidades de Excelência – Planeamento Estratégico.

O Município de Bragança foi reconhecido pela INTEC - Behaviorial Technology Institute como a melhor cidade a nível nacional em termos de mobilidade, acessibilidades e transportes e uma das melhores cidades portuguesas em termos ambientais.



Ambiente

O PÓDIO deste indicador vai para três municípios do interior Norte: Covilhã, Bragança e Guarda.

No caso da Covilhã, muito pesou a apreciação dos seus munícipes, que foram os que melhor avaliaram a qualidade do ambiente do seu concelho.

Em Bragança é onde se reconhece mais positivamente a qualidade do ar e da água canalizada (tal como no Funchal). Na Guarda apreciam-se os baixos níveis de ruído.

Santo Tirso destaca-se por apresentar o menor consumo de água por residente e Lisboa e Odivelas são os concelhos em que a população consome menos energia por habitante.

Os dez melhores

Concelho	
Covilhã	77,2
Bragança	75,9
Guarda	75,3
Funchal	74,4
Vila Real	72,4
Portalegre	65,4
A. Heroísmo	65
Beja	61
Figueira da Foz	57,2
S. J. Madeira	56,8

Fonte: INTEC.

água, nomeadamente através do derrame de óleos e outros contaminantes existentes nos automóveis. Sensível a esse problema, o Município de Bragança vai continuar a promover a retoma periódica de veículos em fim de vida (VFV), no âmbito do Protocolo celebrado aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2006, entre a Resíduos do Nordeste, EIM e a Valorcar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.

2.4.6.1. Higiene Pública

A segurança e higiene pública será uma preocupação contínua, aumentando o número de canídeos errantes capturados e minimizando o abandono e desrespeito pela Legislação em vigor, procedendo a acções de sensibilização e informação, bem como de acções conjuntas com a PSP e GNR.

A Associação Brigantina de Protecção dos Animais, entidade que desenvolve um importante trabalho em prol dos animais abandonados em Bragança, já possui um Canil para a recolha de animais abandonados e alojamento temporário, executado através de Protocolo de Colaboração estabelecido entre o Município e a Associação, fomentando a adopção de canídeos e a redução dos canídeos errantes.

A legislação relativa a canis, nomeadamente o Decreto Lei n.º 317/85, I Série de 2 de Agosto, Lei n.º 92/95, I Série-A de 12 de Setembro, Decreto Lei n.º 276/2001, I Série-A de 17 de Outubro e ainda o Decreto Lei n.º 315/2003, I Série-A de 17 de Setembro, levaram à elaboração do projecto de um Canil Intermunicipal para os concelhos de Bragança, Vimioso e Miranda do Douro, permitindo criar condições para uma gestão mais eficiente de uma infra-estrutura moderna e de qualidade, contribuindo para um aumento da segurança em espaço público e higiene pública. O Canil Intermunicipal entrará em pleno funcionamento durante o primeiro trimestre de 2010.

Canil Intermunicipal

2.4.6.2. Cemitérios

O apoio às Juntas de Freguesia em matéria de regulamentação e análise de projectos de construção ou ampliação de cemitérios continuará a ser uma prioridade para o ano de 2010.

Nos cemitérios do Toural e Santo Condestável, a finalização dos trabalhos de digitalização e georeferênciação de todo o cadastro relativo à gestão cemiterial, permitirá uma análise mais eficiente dos processos, mantendo a base de dados continuamente actualizada e, em complemento, permitirá a identificação através de sinalética discreta, dos talhões, sepulturas e capelas.

Terão continuidade os trabalhos de pavimentação do Cemitério do Toural e serão plantadas árvores nos alinhamentos dos talhões, permitindo o ensombramento e embelazamento dos talhões inferiores.

No cemitério do Santo Condestável serão iniciados os trabalhos de instalação do cemitério jardim, compreendendo a delimitação de passeios, instalação do sistema de rega, regularização do terreno e plantação de relva.

2.4.6.3 Meio Ambiente

Sendo o Ambiente uma área transversal e complementar, diversas acções de requalificação urbana, saneamento e abastecimento de água, manutenção urbana, terão uma componente de sustentabilidade ambiental, indo ao encontro do estipulado na Agenda 21 Local e conceito de Eco Cidade.

As acções e iniciativas com escolas e associações serão consolidadas, o investimento na recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos últimos anos permitiu evoluir para uma situação estável, contribuindo para o aumento da higiene e salubridade pública, sendo Bragança frequentemente citada na Comunicação Social e por cidadãos, como uma cidade limpa.

O Plano Verde da Cidade contribuirá para a adopção de uma estratégia de sustentabilidade para os espaços verdes públicos e privados, sendo um elemento base para a definição de espécies, espaços, práticas e metodologias. A elaboração do Manual de Boas Práticas, simples e didáctico, contribuirá para o aumento da consciência e práticas ambientais sustentáveis.

A constituição de um Plano de Indicadores de Sustentabilidade Urbana para as cidades do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular permitirá aferir e analisar a coesão social, ambiental e territorial dos espaços urbanos, evoluindo para a constituição de uma Agencia de Ecologia Urbana do Eixo Atlântico. Esta Agência terá como objectivo delinear estratégias coerentes de sustentabilidade urbana, através de estudos temáticos, análises estatísticas e multi-critério.

No âmbito das decisões inerentes à extinção da Sociedade Bragança Polis, à Câmara Municipal foi entregue o activo da Sociedade e a responsabilidade de liquidação do passivo.

2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

2.5.1. Cultura

Com a existência de infra-estruturas culturais ímpares como o Teatro Municipal, a Biblioteca Municipal, o Conservatório de Música, o Centro Cultural, o Museu Ibérico da Máscara e do Traje e o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Bragança assume uma dinâmica diferente, de qualidade e de projecção a nível nacional que a colocam como uma cidade avançada no âmbito da cultura.

Aliada aos eventos de grande qualidade realizados nestes espaços, ao longo do ano, numa programação estruturada e diversificada, tem-se tentado apoiar iniciativas de acordo com os recursos humanos e financeiros existentes de modo a dinamizar o associativismo na área cultural e aumentar o empreendedorismo, tão necessário à afirmação da região.

A Câmara tem vindo a desempenhar um papel dinamizador, coordenador e de apoio ao associativismo, mantendo um diálogo permanente e disponibilizando, dentro das suas possibilidades, os meios físicos, técnicos, financeiros e humanos necessários ao bom desenvolvimento de actividades que possam divulgar a riqueza cultural da região.

Paralelamente à preservação e defesa da nossa cultura, da nossa identidade, é essencial o conhecimento de outras realidades e outras culturas, pelo que deverá continuar a ser uma preocupação o garantir um relacionamento equilibrado com entidades e municípios, fomentando, nesta medida, a circulação de obras de arte, artistas e espectáculos que garantam um acréscimo cultural ao nosso concelho.

Tem sido um caminho seguido com sucesso tanto no Teatro Municipal com as diferentes parcerias e co-produções que trazem à cidade vários Festivais como no Museu Ibérico da Máscara e do Traje que trouxe um grande número de visitantes, cerca de 14 000 visitantes em 2009 (até Outubro), que referem este espaço como único e incomparável.

Continuar-se-á o investimento a nível deste espaço, aumentando o espólio com máscaras/trajes de populações em que as manifestações ligadas à temática ressurgiram. Tentar-se-á, também, alargar o âmbito do Museu e o conhecimento /estudo sobre estas representações a nível europeu.
Para a concretização desta proposta, a C.M.B., com a colaboração da Academia da Máscara, tem vindo a contactar entidades como Associações, Museus Etnográficos e Ayuntamentos de Espanha de forma a complementar o conhecimento nesta temática. Paralelamente, continuar-se-á a procurar outras

manifestações da máscara, na expectativa de criar um projecto que envolve outros países europeus em que a temática da máscara está representada.

Continuando a apostar na promoção e defesa das nossas raízes e das nossas tradições, o ano 2009 recebe a IV Bienal da Máscara, evento que marca um período importante e que, já, tem um lugar bem vincado na nossa cultura. Alia a nossa identidade, as nossas origens à visão criativa dos nossos jovens que têm participado em número elevado nas várias actividades da Mascararte. Este ano, este evento teve a colaboração da Academia Ibérica da Máscara, com a organização de conferências sobre a temática, apresentação de livros e divulgação da música associada aos rituais da máscara e do Imaginárius de Santa Maria da Feira, que pensamos ser uma mais valia para este evento.

Seguindo esta linha, prevê-se a necessidade de alargar o espaço físico deste museu, adquirindo edifícios contíguos ao Posto de Turismo da cidadela de forma a poder aumentar o seu acervo e representar todas as manifestações que existem.

O esforço que a Câmara Municipal tem vindo a fazer na construção de equipamentos culturais que tragam à cidade e ao concelho uma dinâmica cultural ímpar nesta região, culminou com a abertura do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, projectando culturalmente e turisticamente a nossa cidade a nível nacional. Este espaço tem sido, desde a sua inauguração, em Junho 2008, uma referência a nível do seu espólio e, obviamente, a nível da sua arquitectura. É amplamente procurado pelos visitantes que se deslocam a Bragança e pelo público escolar que tem aderido amplamente, inscrevendo-se nas visitas guiadas. Em 2009, 3871 pessoas, na sua maioria crianças e jovens, participaram nas actividades das visitas guiadas.
Dando força a este projecto, em 2009, este edifício ganhou um prémio de arquitectura, atribuído pelo Chicago Athenaeum Architect and Design Museum em parceria com European Centre for Architecture Art Design and Urben Studies, que tem originado um aumento de visitantes especialmente para ver e estudar a arquitectura do edifício. Até Outubro de 2009, 14 394 visitantes passaram pelo Centro de Arte Contemporânea Graça Morais.
À semelhança do ano transacto, o programa expositivo de 2010 procurará manter a mesma incidência na obra de alguns dos artistas mais significativas da contemporaneidade em alternância com a de artistas mais jovens. Assim, o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais apresentará quatro exposições, sendo três meses o período médio de exibição para cada. Procurar-se-á, como já vem sendo hábito, renovar, também, o espaço Graça Morais a partir de exposições temáticas.

Uma vez que um dos objectivos deste equipamento passa, também, pela constituição de uma colecção própria de obras de arte contemporânea, procuraremos, enriquecer o espólio do centro através de doações dos artistas, de mecenato ou de aquisições directas. Em 2009, dois desenhos de João Francisco, duas gravuras de Paula Rego e uma nova obra oferecida pela pintora Graça Morais conforme o acordado, aumentaram a colecção deste equipamento e consequentemente do Município.

Continuaremos na forte aposta da educação pela arte, trazendo ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, os alunos das escolas do nosso concelho, com um programa de serviço educativo estruturado e adequado aos vários níveis de ensino. Ao longo deste ano, o serviço educativo tem vindo a ser o efectivo recurso de mediação entre o Centro e a população estudantil, principalmente através das visitas/jogos criadas para cada exposição. A estreita ligação, principalmente com as escolas do pré-escolar e do 1º ciclo, tem trazido uma grande dinâmica a este espaço, complementando este serviço com a criação de encontros/ateliers com artistas das várias expressões gráficas, dando oportunidade aos cidadãos interessados de alargar as suas competências.
A acção educativa e formativa deste equipamento passará, também, pela organização de visitas a exposições nacionais e internacionais, oferecendo à comunidade em geral a possibilidade de conhecer outras realidades artísticas.

A nível das actividades culturais, importa, também, destacar a dinamização dos espaços de exposições, no Centro Cultural de Bragança, com um número considerável de visitantes, com 7 110 visitantes em 2009, número recolhido até Outubro, o dia mundial da criança, da música e da poesia, festival de tunas, concursos de presépios, concurso de contos, a feira do livro, o carnaval dos caretos, o festival da Lombada, o Festival Ibérico de Música Popular e o da Corda Perfeita, realizados estes últimos dois no Castelo.

Procurar-se-á dar continuidade e consolidar os projectos existentes e que aparecem, já, como referência do concelho e suporte da nossa identidade como as Festas da Cidade, com o novo figurino e que tem dinamizado o centro da cidade, nomeadamente a Praça Camões com espectáculos musicais e transformando este espaço num ponto de encontro.

A integrar as festas da Cidade, a Festa da História tornou-se um momento alto do mês de Agosto, com uma adesão surpreendente por parte dos artesãos da nossa região que marcaram presença com maior qualidade e inovação. Em relação ao número de visitantes, tem-se notado, de ano para ano, um aumento considerável, tendo havido, neste terceiro ano da sua realização, um forte aumento da população visitante.
Em 2010, pretende-se alargar o espaço da Festa da História, o período e trazer novas temáticas e actividades que enriqueçam este evento, procurando, também, a participação da população da cidade, nomeadamente a população estudantil e os grupos de teatro existentes na cidade.

Os Colóquios de Lusofonia marcam um momento de relevo a nível nacional e internacional, onde estão sempre presente grandes vultos da área linguística e literária. Ao longo dos quatro dias, diferentes oradores debruçam-se sobre problemática da lusofonia. Continuar-se-á, neste âmbito, a apostar no Prémio Literário de Lusofonia instituído em 2007.

Dando continuidade ao projecto anunciado no ano anterior, iniciaram-se em 2009 os trabalhos iniciais para a concepção dos conteúdos temáticos do Museu da Língua, em reuniões com a participação da Câmara Municipal, dos Colóquios, da Academia de Ciência de Lisboa, da Academia Brasileira de Letras e a Academia Galega de Língua Portuguesa.

Terá como acervo um património imaterial, a Língua Portuguesa, e será um museu com características únicas uma vez que fará uma viagem ao mais íntimo de cada povo, de cada cultura, a da sua própria língua, elo de ligação entre as comunidades.

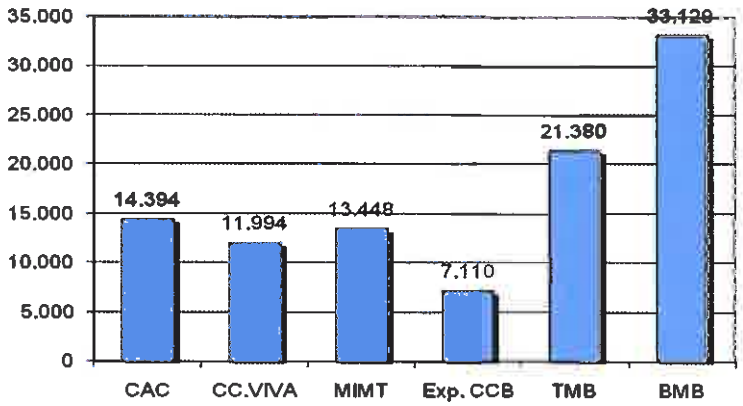
Serão focadas quatro grandes áreas: a História da Língua; Bragança/ Autores Transmontanos; o Mundo da Lusofonia; Novas Linguagens. Integrarão, também, este projecto roteiros linguísticos vivos e as novas linguagens.

Sendo um espaço de valorização, a sua localização não poderia ser mais adequada. O distrito de Bragança tem nas suas origens a segunda língua oficial de Portugal, a Língua Mirandesa que terá, obviamente, um papel privilegiado neste museu.

Tendo sido adquirido o edifício contíguo ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais com o objectivo de aí instalar, a nível do rés-do-chão, um posto de turismo central em colaboração com a Entidade de Turismo Porto Norte Portugal, facilitando o acesso à informação por parte dos turistas.

Nos restantes pisos, pretende-se instalar um espaço de memória à presença judaica, integrando Bragança no roteiro do turismo judaico.

GRÁFICO XXV. Visitantes nos diferentes equipamentos (números até Outubro e projecção Novembro e Dezembro de 2009)



O Teatro Municipal de Bragança entra no seu sétimo ano de actividade. Actividade obedecendo a princípios e valores pautados pela qualidade e que vai entrando no quotidiano dos Brigantinos. Redobramos forças para fazer melhor, sempre com um objectivo primeiro a coroar as nossas ambições: prestar um serviço público de qualidade. Até Outubro de 2009, 27 940 pessoas assistiram aos diversos

espectáculos que se apresentaram neste equipamento, sendo o ano com maior adesão desde a sua abertura.

A nossa opção foi desde a primeira hora apresentar ao público espectáculos de qualidade, sem ceder aos caminhos mais fáceis que poderiam levar a uma falsa conquista de públicos. Entendemos que um Teatro Municipal enquanto serviço público deve prestar efectivamente um serviço público à sociedade, contribuindo para o seu enriquecimento, formação, educação e lazer de uma forma edificante e positiva. Por isso mantemos a convicção de que escolhemos o caminho certo, continuamos a acreditar nos nossos objectivos, na nossa forma de programar.

Fizemos, em 2009 a segunda co-produção com o Teatro da Garagem "*Bela e o Menino Jesus*". Á semelhança da primeira co-produção, partiu-se do universo transmontano, levou a cidade, a região, o Teatro Municipal bem longe na cena artística nacional e internacional, teve estreia nacional e absoluta em Bragança e apresentaram, posteriormente, nas principais cidades do país e foi indicada pela crítica como espectáculo de grande qualidade.

O plano anual de actividades para 2010 é ambicioso, inovador, motivante, cativante. Com ele pretende-se aliar aos objectivos existentes e constantes (aumentar o número de espectadores, proporcionar maior e mais oferta de espectáculos de qualidade) outros objectivos que nos parecem essenciais na evolução do Teatro Municipal. Assim será primordial conquistar novos públicos; envolver a comunidade em projectos artísticos próprios / Criação artística; proporcionar aos jovens formação artística; criar com Instituições da cidade e do concelho parcerias artísticas; assumir co-produções artísticas com companhias de prestígio e qualidade reconhecidos, que tragam mais valias ao TMB, à cidade, à região; aumentar a visibilidade do TMB a nível local, regional e nacional como espaço de lazer, fruição e cultura de acesso a todos – *elitismo para todos!*

É tempo de construir novos projectos, de apostarmos e de investirmos num projecto de formação e criação artísticas. A identidade de um Teatro também passa pela formação e pela criação; não só pelo acolhimento. Avançaremos com um projecto inovador – Formação e Criação - de parceria criativa com o Teatro da Garagem de Lisboa, que envolverá a comunidade brigantina em geral e a comunidade escolar em particular. O projecto terá início em Fevereiro de 2010 com um Curso de Formação Artística para jovens: expressão corporal; expressão dramática; ortofonia e colocação de voz; postura; respiração e relaxamento; história do teatro; linguagens artísticas; escritas de palco; etc. Ao longo do mês de Fevereiro e Março actores profissionais do Teatro da Garagem darão no TMB formação a todos os jovens que para tal se sintam motivados. Desta formação sairá o elenco que integrará o espectáculo com estreia absoluta na abertura do Festival Internacional de Teatro com início a 27 de Março: L.A. Lost Angel's Projet.

O Teatro da Garagem assumirá ainda Master Class de temáticas a definir para adultos e orientará, em Julho, a Oficina Dramática sobre a obra de Miguel Torga de onde resultará um espectáculo a apresentar na última semana de Julho em diferentes espaços do Concelho de Bragança.

Pretendemos com este projecto envolver a Comunidade com o Teatro e com as Expressões Artísticas; sensibilizar pessoas, instituições, escolas e população em geral para a importância da educação estética e artística; despertar o interesse pela arte e pelo ensino artístico; fazer do Teatro Municipal de Bragança um teatro com identidade.

Ocupar os jovens e contribuir para a sua educação estética e artística é o objectivo principal que nos leva a criar o projecto de férias com arte. O espaço TMB deixa de ser apenas um espaço de acolhimento para se tornar num espaço de criação envolvendo jovens que ocuparão os seus tempos livres com arte.

Manteremos e alargaremos parcerias com instituições congéneres: Teatro de Vila Real, Rede Nacional de Teatros, Casa da Música do Porto; Companhia Nacional de Bailado; Teatros Nacionais: S. João (Porto) D. Maria II e S. Carlos (Lisboa)

Para o biénio de 2010 / 2011 apresentámos juntamente com o Teatro de Vila Real, o Teatro Virgínia de Torres Novas e o Cine-Teatro de Estarreja uma candidatura ao Qren: Teatro Contemporâneo em Portugal – Ciclo de formação e consolidação de públicos. Candidatura que foi aprovada e que nos permitirá - com um financiamento de 60% da despesa elegível - apresentar em todos os teatros cerca de 30 espectáculos de Teatro; acções formativas; ciclos de conversas informais; parcerias com os teatros nacionais; espectáculos dirigidos à infância e Juventude.

Manteremos os três festivais que co-produzimos com o Teatro de Vila Real: FAN – Festival de Ano Novo; 27 – Festival Internacional de Teatro – Março / Abril. Com estreia absoluta em Bragança no dia mundial do teatro de um projecto de criação próprio – Criação Artística do Teatro Municipal de Bragança / Teatro da Garagem: L.A. LOST ANGEL'S PROJET onde actores profissionais do Teatro da Garagem contracenam com jovens actores amadores brigantinos, e o Douro Jazz – Jazz em época de vindimas – Setembro / Outubro: ...E porque as vindimas na terra fria são mais tardias que na região do douro, o Douro Jazz abrirá em Bragança em Outubro, dia 1 – Dia Mundial da Música.

Manteremos também as parcerias com entidades e instituições locais na produção de eventos de âmbito local e regional nomeadamente com os *Lions* Clube de Bragança, com Juntas de Freguesia, com o Conservatório de Música, com o Coral Brigantino.
Manteremos alguns projectos que tiveram boa adesão do público e se consolidaram ao longo do último ano, como o NOITES FRIAS – VOZES QUENTES, A VER A BANDA TOCAR, O PALCO NA PRAÇA. Apoiaremos, à semelhança dos anos anteriores, a Mostra de Teatro Escolar e a Gala das Escolas.

As escolas de ensino artístico: dança e música têm também o seu dia; o ensino superior está presente nos festivais de Tunas. Em parceria com o Conservatório de Música de Bragança vamos trazer ao Teatro durante as férias do Natal e da Páscoa, os alunos do Conservatório. Tocarão em vários espaços do Teatro Municipal, animando-os com música. Paralelamente esta música acompanhará as visitas ao Teatro que nestas ocasiões acontecem.

Tentaremos também dar visibilidade a outros espaços do Teatro nomeadamente foyer e sub-palco. No foyer continuaremos a apresentar exposições (a custo zero) e para o sub-palco, um espaço que é visitado pelo público que participa nas visitas ao Teatro e que permite outras valências de utilização – seja com instalações artísticas, espectáculos, exposições.

Ao fim destes anos de funcionamento, constata-se que o Teatro trouxe, indiscutivelmente, à cidade e ao concelho mais valias culturais, permitindo o usufruto de bens culturais de inegável qualidade.

A Biblioteca Municipal de Bragança deve continuar a constituir-se como um centro de leitura e de pesquisa privilegiado para a comunidade. Tem como objectivo primordial fornecer o gosto pela leitura e contribuir para o desenvolvimento literário da população que procura este espaço. Recebe, diariamente, dezenas de utilizadores, cada vez mais exigentes, tornando-se necessário continuar o melhoramento do acervo da biblioteca e da biblioteca infantil em material livro e não livro, desenvolvendo, paralelamente, projectos de atracção dos jovens ao espaço como o concurso do Conto de Natal, a visualização de filmes para crianças, a hora do conto, sempre que solicitada e manteremos a participação na Feira do Livro com as actividades lúdicas no espaço da Biblioteca e no da Feira, comemoração de eventos relevantes do ponto de vista sociocultural através da exposição de material informativo, tertúlias com escritores.
Pretende-se renovar a realização do Concurso Nacional de Leitura, em Bragança.

Desde a sua abertura, a Biblioteca Municipal tem desenvolvido um trabalho positivo, tornando-se um espaço de estudo, de pesquisa, que tem acolhido cada vez mais utentes. No ano de 2009, a Biblioteca tem cerca de 3 500 utentes.

Numa tentativa de alargar o público da B.M. e de oferecer as mesmas oportunidades ao meio rural, pretendemos continuar o projecto " Contando histórias pelas aldeias", algumas actividades de leitura, de dramatização e de teatro de fantoches nas escolas de 1º ciclo do meio rural, tentando, assim, incentivar os jovens para a leitura e possibilitar aos alunos desta área o contacto com os livros que existem na Biblioteca Municipal.

As relações com as escolas dos diferentes níveis de ensino foram reforçadas, no último ano, com a implementação do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares) que tem como objectivos a criação de um catálogo conjunto entre as bibliotecas escolares e a biblioteca municipal, de modo a que os

com os clubes e associações desportivas, apoiando-os logística e financeiramente, tendo por base a contratualização de acções e objectivos. Contudo, esta colaboração terá necessidade de exigência da avaliação do cumprimento dos termos dos acordos, no sentido de uma maior selectividade nos apoios a conceder e exigência na aplicação dos recursos públicos.

Continuaremos a insistir na realização de eventos desportivos de elevado nível, de modo a estimular a prática desportiva na área da competição e estimular a adesão dos cidadãos, integrando um grupo de actividades especiais, em que o Município desenvolve animações pontuais de grande dimensão aproveitando as datas comemorativas temáticas da saúde e do desporto, concentrando num local, um vasto conjunto de actividades abertas a toda a população, correspondendo a grandes momentos de destaque do programa e simultaneamente divulgação do mesmo.
Dia do Desporto – 1ª Prova de Triatlo e Maratona de Fitness *Cidade de Bragança*; V Torneio Internacional de Natação *Cidade De Bragança*; XI Encontro de Jogos Tradicionais e as Caminhadas Rurais e Urbanas.

O projecto Bragança Saudável foi uma aposta ganha, no sentido de proporcionar hábitos de vida saudável para toda a população com as suas diversas actividades, nomeadamente nas caminhadas realizadas na área rural do concelho. Foram momentos de exercício, de contacto com a natureza e de convívio entre os vários intervenientes e as Juntas de Freguesia que se associaram a este projecto.
Sendo um programa elaborado para quatro anos, e face à adesão e ao sucesso deste projecto, 1185 participantes em 15 percursos ao longo do ano de 2009. Pretendemos, em 2010, continuar a desenvolver o projecto *Bragança Saudável* integrando todo um conjunto de parcerias com diversos clubes, associações desportivas, estabelecimentos de ensino e outras entidades da área do desporto e da saúde.

O *Bragança Saudável* continuará a estimular a população a fazer actividade física como meio de ocupação dos seus tempos livres, numa vertente de recreação e lazer, promovendo um conjunto de actividades desportivas cuja relação directa com a natureza está muito próxima. Deste modo, os participantes poderão explorar os espaços naturais do concelho e, simultaneamente, melhorar a sua saúde e viver momentos de agradável e salutar convívio, através da criação de hábitos de prática de uma actividade desportiva regular.

Pretendemos, contudo, evoluir neste projecto, trazendo a população da área rural a percursos urbanos, complementando-os com visitas aos espaços culturais da cidade e com actividades de interesse, retribuindo, assim, os momentos que esta área geográfica tem vindo a oferecer ao longo dos percursos rurais.

Encontra-se em fase final de execução, a iluminação do elemento escultórico do 25 de Abril instalado na avenida das Forças Armadas.
Para o primeiro trimestre de 2010, prevê-se o reforço de iluminação pública na Alameda Santa Apolónia.

Daremos continuidade em conjunto com a EDP e PT à renovação da imagem negativa resultante das linhas aéreas eléctricas e telefónicas que ainda existem na cidade, passando a linhas subterrâneas.
Com um acompanhamento pelos nossos Serviços directo das actividades e gastos, continuar a exigir da parte da concessionária a efectuar investimentos não inferiores a 12% do valor da renda. Nomeadamente com a deslocação de 1 posto de Transformação localizados na zona industrial das Cantarias e remodelação de redes de distribuição na aérea rural

Efectuou-se uma Candidatura ao QREN, no âmbito da Associação de Municípios da Terra Fria Nordeste Transmontano: "Redução da factura energética na rede de iluminação pública – instalação de reguladores de fluxo luminoso", no valor de 500.000€ para a instalação de 50 equipamentos em Postos de transformação da aérea urbana que permitirá uma redução, de cerca de 30%, da facturação de iluminação pública.

GRÁFICO XXVII. Evolução do custo do consumo de energia em iluminação pública (2005/2009)

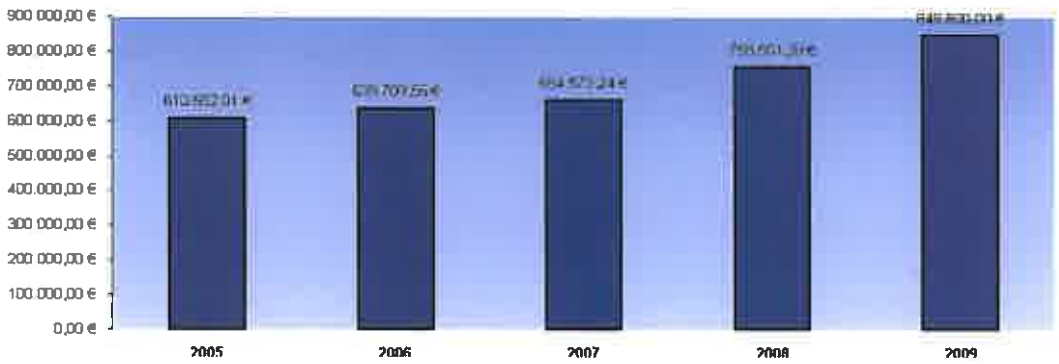
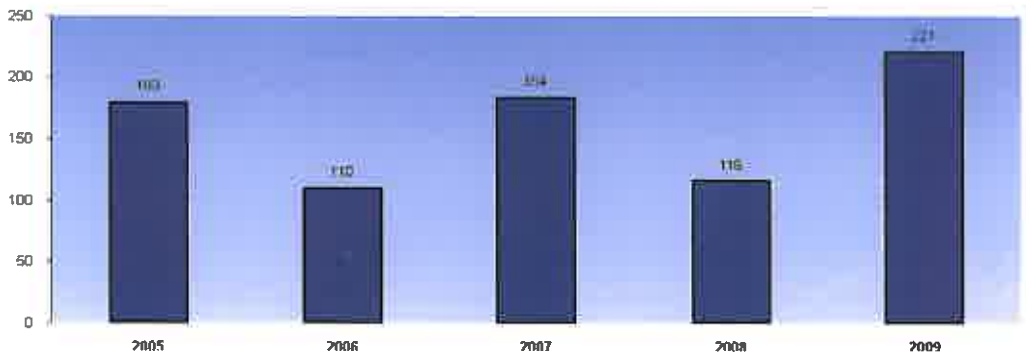


GRÁFICO XXVIII. N.º de Pontos de luz colocados nas freguesias do concelho (2005/2009)



O EcoPolis deverá constituir-se como um forte centro de competências de referência nível nacional e internacional nas temáticas "Eco", estando previsto que venha a assumir as seguintes funções:

.Centro Formação: estrutura focada na prestação de serviços e na formação junto de agentes do sector do ambiente e da energia;

Observatório da Sustentabilidade: estrutura de acompanhamento permanente da situação de Trás-os-Montes e das suas cidades no que se relaciona com a sustentabilidade. Esta estrutura terá, também, nas suas funções a promoção da certificação da Rede e das suas cidades em diferentes âmbitos relacionados com a temática "Eco";

Eco-Fundo: estrutura de gestão de um fundo financeiro que terá como principal missão apoiar os projectos que concorram para a afirmação das cidades de Trás-os-Montes como ecocidades;

Eco Living Lab: estrutura de apoio ao aumento das sinergias entre os diversos actores regionais, focada na internacionalização e na promoção da região dos seus concelhos como espaços de referência em termos ambientais, com claras vantagens na captação de residentes, visitantes e investimento;

Parque Temático: as instalações do EcoPolis deverão incluir um "parque temático" ou um edifício bioclimático demonstrativo, interpretativo e interactivo, vocacionado para a difusão da cultura científica e tecnológica através da observação e da experimentação.

3.2.2. Energia

No sector da energia e dando seguimento à intervenção POLIS, finalizou-se a construção o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental onde se instalará o Centro de Ciência Viva de Bragança, contemplando este projecto a instalação de uma micro central, prevendo-se a instalação dos mesmos no ano 2010.

Apostados numa política de contenção de despesa e de estratégia na utilização das energias alternativas, foi instalado nas piscinas municipais um sistema solar térmico, representando um investimento de cerca de 130.000 euros. A fim de obter um aquecimento eficiente das instalações da Câmara, será feito o estudo para a instalação de um sistema de aquecimento central a gás natural, com integração de outras fontes de energias renováveis. Foram instalados de 3 unidades de microprodução com fonte de energia solar. Estes equipamentos serão instalados nas instalações da sede do Município e nos jardins de infância da Estação e de Santiago. Prevê-se a instalação de mais uma unidade de microprodução solar na escala do 1º ciclo das Beatas para no primeiro trimestre de 2010.

No ano de 2009, foi executado uma intervenção de fundo na manutenção dos sistemas mecânicos das centrais de Gimonde, Montezinho e Prado-Novo. Prevê-se no ano de 2010, a instalação de limpa grelhas nas câmaras de carga das centrais hidroeléctricas de Montezinho e Prado-Novo, optimizando a

operacionalidade das mesmas. Serão asseguradas as tarefas associadas à gestão dos semáforos com a instalação de equipamentos de tecnologia de LEDs minimizando assim os consumos de energia, fontes luminosas, e outros equipamentos eléctricos e mecânicos sob responsabilidade da Câmara Municipal.

GRÁFICO XXIX. Evolução dos custos com energia eléctrica nas escolas (2005/2009)

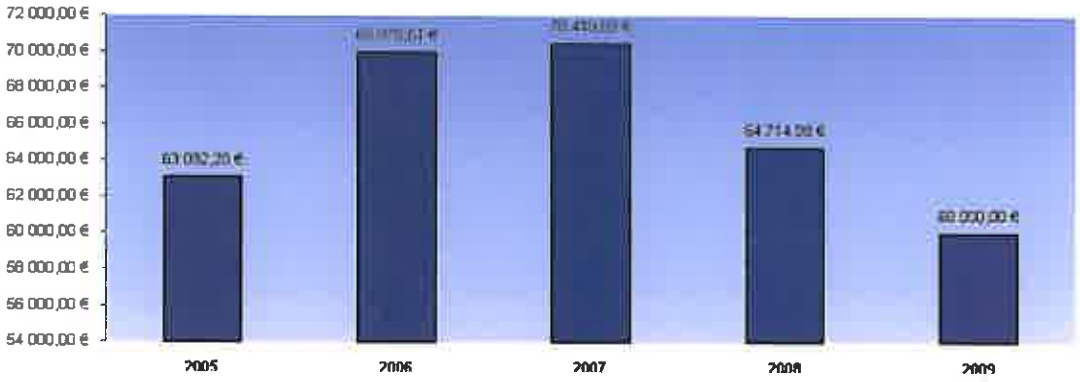


GRÁFICO XXX. Evolução dos custos das infra-estruturas "Edifícios, Jardins, Parques e Fontes interactivas" (2005/2009)

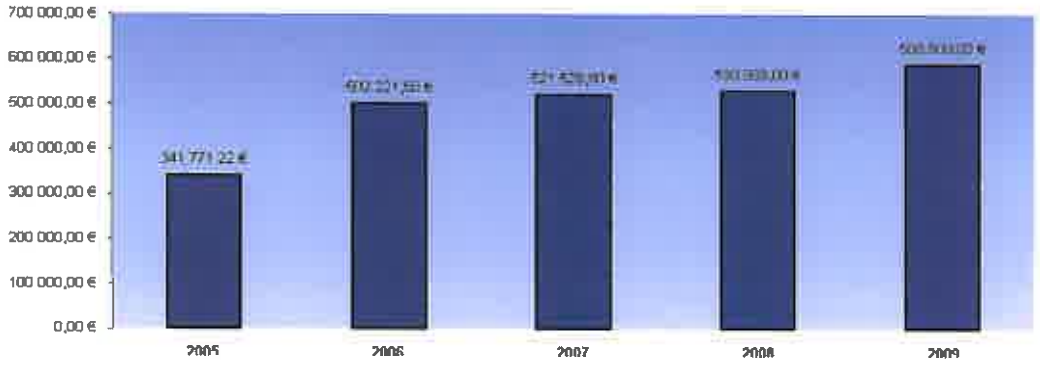


GRÁFICO XXXI. Evolução dos custos das Bombas de Água (2005/2009)

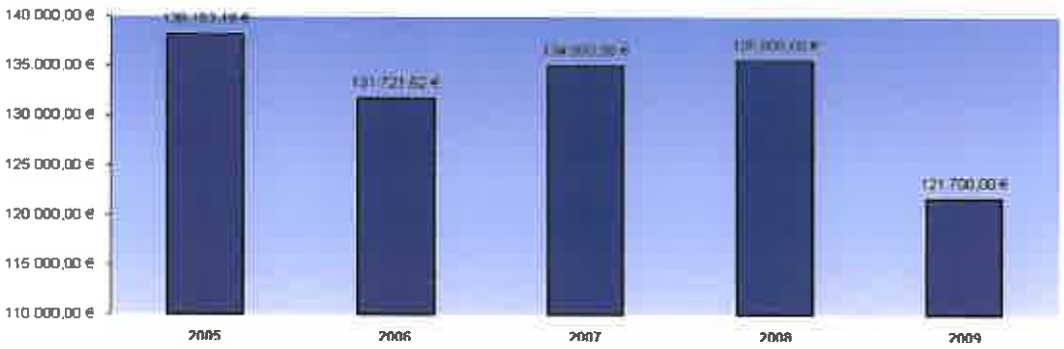


GRÁFICO XXXII. Produção das Centrais Hidroeléctricas (2000/2009)

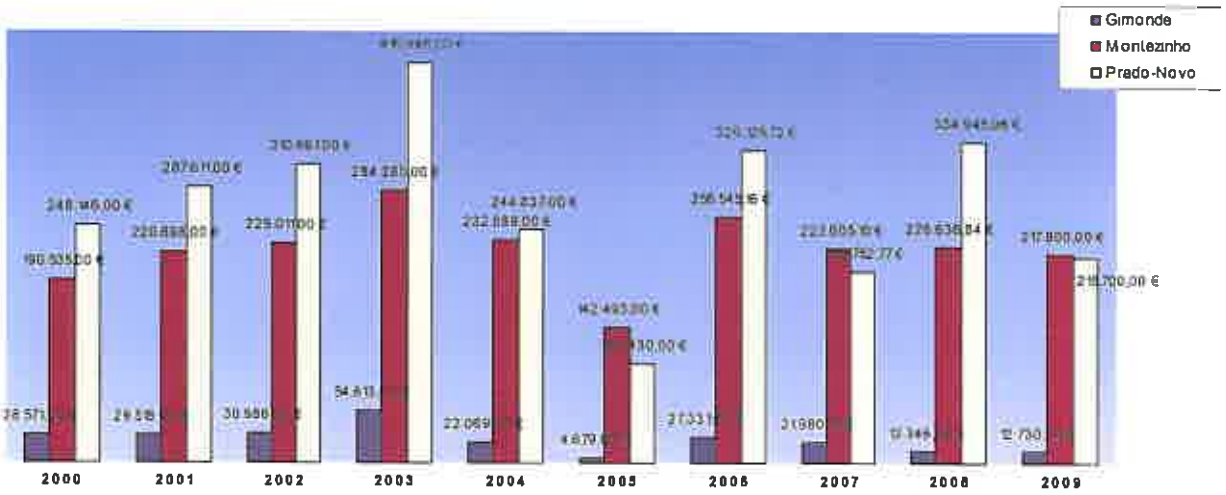
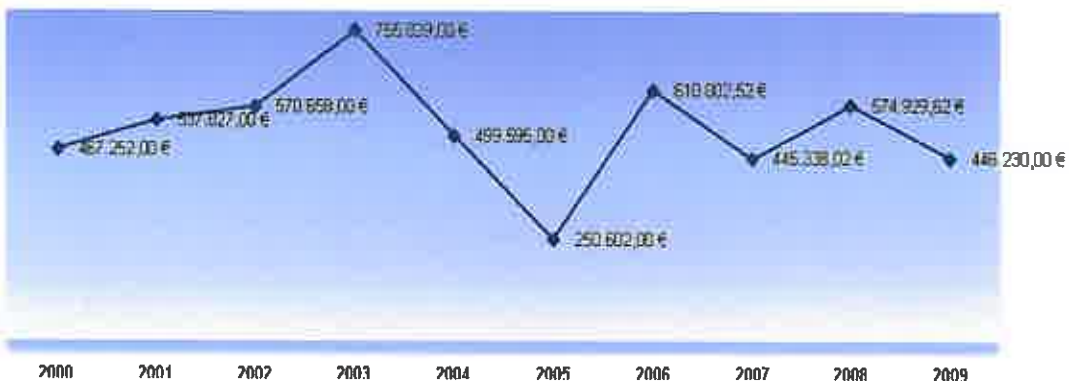


GRÁFICO XXXIII. Evolução da Produção das Centrais Hidroeléctricas (2000/2009)



No âmbito do sistema multimunicipal de Trás-os-Montes e Alto Douro correspondente ao escalão de Veiguinhas e logo que executada a construção da barragem, será instalado o equipamento das centrais de Montezinho e Prado-Novo, processo que não pode ser abandonado, apesar das incompreensíveis resistências e ambiguidades.

3.2.3. Estabelecimentos Industriais

Foi concluída a 1ª Fase da Zona Industrial de Mós, ao nível das infraestruturas necessárias, pelo que estarão disponíveis as condições necessárias para a instalação de novas empresas distribuídas por uma área total de lotes de 66.015,00m² e com uma área possível de construção de 29.679,00m². A localização privilegiada desta infraestrutura, próxima da cidade e futuramente servida com Nó de ligação à A4, será

factor de dinamização e implantação de novas actividades industriais e consequentemente com a criação de novos empregos.

Tendo sido já adquiridos, pelo Município, os terrenos para a instalação do Centro de Inovação na zona da Trajinha e com a concretização da associação do BRIGANTIA ECOPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, com sede no concelho de Bragança, associação esta que tem como objecto a promoção, lançamento e gestão, com vista a contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior, estão reunidas as condições para o desenvolvimento, inovação e competitividade da economia do concelho e da região.

3.3. Transportes e Comunicações

3.3.1. Transportes Rodoviários

3.3.1.1. Rede Viária e Sinalização

Neste capítulo prevê-se a satisfação de compromissos relacionados com a conclusão de obras em curso e dotação para a construção do acesso ao Centro Escolar de Santa Maria; em outras rubricas, estão incluídas verbas para manutenção corrente da rede viária, com execução de pequenas obras por administração directa e empreitada (conclusão do pontão de Alfaião e alargamento da estrada de Laviados). Estão, ainda, incluídas verbas para satisfação de compromissos com obras de pavimentações a cubos de granito nas aldeias.

Quanto a novos investimentos, prevê-se a execução de diversas obras de repavimentação, beneficiação e alargamento, bem como a pavimentação de novas vias, estando em fase de preparação candidatura ao programa PRODER.

3.3.1.2. Estacionamento

Quanto ao estacionamento de veículos ligeiros, problema importante na parte antiga da cidade, foi nos tempos recentes encarado o processo com uma perspectiva de futuro, adoptando soluções estruturantes e com dimensão, recorrendo a soluções de construção de parques de estacionamento subterrâneo (parque da Praça Camões, parque da Praça Cavaleiro de Ferreira, parque do Mercado Municipal) e de superfície (parque do Cemitério de Santo Condestável, parque junto ás piscinas, parque da Catedral, parque do Castelo – Mata S. Sebastião), medidas estruturantes e que conjuntamente com os lugares de estacionamento assegurados nas vias novas construídas, irão assegurar nas próximas décadas boas condições de estacionamento na cidade.

A construção de parques subterrâneos de estacionamento, disponibilizando mais de 800 lugares e o aumento de lugares de superfície, mais de 1500 lugares, permitem assegurar adequadas condições de

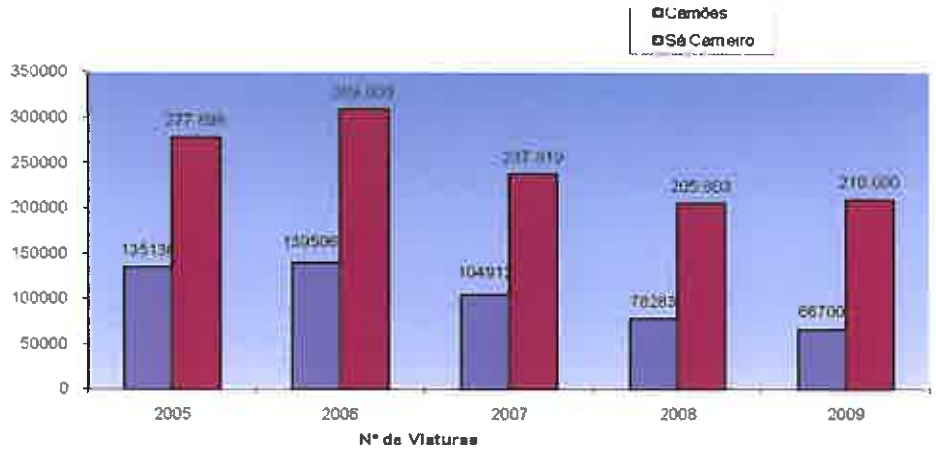
mobilidade na cidade, podendo a médio prazo a zona onde se localiza a sede do município vir a dispor de outras soluções de estacionamento enterradas (conforme identificado no estudo de ideias realizado), o que permitirá consolidar parâmetros de qualidade de vida e bem-estar.

A nível financeiro, é de salientar que, para o ano de 2008, verificou-se uma redução das receitas nos parques de estacionamento subterrâneos devido ao facto de se verificar uma transferência do estacionamento habitualmente feito nos parques subterrâneos para o estacionamento de superfície. Este facto deve-se ao facto que se iniciou em Janeiro de 2008, a exploração efectiva das zonas de estacionamento condicionado no centro da cidade, com fiscalização a cargo da PSP, o que permitiu introduzir uma maior rotatividade no estacionamento de superfície, melhorando o acesso ao comércio tradicional. No ano de 2009, prevê-se a manutenção

O estacionamento, chegadas e partidas de autocarros, está também resolvido para décadas, fruto do investimento realizado e já finalizado com a construção da Estação Rodoviária, dotada de modernidade, segurança e conforto. Verificou-se na Estação Rodoviária, entre Janeiro e Junho do presente ano um tráfego de mais de 15.000 autocarros que saírem e entraram em Bragança e mais 100.000 passageiros embarcados e desembarcados.

Durante o ano de 2010, daremos seguimento ao processo de regularização da concessão do estacionamento, finalizando o processo na perspectiva da entrega da concessão, ou da gestão directa, com a definição de um acordo de ressarcimento da empresa construtora do parque da Praça Camões, conforme orientação aprovada na Assembleia Municipal. Em qualquer das soluções, o estacionamento terá de será gerido de forma mais eficaz, em benefício da maior rotatividade do espaço de superfície e de uma maior atractividade do estacionamento subterrâneo e de uma maior rentabilidade económica. Neste contexto até ao final do presente ano estará finalizado o processo da reorganização do estacionamento condicionado em superfície com aplicação do novo regulamento.

GRÁFICO XXXIV. Evolução da Procura nos Parques Subterrâneos



3.3.2. Transportes Aéreos

Foi instalado, no monte de Abrans em Samil, o radar de apoio à navegação aérea através de VOR/DME, conforme orientação da VAV – Portugal E.R.E., de modo a garantir cobertura no interior norte do país.

Foi obtido parecer favorável do Instituto Nacional da Aviação Civil (INAC) na apreciação prévia de viabilidade da revisão do Plano Director do Aeródromo Municipal com aeronave crítica de projecto tipo Boeing 737-800 ou Airbus A320 sendo a primeira fase a realização dos Projectos de Execução da ampliação da pista de 1700 metros para 2300 metros, de requalificação dos equipamentos de apoio à navegação aérea e de reconversão dos edifícios de apoio de forma a tornar o aeródromo num Aeroporto Regional, garantindo assim o desenvolvimento e a diversificação da oferta de Bragança na área das acessibilidades. A viabilização destes investimentos exige a obtenção de apoios comunitários, processo no qual depositaremos o maior empenho possível.

O estudo de Impacto Ambiental está a ser analisado pela Agencia Portuguesa do Ambiente com vista a sua aprovação no ano de 2010.

O aeródromo está em plena afirmação, que pode ser demonstrada pela evolução do número de passageiros que se tem registado em anos recentes. Entre 2000 e 2008, o número total de passageiros na carreira regular entre Bragança e Lisboa cresceu cerca de 85%.

3.4.2. Turismo

A elevada qualidade ambiental e paisagística, a riqueza monumental e cultural, a gastronomia, o artesanato, a hospitalidade das nossas gentes, tornam a cidade de Bragança como um itinerário imprescindível no panorama nacional. A dimensão cultural e a qualidade patrimonial existentes em Bragança representam uma mais valia importante que poderá trazer benefícios para a economia do concelho.

Bragança tem criadas as condições para atrair os turistas nacionais e estrangeiros de modo a que estes permaneçam na região, dinamizando a economia através do sector do turismo. Estas condições passam pelo desenvolvimento de equipamentos que se constituem pela sua originalidade, marcando a diferença. O Museu Ibérico da Máscara e do Traje apresenta-se, hoje, como uma mais valia a nível nacional e constitui, já, uma referência turística, visitado por milhares de pessoas que se deslocam à Bragança para ter um contacto mais próximo com as manifestações ligadas à temática da máscara, identidade da nossa região. Aliado a este facto, a organização de eventos como a Festa da História, realizada pela primeira vez em 2007, a Mascararte - Bienal da Máscara e o Carnaval dos Caretos, poderá vir a tornar-se um motivo suficiente, para muitos turistas se deslocarem a Bragança.

Foi elaborado e publicado, em 2009, um guia Vive e Descobre Bragança, com a editora Evereste que foi divulgado e distribuído em vários locais da cidade. Este guia integra vários itinerários de visita na cidade e algumas sugestões de percursos no concelho. De acordo com estes percursos, pretende-se, em 2010, durante a Primavera e Verão, quinzenalmente, oferecer a actividade " Conhecer o património", com visitas guiadas solicitadas por parte das instituições de carácter público e sem fins lucrativos.

Com a abertura do Centro de Arte Contemporânea, a cidade conta com uma rede de equipamentos culturais excepcionais que servirão para a atracção de pessoas e a sua permanência. Este equipamento ganhou um prémio internacional de arquitectura em 2009, que tem originado o aumento do número de visitantes que se deslocam a Bragança com o intuito de conhecer o equipamento.

Continuaremos a apoiar uma ampla articulação com as Instituições, directa ou indirectamente, ligadas ao sector do turismo, com as Câmaras Municipais do distrito, os municípios vizinhos da Província de Zamora, potenciando as relações que podem ser geradas a partir da Comunidade de Trabalho Bragança/Zamora, em articulação com a Comunidade de Trabalho Norte de Portugal/Castela e Leão, também no âmbito da Associação das Cidades do Eixo Atlântico do Norte Peninsular, no sentido da promoção eficaz da região num espaço mais amplo de cooperação.

Tendo sido adquirido o edifício contíguo ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais pretende-se aí instalar, a nível do rés-do-chão, um posto de turismo central em colaboração com a Entidade de Turismo Porto Norte Portugal, facilitando o acesso à informação por parte dos turistas.

8. COLABORAÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA

Daremos continuidade à cooperação com as Juntas de Freguesia, apoiando-as técnica e financeiramente. Assente numa postura exigente ao nível da utilização dos recursos e no âmbito das suas competências promovendo a colaboração noutras áreas, desde a recuperação do património, construção de infra-estruturas, pavimentação de arruamentos, construção de equipamentos colectivos, arranjo e limpeza de caminhos, ampliação e requalificação de cemitérios, construção e reabilitação de pontões, promoção económica das actividades tradicionais, construção de sedes de Junta de Freguesia, construção de centros de convívio, arranjo de largos e outros trabalhos de requalificação, fazendo-o com qualidade e de forma criteriosa, no sentido da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar do maior número de cidadãos.

As transferências previstas neste orçamento para apoiar financeiramente a actividade das Juntas de Freguesia são no valor de 1.151.600,00 euros, sendo 50.000 euros para despesas correntes e 1.101.600,00 euros de transferências de capital, incluindo estas, o valor das transferências contempladas no PAM (690.000,00 euros).

Comparativamente ao valor orçamentado no ano de 2009 – 754.100,00 euros, as transferências são objecto de um **aumento de 52,71%** reflectindo um aumento de 397.500,00 euros.

De registar que no corrente ano de 2009, até 30 de Setembro, as transferências de capital operadas para as Juntas de Freguesia, foram de aproximadamente 1.650.000,00 euros - representando um aumento de mais de 100% face ao inicialmente previsto (704.100 euros), assim, e dado o facto de que a maioria dos investimentos previstos estarem concluídos ou em execução, fundamenta uma menor disponibilização de verbas para o ano de 2010.

O PAM traduz um conjunto significativo de investimento a realizar na área rural, sendo de destacar:

- Pavimentações e/ou repavimentações de estradas;
- Apoio à construção de Sedes de Junta de Freguesia, Centros de Convívio, polidesportivos e regadios tradicionais;
- Requalificação de largos;
- Realização de obras de beneficiação em vários cemitérios;

É ainda de referir que, o parque de máquinas e equipamento do Município está, no essencial, ao serviço da resolução das necessidades da população da área rural.

10. PARTICIPAÇÕES DETIDAS PELO MUNICÍPIO EM OUTRAS ENTIDADES

O Município de Bragança integra ou participa, no âmbito das suas competências, o capital social das seguintes empresas:

- "Municípia – Empresa Intermunicipal de Cartografia, S.A.", com 1% do capital social e uma participação subscrita de 0,77%;

- "Mercado Municipal de Bragança, E.M." (empresa municipal), com 100% do capital social subscrito pelo accionista único, Município de Bragança, no montante actual de 1.392.900€, correspondendo a 278.580 acções;

Para o ano de 2010, a empresa prevê um aumento de capital social de 200.000€, para fazer face aos encargos do serviço da dívida para o ano de 2010 (capital e juros, associados a médio e longo prazo), no montante de 142.730,43€. A actividade operacional da empresa consegue já libertar alguns recursos financeiros com os quais é possível satisfazer as despesas operacionais, sendo que serão ainda necessários ainda 50.000€ para investimento previsto.
O referido aumento do capital social, vai permitir a amortização do empréstimo contraído pela empresa, reforçando assim, a oportunidade de manter o empenho contínuo no equilíbrio das contas da empresa, tal como é esperado.

- "Terra Fria Carnes, Lda." com 100% do capital social, detido pelo Município de Bragança, desde o ano de 2006, com um capital social actual no valor de 425.000€;

Na sequência da proposta apresentada pela Câmara em Assembleia Municipal, tendo em vista uma possível alienação da empresa ao sector privado, o Conselho de Gestão contratou os serviços de um Revisor Oficial de Contas no sentido de ser avaliada a empresa, bem como a modalidade de eventual privatização. Neste sentido e da avaliação efectuada conclui-se existirem alguns condicionalismos que aconselham a não se proceder à mudança do titular da empresa (quer por venda ou por concessão) sob pena de serem verificados incumprimentos relacionados com o financiamento pelo Ministério da Agricultura - IFAP, implicando a devolução de dinheiro público concedido. Assim, e atendendo a estes factos o ROC aconselha a não proceder à alienação ou concessão da empresa, pelo menos enquanto vigorarem as obrigações com o IFAP, decorrentes do financiamento público, ou seja, até 03.07.2010.
Para o ano de 2010, a empresa prevê um aumento de capital social de 80.000€. O referido aumento do capital social, vai permitir a amortização do empréstimo contraído pela empresa, satisfazer despesas gerais de funcionamento, de forma a permitir o equilíbrio das contas da empresa, tal como é esperado, bem como para investimento previsto.

- Integra a Sociedade de Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A., com uma participação de 3,82% do capital social;

- Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro;
- Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular;
- Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (PortusPark);
- Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- Associação Norte Cultural;
- Associação para o desenvolvimento do Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia;
- Associação para o desenvolvimento do Régia-Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia;
- Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico;
- Associação Técnica e de Municípios, da Via Rápida León-Bragança;
- Entidade Regional de Turismo do Norte "Turismo do Porto e Norte de Portugal;
- Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas.

Participa, também na "Comunidade de Trabalho Bragança/Zamora", na "Fundação Rei D. Afonso Henriques" e preside à direcção da "Fundação os Nossos Livros".

Mais recentemente e conforme despacho do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, publicado na 2.ª série do Diário da República de 21 de Outubro de 2009, foi aprovada a participação no Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET (ZASNET, AECT), das seguintes associações (no qual o Município de Bragança participa, através da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano):

- Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano;
- Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana, e;
- Associação de Municípios do Douro Superior.

Os objectivos específicos de cooperação do ZASNET, AECT serão:

Articular o espaço comum e promover as relações transfronteiriças entre os membros do ZASNET, AECT nos domínios tradicionais de cooperação: meio ambiente, turismo, cultura e desenvolvimento empresarial, promovendo a concentração de esforços nestas áreas temáticas prioritárias e nas quais se exerceu uma histórica tradição de cooperação entre os membros do AECT;

Implementar a cooperação territorial transfronteiriça nas políticas locais de cada membro, para ser utilizada como ferramenta de desenvolvimento de todo o território ZASNET;

Colaborar com a comunidade de Trabalho Bragança -Zamora e a Comunidade Territorial de Cooperação do Douro Superior -Salamanca, bem como com outras entidades territoriais de âmbito regional e local, na execução de projectos de cooperação;

Promover o território do ZASNET, AECT no exterior para a valorização das potencialidades dos recursos endógenos;

Fixação de população e geração de sinergias para atrair novos habitantes ao território e contribuir para a inversão das tendências demográficas negativas mediante distintas estratégias de cooperação do programa ZASNET, AECT;

Será também objectivo do ZASNET, AECT o estipulado no n.º 2, do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1082/2006, de 5 de Julho, assim como todos aqueles temas que interessem à cooperação transfronteiriça e inter-regional;

São ainda atribuições do ZASNET, AECT a execução e gestão de contratos e convénios celebrados para o desenvolvimento de todas as acções que lhe permitam beneficiar dos instrumentos financeiros adoptados ou previstos pela República Portuguesa e o Reino de Espanha, com ou sem financiamento comunitário;

Serão funções do ZASNET, AECT todas aquelas que resultem conformes com os objectivos e o fim exclusivo referidos no n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento (CE) n.º 1082/2006, de 5 de Julho, exercidos dentro dos limites e quadro detalhados no artigo 7.º do Regulamento referido;

Em concreto, para o período de programação 2007-2013 as funções principais serão as inerentes à execução de projectos na área de Cooperação Inter-regional e Transfronteiriça entre o Norte de Portugal — Castilla y León. Será dado particular destaque à definição e consolidação de Planos Estratégicos de Desenvolvimento incidentes na área da sua competência administrativa, envolvendo as infra-estruturas de transportes e comunicação e da promoção económica, bem como a gestão partilhada de serviços, como seja na área da saúde, da protecção civil, do turismo e ambiente. Propõe -se para o efeito promover o diálogo e a cooperação entre os principais actores regionais públicos e privados;

A carteira de títulos detida, em 2009, directamente pelo Município de Bragança é composta por um universo de 26 participações, das quais 3 são sociedades anónimas (S.A.) de capitais maioritariamente públicos, 3 são sociedades por quotas (Lda) e 3 adoptam a forma de entidades de natureza municipal ou intermunicipal. As restantes resultam de processos variados que vão desde dações em pagamento de quotas a apoios financeiros.

Podemos agrupar as participações por 3 grupos de entidades:

QUADRO 22. Entidades societárias participadas

	Denominação (da participada)	Data de constituição	Capital	Participação subscrita		Participação realizada até 30.10.2009	Previsão para o ano de 2010	Obs.
1	**Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.**	06.10.2001	28.000.000,00 €	1.070.867,00 €	3,82	0,00 €		
2	Bragança polis - Sociedade **para o** Desenvolvimento **do Programa** Polis Bragança, S.A.	09.11.2000	5.986.000,00 €	2.394.400,00 €	40,00	0,00 €		a)
3	**Mercado Municipal de Bragança**, E.M.	23.07.2001	1.259.000,00 €	1.392.900,00 €	100,00	1.392.900,00 €	200.00,00 €	b)
4	Munícipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	18.10.1999	3.236.678,67 €	24.950,00 €	0,77	0,00 €		
5	**Terra Fria Carnes, Lda.**	20.07.1998	350.000,00 €	425.000,00 €	100,00	425.000,00 €	80.00,00 €	c)
6	**PENOG - Parque Eólico de Nogueira, Lda**	05.02.2003	50.000,00 €	2.000,00 €	4,00	0,00 €		
7	Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda.	30.06.1994	82.302,00 €	3.741,00 €	4,545	0,00 €		
8	**Resíduos do Nordeste, E.I.M.**	31.10.2002	50.000,00 €	18.500,00 €	37,00	0,00 €		

a) Em fase de integração no Município de Bragança

b) O aumento de capital social a realizar pelo Município de Bragança destina-se a amortização do empréstimo contraído e investimento

c) O aumento de capital social a realizar pelo Município de Bragança destinar-se-á a assegurar o serviço da dívida, pagamento de garantias (IFAP), o investimento previsto e ainda a amortização de dívidas a fornecedores.

d) Participação detida pela AMTFNT - Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano em 37.00%, correspondendo ao Município de Bragança 25.00% dessa mesma participação (cf parte detida na AMTFNT).

QUADRO 23. Entidades não societárias participadas

	Denominação (da participada)	Contribuição		Obs.
		Realizada até 30.10.2009	Previsão para o Exercício de 2010	
1	AMTAD - Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro	0,00 €	0,00 €	
2	ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	5.435,00 €	5.435,00 €	
3	AMTFNT - Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano	0,00 €	0,00 €	
4	Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	548,68 €	548,68 €	
5	Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	6.000,00 €	6.000,00 €	
6	Associação Centro Ciência Viva de Bragança	84.075,47 €	0,00 €	
7	Associação Norte Cultural	0,00 €	3.150,00 €	
8	Associação "Cidades Saudáveis"	0,00 €	0,00 €	
9	Associação "Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas"	0,00 €	0,00 €	
10	Corane - Associação de Desenvolvimento da Raia Nordestina	4.625,00 €	0,00 €	e)
11	Associação Técnica e de Municípios da Via Rápida Léon-Bragança	0,00 €	0,00 €	
12	Associação para o desenvolvimento do Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia	50.000,00 €	,00 €	
13	Associação para o desenvolvimento do Régia-Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia	0,00 €	2.000,00 €	
14	Associação de Municípios de Fins Múltiplos – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes – CIM-TM	0,00 €		
15	Entidade Regional de Turismo do Norte "Turismo do Porto e Norte de Portugal"	0,00 €	1.500,00 €	
16	Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (PortusPark)	10.000,00 €		f)

e) Participação detida pela e através da AMTFNT – Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano.

f) Autorizada a integração deste Município em RC de 12 de Janeiro de 2009 e AM de 9 de Fevereiro de 2009

QUADRO 24. Fundações instituídas, em parte, pelo Município de Bragança

	Denominação	Contribuição		Integra	
		Realizada até 30.10.2009	Previsão para o Exercício de 2010		
1	Fundação "Os Nossos Livros"	58.971,90 €	0,00 €	a Direcção, a qual Preside	g)
2	Fundação Rei D. Afonso Henriques	11.490,65 €	0,00 €	a Comissão Executiva Delegada	h)
3	Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET				

g) Verba destinada a actividades de funcionamento do Conservatório de Música, nomeadamente, despesas com a Direcção Pedagógica, Professores, Serviços Administrativos e despesas correntes de funcionamento

h) Verba correspondente aos encargos com a contratação de um técnico para a Sede Portuguesa da FRAH e despesas correntes de funcionamento